



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
**INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS**  
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia

KÊNIA GONÇALVES COSTA

**A ILHA DO BANANAL, O POVO INY E SUAS REPRESENTAÇÕES  
CARTOGRÁFICAS: DINÂMICAS GEOAMBIENTAIS, TERRITORIAIS  
E ÉTNICAS**

GOIÂNIA

2014

KÊNIA GONÇALVES COSTA

**A ILHA DO BANANAL, O POVO INY E SUAS REPRESENTAÇÕES  
CARTOGRÁFICAS: DINÂMICAS GEOAMBIENTAIS, TERRITORIAIS  
E ÉTNICAS.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Alecsandro (Alex) J. P. Ratts

Área de Concentração: Natureza e Produção do Espaço

Linha de Pesquisa: Dinâmica Socioespacial

GOIÂNIA

2014

Kênia Gonçalves Costa

**A ILHA DO BANANAL, OS KARAJÁ E OS JAVAÉ E SUAS  
REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS: DINÂMICAS  
GEOAMBIENTAL, TERRITORIAL E ÉTNICA.**

Dissertação defendida e aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Prof. Dr. Alecsandro (Alex) J. P. Ratts  
Presidente da Banca – Orientador

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Claudia Valéria de Lima  
Examinadora Interna – PPGeo/IESA - UFG

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Juliana Ramalho Barros  
Examinadora Interna – PPGeo/IESA - UFG

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Socorro Pimentel da Silva  
Examinadora Externa  
Núcleo Takinahakỹ/Faculdade de Letras - UFG

Prof. Dr. Alexandre Ferraz Herbetta  
Examinadora Externa – PPGAS - UFG

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mônica Veloso Borges  
Suplente  
Núcleo Takinahakỹ/Faculdade de Letras – UFG

Prof. Dr. Leandro Mendes Rocha  
Suplente  
Faculdade de História – UFG

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico este trabalho a minha família que sempre entenderam as ausências e os caminhos por mim escolhidos. As minhas crianças que alegram os momentos difíceis e todas as flores do meu jardim.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me conduziu por todos os caminhos.

Ao Povo Iny (Karajá e Javaé) que possibilitou conhecer e vivenciar em suas companhia a Ilha do Bananal.

Ao meu amigo/irmão Alex Ratts que me trouxe para essas novas oportunidades, afetivas, sonoras, acadêmicas que serão para toda vida.

A minha Mãe “Maria” e meu Pai “João” que sempre é o meu apoio.

Aos minhas irmãs “Nara e Sueli” e os meus irmãos “Ney e Edy”; as minhas cunhadas/irmãs “Amélia e Thais”; as minhas sobrinhas “Sophia e Katiuscia”; aos meus sobrinhos “Lucas, Theodoro, Murilo, João Antônio e Miguel” e aos agregados “Hermando e Vinicius”,

As minhas afilhadas e meus afilhados que amo tanto, em especial agradeço a “Heloisa e Juan Matheus” que muito me ajudaram na digitação de texto para este trabalho.

Enfim, toda a minha família com todo carinho.

Agradeço a todas e todos do LaGENTE - IESA em especial a Ana Lúcia, Igor e Adélio com as participação como monitores interculturais.

Agradeço ao Vinicius e a Talita pelas reflexões cartográficas e afetivas.

Agradeço as “Friends” pelos momentos de relaxamento que muito ajudou para caminhar essa pesquisa.

Ao Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior de Professores Indígenas da Universidade Federal de Goiás por todo apoio financeiro, afetivo e institucional.

## AO SOM DOS MARAKÁS<sup>1</sup>

Misturas de várias cores  
 Com cantos de amores  
 À luz do luar  
     Pés descalços no chão duro  
     Gingando na dança  
     Ao som dos marakás  
 Traz no corpo tatuado  
 Carvão, jenipapo,  
 O vermelho-urucum  
     No rosto, a marca identidade  
     No cabelo, o brilho,  
     Óleo de tucum  
**Mulheres e homens guerreiros**  
**Que dançam a vida**  
**Recanto de paz**  
     Entoam cantos de alegria  
     Gingando na dança  
     Ao som dos marakás  
 São pescadores, artesãos  
 Carregam na sina  
 A dor do preconceito  
     De uma sociedade clara  
     Negra, parda, branca,  
     Cheia de defeitos  
 Da pesca, da arte, da terra,  
 Tiram o sustento na lida diária  
 No terreiro a grande roda  
 Contando histórias de seus ancestrais  
     Espírito que vem das águas  
     Cantando, dançando aos pares  
     Com ritmos e cores  
     Ao som dos marakás  
**Ijasò que nasce nas águas**  
**Cantando, dançando aos pares**  
**Com cantos de amores**  
**Ao som dos marakás**

---

<sup>1</sup> Letra e música de Edilson Pereira Santos que explica que esta música foi inspirada na dança de Aruanã, dos índios Iny (Karajá), o povo das águas do Araguaia.

## RESUMO

O presente trabalho é constituído por reflexões marcadas pelo encontro como docente e pesquisadora com professores(as) indígenas Iny (Karajá e Javaé) estudantes no curso de Educação Intercultural da Universidade Federal de Goiás. O objetivo foi compreender a relação desta etnia com o complexo da Ilha do Bananal, formada pelo Rio Araguaia e inserida na Bacia Araguaia-Tocantins, situada no estado do Tocantins, por meio de representações cartográficas na ótica de diferentes atores, particularmente do povo Iny e de estudiosos de algumas áreas, notoriamente da Geografia, Antropologia e Linguística, a respeito das dinâmicas geoambientais, territoriais e étnicas naquela área. A pesquisa nos permitiu uma leitura da área de estudo pelas categorias ambiente e território, com base em revisão bibliográfica e cartográfica e na análise de desenhos (croquis e mapas) realizados pelos professores/estudantes Iny nos temas contextuais no curso de Educação Intercultural (EI/UFG), complementadas com viagens às Terras Indígenas Karajá e Karajá-Xambioá. A pesquisa possibilitou uma aproximação com a problemática dos limites, dos locais de vivência e das atividades regulares das aldeias. Diante das análises efetuadas foi possível compreender que para o povo Iny os limites, o ambiente e o território da Ilha do Bananal são distintos daqueles definidos pelos órgãos e instituições, pois se expande para além do encontro entre o Rio Araguaia e Javaé e que para representá-los são necessárias outras elaborações cartográficas.

Palavras – Chave: Cartografia, Território, Ambiente, Ilha do Bananal, Povo Iny.

## ABSTRACT

This work consists of reflections marked by the encounter as a teacher and researcher with the indigenous teacher Iny (Karajá and Javaé) students in the course of Intercultural Education, Federal University of *Goiás*. The objective was to understand the relation of this ethnic group with the complex of *Ilha do Bananal*, formed by the Rio Araguaia and inserted in the Araguaia-Tocantins Basin, located in the state of Tocantins, through the perspective of cartographic representations of different actors, especially the Iny people scholars/students in some areas, notably Geography, Anthropology and Linguistic, about the geo-environmental, territorial and ethnic dynamics in that area. The research allowed us a reading of the study area by setting categories and territories, based on literature review and mapping and analysis of drawings (sketches and maps) made by the teachers / students in Iny contextual issues in the course of Intercultural Education (EI/UFG), supplemented with trips to Indigenous Lands (Karajá and Karajá-Xambioá). The research enabled an approach to the problem of the limits of the place of living and regular activities of the villages. Given the analysis conducted was possible to understand that the limits Iny people, the environment and the territory of the *Ilha do Bananal* are distinct from those defined by the agencies and institutions, as it expands beyond the encounter between the Araguaia and Javaé Rivers and to represent them other cartographic elaborations are necessary.

Key – Words: Cartography, Territory, Environment, Island Bananal, Iny People



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Lista de Tabelas

	Pág.
Tabela 01. Características das Terras Indígenas na Ilha do Bananal	72
Tabela 02. Identificação nominal das aldeias antigas, da figura 40, no Território Iny .	128

### Lista de Quadros

	Pág.
Quadro 01. Características dos Municípios envolvidos na área de estudos.	91

### Lista de Figuras

	Pág.
Figura 01. Localização das Terras Indígenas do Povo Iny.	20
Figura 02. Encontro do Rio Araguaia e o Rio Tapirapé e o morro denominado <i>Tyrehe Rÿna Hãwalô</i> na aldeia Itxala na Terra Indígena Tapirapé/Karajá.	25
Figura 03. Encontro do Rio Araguaia e o Rio Tapirapé (visto da aldeia Itxala Terra Indígena Tapirapé/Karajá) no município de Santa Terezinha (MT).	34
Figura 04. Paisagem de uma praia central do Rio Araguaia formada em frente ao porto de Santa Terezinha (MT).	34
Figura 05. Localização da bacia hidrográfica Araguaia – Tocantins.	45
Figura 06. Domínios Tectônicos e Geológicos da Bacia do Rio Araguaia.	49
Figura 07. Geomorfologia da Bacia do Rio Araguaia.	50
Figura 08. Hipsometria da Bacia do Rio Araguaia.	51
Figura 09. Segmentação do Rio Araguaia proposto por Latrubesse & Stevaux (2002).	52
Figura 10. Unidades geomorfológicas da Ilha do Bananal.	59
Figura 11. Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes. Adaptado do mapa de Curt Nimuendajú, 1944 (Anexo 03).	66
Figura 12. Mapa da Capitania de Goyaz de Francesco Tosi Colombina de 1750 (Anexo 04)	68

Figura 13. Imagem com limites das Terras Indígenas.	72
Figura 14. Representação Indígena das aldeias Iny na Ilha do Bananal.	75
Figura 15. Representação da Terra Indígena Karajá Xambioá feita por um discente Guarani que vive conjuntamente com os Karajá nesta área.	76
Figura 16. Representação da Terra Indígena Karajá (Aruanã – GO).	77
Figura 17. Modelo Karajá de aldeia (detalhe): área dos homens e área das mulheres.	83
Figura 18. Espacialização da Aldeia Karajá de Hāwalò (Santa Isabel do Morro) na ilha do Bananal.	84
Figura 19. Principais locais de origem mítica dos Karajá, dos Tapirapé e dos ancestrais dos Javaé.	88
Figura 20. Municípios Limítrofes a área de Estudo.	92
Figura 21. Hidrografia da área de estudo demonstrando o potencial hídrico da região	95
Figura 22. Carta <i>America Meridionalis</i> de Gerhard Mercator de 1606.	102
Figura 23. Brasil de Giovanni Battista Ramusio de 1557.	104
Figura 24. <i>Accuratissima Brasilia tabula</i> de Henricus Hondius de 1635.	105
Figura 25. <i>Brasilia: generis nobilitate armerum et litterarum</i> de Johannes Blaeu de 1596-1673.	106
Figura 26. Primeira referência a gente do Sertão de Paraupava (1590 – 1593).	109
Figura 27. Bandeira de Domingues Rodrigues (1596 – 1600).	109
Figura 28. Bandeira de André Fernandes (1613 – 1615).	111
Figura 29. Ilha do Bananal.	111
Figura 30. Primeira referência cartográfica dos Karajá – Jean de Léry	113
Figura 31. Referência aos Karajá na <i>Carte de la Terre Ferme, du Perou, du Bresil et du Pays des Amazones</i> .	113
Figura 32. Representação dos Rios Araguaia e Tapirapé na Terra Indígena Tapirapé/Karajá.	116
Figura 33. Representação do primeiro Iny chegando à superfície.	119
Figura 34. Aldeia Buridina (Aruanã – GO).	120
Figura 35. Aldeia Santa Isabel do Morro (Ilha do Bananal - TO).	121
Figura 36. Disposição dos ambientes em uma aldeia na Ilha do Bananal(TO).	122
Figura 37. Representação Indígena da Terra Indígena Karajá Xambioá (TO).	123
Figura 38. Visão de mundo na ótica Javaé.	125
Figura 39. Território de Ocupação Tradicional dos Karajá e Javaé.	127
Figura 40. Tripartição espacial e histórica da Ilha do Bananal.	131
Figura 41. Locais de origem mítica do Povo Iny	135
Figura 42. Evolução dos limites das Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Ilha do Bananal.	136

Figura 43. Distribuição espacial e territorial do Povo Iny (Anexo 08).	139
Figura 44. Lagos do território indígena de Boto Velho.	141
Figura 45. Localizações e contexto histórico-cultural do Povo Iny na Ilha do Bananal.	142
Figura 46. Representação da área “core” da Ilha do Bananal.	144

### Lista de Anexos

	Pág.
Anexo 01. Mapa da Bacia Hidrográfica do Tocantins-Araguaia	163
Anexo 02. Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes. Adaptado do mapa de Curt Nimuendajú, 1944. (Figura 11).	164
Anexo 03. Mapa da Capitania de Goyaz de Francesco Tosi Colombina de 1750 (Figura 11).	165
Anexo 04. Mapa da Situação Fundiária das Terras Indígenas do Brasil.	166
Anexo 05. Mapa das Coordenações Regionais e Jurisdição das Terras Indígenas do Brasil.	167
Anexo 06. Mapa da Situação das Terras Indígenas em 2007.	168
Anexo 07. Mapa das Terras Indígenas do Brasil.	169
Anexo 08. Distribuição espacial e territorial do Povo Iny (Figura 43).	170

## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	iv
AGRADECIMENTOS .....	v
RESUMO .....	vii
ABSTRACT .....	viii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....	ix
Lista de Tabelas .....	ix
Lista de Quadros .....	ix
Lista de Figuras.....	ix
Lista de Anexos .....	xi
SUMÁRIO.....	xii
INTRODUÇÃO.....	14
A aproximação com os Iny e as reflexões acerca da Ilha do Bananal .....	15
A construção da pesquisa.....	21
A organização da tese .....	26
CAPÍTULO 01 – ABORDAGENS DA ILHA DO BANANAL E DA BACIA ARAGUAIA-TOCANTINS .....	28
1.1. As Categorias da abordagem .....	28
1.1.1. Paisagem.....	28
1.1.2. Natureza, ambiente e geodiversidade.....	36
1.1.3. Território étnico.....	40
1.2. A área da pesquisa .....	45
1.2.1. Bacia Hidrográfica Araguaia – Tocantins.....	45
1.2.2. O Rio Araguaia na abordagem geopoética.....	53
1.2.3. A Ilha do Bananal.....	55
1.2.3.1. Características Geoambientais da Ilha do Bananal .....	56
1.2.3.2. Iny Olona: a Ilha do Bananal e o Povo Iny.....	60
CAPÍTULO 02 – O POVO INY NO BRASIL CENTRAL .....	66
2.1. O Povo Iny na Ilha do Bananal .....	70
2.1.1. Os Karajá.....	78
2.1.2. Os Javaé.....	85
2.2. Os Não-Indígenas .....	90

CAPÍTULO 03 – A ILHA DO BANANAL, OS INY E AS MÚLTIPLAS REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS .....	96
3.1. Leituras de mundo no contexto da Cartografia.....	97
3.1.1. As representações cartográficas dos povos indígenas no Brasil colonial .....	101
3.1.2. Representações indígenas na cartografia colonial do Brasil Central .....	103
3.1.3. Representações do Povo Iny na cartografia colonial do Brasil Central .....	107
3.1.4. Representações cartográficas da relação do Povo Iny com o ambiente.....	114
CAPITULO 04 - NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS DA ILHA DO BANANAL E DA BACIA ARAGUAIA- TOCANTINS EM PERSPECTIVA INTERCULTURAL .....	120
4.1. Narrativas e representações da relação do povo Iny com a Ilha do Bananal .....	129
4.2. Outras leituras cartográficas .....	137
A CAMINHO DE ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	143
BIBLIOGRAFIA .....	147
Referências Bibliográficas .....	147
Bibliografia Consultada .....	161
ANEXOS .....	162

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é constituído de reflexões que se iniciam após o mestrado e chegam a esta tese de doutoramento, marcadas pelo encontro como docente com vários professores(as) indígenas, sobretudo os Iny (Karajá e Javaé). A proposta consiste em compreender através das representações cartográficas<sup>2</sup> da Ilha do Bananal situada no estado do Tocantins, na ótica de diferentes atores, particularmente do povo Iny e de estudiosos de algumas áreas, notoriamente da Geografia, Antropologia e Linguística, a respeito das dinâmicas geoambientais, territoriais e étnicas naquela área.

As análises dos trabalhos realizados pelos professores/estudantes<sup>3</sup> do povo Iny (Karajá/Javaé) nos temas contextuais que ministrei no curso de Educação Intercultural da Universidade Federal de Goiás (EI/UFG)<sup>4</sup>, somadas a algumas viagens a Terras Indígenas Karajá e Karajá-Xambioá<sup>5</sup>, acrescidas da revisão bibliográfica e cartográfica, permitiram compreender algumas faces da dinâmica ambiental e territorial da Ilha do Bananal, formada pelo Rio Araguaia e inserida na Bacia Araguaia-Tocantins e me possibilitaram uma aproximação com a problemática dos limites, dos locais de vivência e das suas atividades regulares em suas aldeias

Considero que os Karajá e Javaé, mais propriamente denominados como Povo Iny, conhecem não somente o espaço local da aldeia que vivem, mas todo o complexo da Ilha do Bananal (TO) e para representar as dinâmicas geoambiental, territorial e étnica de maneira adequada e completa temos a hipótese de que, para abordar este quadro, eles(as) utilizam distintas representações, incluindo as cartográficas, a exemplo de narrativas, desenhos e elementos de mapas cartesianos, ao contrário de outras representações, como mapas temáticos elaborados por órgãos públicos e pesquisadores(as). A partir destas primeiras considerações, apresento como se deu a aproximação e o trabalho com os Iny, o percursos da pesquisa e a estruturação da tese.

---

<sup>2</sup> Para esse esta pesquisa as representações cartográficas podem ser entendidas como diferentes formas e abordagens de espacializar um determinado tema, utilizando tanto desenhos, croquis, esboços, cartas, mapas, plantas.

<sup>3</sup> São alunos(as) do curso de Educação Intercultural concomitantemente são professores(as) do ensino fundamental e médio em suas aldeias.

<sup>4</sup> Em 2007 o curso era denominado como Licenciatura Intercultural Formação de Professores Indígenas (CLIFPI/UFG) (PPP-UFG, 2006), posteriormente alterado para Educação Intercultural. Doravante usarei a sigla EI/UFG.

<sup>5</sup> As etapas de estudos em Terras Indígenas compõem as atividades da Matriz de Formação Básica e das Matrizes de Formação Específica contribuindo por meio de orientação, nos estudos e nas pesquisas desenvolvidas para construção dos projetos extraescolares e as atividades de estágio supervisionado. Além da vivência com a comunidade por meio de seminários e oficinas.

## A aproximação com os Iny e as reflexões acerca da Ilha do Bananal

As minhas reflexões acadêmicas acerca da relação do povo Iny com a Ilha do Bananal começam em 2007, como professora convidada do Curso de Educação Intercultural do Núcleo Takinahakÿ de Formação Superior de Professores Indígenas da Universidade Federal de Goiás<sup>6</sup>. Tinha acerca deles e da ilha uma memória de infância<sup>7</sup>. Naquele ano, o horizonte se ampliou ao me deparar com um contexto totalmente novo e uma perspectiva pedagógica diferenciada para construção de conhecimentos numa proposta educacional baseada nos princípios curriculares da interculturalidade e da transdisciplinaridade apoiada nos eixos da diversidade e da sustentabilidade (PPP-UFG, 2006), que atendia inicialmente povos indígenas da região denominada Araguaia-Tocantins<sup>8</sup>, dentre eles os Iny (Karajá e Javaé)<sup>9</sup>.

O curso é ministrado em etapas em Goiânia na UFG e nas terras indígenas, somando dois anos de matriz básica e três anos de matriz específica, distribuída nas áreas de ciências da natureza, da linguagem e da cultura. Os princípios e eixos são ministrados em temas contextuais. Trabalhei com temas geográficos na matriz básica e ligados à matriz específica das ciências da natureza.

É necessário detalhar os pilares que dão suporte ao curso e que permeiam as reflexões propostas neste trabalho. Sendo assim

“(…) a interculturalidade está sendo entendida aqui não apenas como um meio que reconhece o valor intrínseco de cada cultura e defende o respeito recíproco entre elas, mas que propõe também enfrentar os conflitos oriundos desse relacionamento, como também as suas riquezas (...)” (PPP-UFG, 2006, p. 34).

A transdisciplinaridade exige que se deixemos a visão segmentada das disciplinas escolares e acadêmicas. Ela permite que entendamos e se faça uma discussão do espaço geográfico e as alterações temporais para compreender os estudos a respeito dos seres vivos e das inter-relações com o espaço; qual a composição, as

---

<sup>6</sup> O convite veio da parte do antropólogo e geógrafo Alex Ratts participante da primeira turma de docentes do curso.

<sup>7</sup> Em um primeiro momento na infância tive um breve contato com o povo Iny (particularmente os Javaé) na Ilha do Bananal, hoje no estado do Tocantins.

<sup>8</sup> Na geografização do curso não se utilizou os limites de bacia hidrográfica, porque havia um grupo do sul do Maranhão o Povo Gavião.

<sup>9</sup> Neste caso me refiro à primeira turma que ingressou em 2007, cujos(as) integrantes que pertenciam às seguintes etnias: Tapuia e Karajá (Goiás); Karajá e Tapirapé (Mato Grosso), Karajá, Karajá-Xambioá, Guarani, Javaé e Xerente (Tocantins); e Gavião (Maranhão). Atualmente o curso hoje conta com 18 (dezoito) povos sendo: Karajá, Javaé, Karajá Xambioá, Guarani, Tapirapé, Xerente, Tapuia, Gavião, Apinajé, Krahô, Krikati, Canela, Guajajara, Xavante, Xakriabá, Timbira, Kamaiurá, Waura.

transformações, as dinâmicas e forças resultantes dos processos da interação do espaço físico e biológico e, ainda, a explicação numérica e a representação gráfica dos conhecimentos acerca da natureza, do ambiente e dos territórios. Tudo isso pensado no diálogo entre culturas e visões de mundo que envolve esses estudos, a diversidade cultural, a reflexão sobre o processo de ocupação e pressão sobre os territórios indígenas.

Segundo uma das proponentes do curso, esta proposta pedagógica visa

(...) aproveitar sua experiência e de seus alunos, Contar experiências envolve um pressuposto epistemológico que se sustenta em bases de conhecimento que vêm da cultura, da natureza, dos livros, das trocas de saberes, do sentir da palavra dos mais velhos, da liberdade de se envolver com diferentes campos do saber. Ou seja, do fazer e do aprender numa visão transdisciplinar. Essa concepção visa à superação da ideia de que o que se aprende na escola não tem relação com o mundo dos alunos, ou seja, com a comunidade (PIMENTEL DA SILVA, 2013, p. 68).

Em outros termos, esta formação educacional específica pressupõe superar a educação em que os conhecimentos estão rigidamente separados em disciplinas mesmo na escola indígena que deveria ser diferenciada. Conforme a autora, a pedagogia transdisciplinar “(...) se realiza por meio dos temas contextuais dos conhecimentos tradicionais ou de outras fontes de saberes” (idem). Estes constituem a forma de relacionar, contextualizar os múltiplos saberes/conhecimentos envolvendo povos e culturas. Outro ponto a ressaltar é que se pretende que esse saber/conhecimento ocorra sem a hierarquização e a compartimentalização que ocorre no contexto escolar não-indígena ocidentalizado. Na concepção do tema contextual<sup>10</sup> quanto maior a diversidade de saberes, mais se socializa o conhecimento, mais se reconhece a diversidade cultural e se pode caminhar para a sustentabilidade de cada povo indígena.

É necessário dizer que as reflexões iniciais deste trabalho estão relacionadas com a experiência com diálogos e relatos observados nas atividades desenvolvidas na área de conhecimento das Ciências da Natureza, nos temas contextuais ministrados por mim, pelo prof. Alex Ratts e outros(as) professores(as) convidados(as), a saber: temas contextuais da matriz básica: *Território e Terras Indígenas; Natureza, Homem e Meio-*

---

<sup>10</sup> A autora define tema contextual como: “a forma de contextualizar o conhecimento sem hierarquia” e prossegue “É o entendimento de que o conhecimento está em todos os lugares onde os diferentes povos e suas culturas se desenvolvem e, assim, são múltiplas as epistemes com seus muitos mundos de vida. Há, assim, uma diversidade de conhecimento, que comporta todo o patrimônio da humanidade acerca da vida humana, das flores, do sol, das árvores, das águas, dos animais, das aves, dos insetos, da terra, do céu, das estrelas, do fogo, dos minerais, do ar, da arquitetura, da religião, das artes etc. Não importa o nome da Ciência na qual esses saberes estão vinculados, se Física, Biologia, Matemática, Geografia, História, Química etc.” (PIMENTEL DA SILVA, 2014, p. 26).



*Ambiente; Meio-Ambiente: Ecologia do Cerrado e na formação específica: Ambiente e transformação; Corpo e saúde; Energia e reservas energéticas; Recursos naturais e ambiente; Impactos ambientais e saúde; Corpo e alimentação: transformações da natureza; Conhecimentos tradicionais, patrimônio e gestão de recursos naturais*, nestes temas, especificamente, contribuí com leituras cartográficas e geográficas e suas formas de representações, através de construção de vários mapas e outras representações dos ambientes e dos territórios. Também participei das etapas presenciais em terras indígenas Karajá-Xambioá no estado do Tocantins que acontecem geralmente nos meses de abril e outubro.

Vale ressaltar que esta seria uma posição inicial, pois em contato com este material ficou evidente que uma representação cartográfica com técnicas e concepções ditas modernas não seria suficiente para adentrarmos nesta nova etapa, leitura e diálogo entre uma professora não-índia e os estudantes do curso de Educação Intercultural com vistas à apreensão e compreensão dos problemas e potencialidades ambientais e territoriais.

Estas discussões foram possíveis devido à minha formação como geógrafa e cartógrafa o que proporcionou uma concepção que abarca principalmente as caracterizações, representações e dinâmicas existentes no meio físico, o que se modificou com atuação como docente do curso de Educação Intercultural<sup>11</sup>. Esta nova experiência permitia perceber outras nuances do ensino e das formas de representar, levando-me ao encontro com vertentes amplas cujos horizontes são os mais diversos, pautada nas observações, esboços cartográficos e relatos de experiência dos estudantes do curso.

Diante de tantas inquietações, o caminho para iniciar o diálogo foi estabelecer a relação com a terra e o território no que se refere à população indígena, lembrando que o atual limite das terras indígenas, não representa os territórios dos grupos Iny. Porém para os indígenas há uma realidade de relativo confinamento em terras

---

<sup>11</sup> Minha formação é em agrimensura no ensino técnico de nível médio e em geografia física e cartografia na graduação e no mestrado, o que me fazia caminhar para um perfil bastante técnico. Os principais trabalhos que realizei neste campo foram a monografia intitulada “Os olhares próximos e sensores remotos: análise comparativa da utilização da terra na bacia do rio João Leite, nos anos de 1992 e 1999” (COSTA, 2002) e a dissertação “Análise do Geossistema Cárstico-Pelítico Guarani de Goiás - Divinópolis de Goiás” (COSTA, 2005). Desde 2007 participei da criação e sou pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (LaGENTE/IESA/UFG), coordenado pelo Prof. Dr. Alecsandro (Alex) JP Ratts, com destaque para o projeto de pesquisa: “Geografia e educação indígena: reflexão acerca de natureza/ambiente e território”.

demarcadas pelo Estado, por exemplo, quando locais de referências ficam fora destes limites demarcados. Há casos de cemitérios, áreas rituais, áreas de extração de materiais para o artesanato, locais de caça e pesca. É importante colocar que os limites são definidos por órgãos que utilizam concepções diferentes dos indígenas que se centram nas referências culturais e tradições.

Ao entender as relações entre terra e território, abrindo um flanco para analisar a dinâmica existente neste ambiente singular, denominado Ilha do Bananal composta de especificidades morfológicas, ambientais, territoriais, étnicas e sociais.

O fato mais marcante na vivência acadêmica com estes grupos, tanto na etapa em Goiânia, quanto nas terras indígenas, foram as observações e relatos dos professores/estudantes do curso de Educação Intercultural com uma leitura crítica acerca das questões culturais, ambientais e territoriais que os atingem e rodeiam. É possível perceber que também estão dispostos a colocar um ponto final na imagem estereotipada, romanceada e bucólica dos “índios”, fruto de certo senso comum muito influenciado pela literatura, o cinema e a televisão. Neste momento os povos indígenas estão buscando reforçar seus posicionamentos atuais de produtores de seus contextos sociais, econômicos e culturais, onde a outra parcela populacional deve conhecer e respeitar de forma igualitária.

A educação e o direito ao ensino formal eram previstos na legislação federal para as comunidades indígenas desde a constituição Federal de 1988, porém elas reivindicavam uma proposta que contemplasse as especificidades de cada grupo étnico principalmente que, a partir da formação dos professores indígenas o resgate e manutenção da língua e da cultura materna estivessem garantidos, e assim, colaborando diretamente com suas comunidades “[...] a traçar seus destinos e se libertar, de verdade, da política de dominação cultural [...]” (PPP-UFG, 2006, p.8).

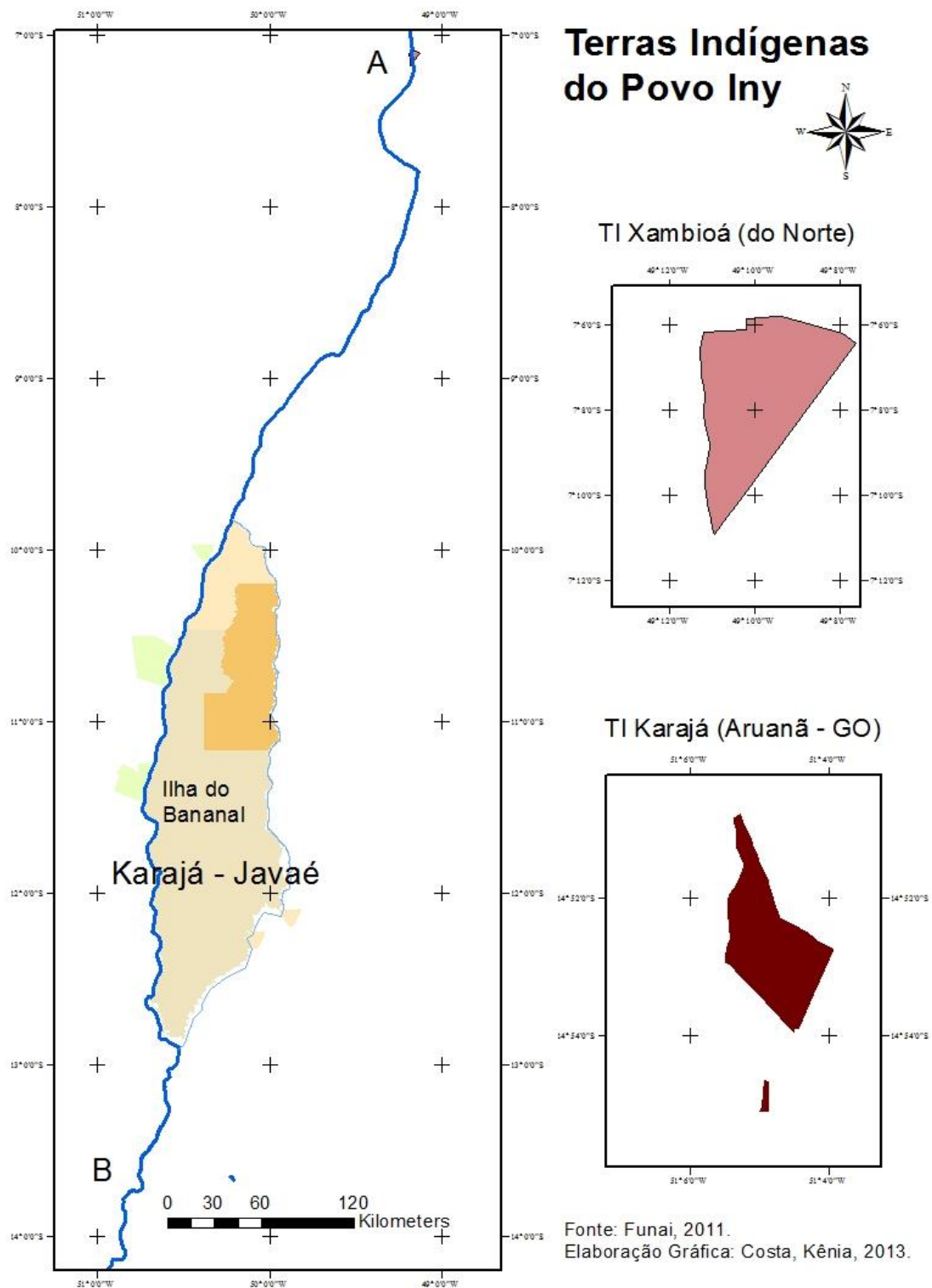
A troca de saberes entre discentes e docentes do curso de Educação Intercultural foi uma forma de apreender aspectos culturais e humanos, contribuindo desta forma para a crítica acerca dos processos educacionais vigentes na sociedade não-indígena, para assim, entender como conhecimentos transmitidos pela oralidade se mantiveram e construíram uma relação com a escrita e com os recursos cartográficos de outros saberes e tecnologias.

A experiência com o curso me apresenta um caminho – intercultural e transdisciplinar – possibilitando que entenda e faça uma discussão das dinâmicas

geoambientais e territoriais, contemplando as alterações temporais, com foco na Ilha do Bananal e no povo Iny.

A pesquisa está localizada no território da Ilha do Bananal, onde o Estado definiu nove terras indígenas, e o Povo Iny (os Karajá e os Javaé), estabelecem suas relações espaciais e culturais e suas formas tradicionais de subsistência. Além de ser palco de inúmeras histórias de lutas e conflitos, esta unidade tem cerca de 24 aldeias. Uma referência muito própria deste grupo é o estabelecimento das habitações nas proximidades lagos, lagoas e os afluentes do Rio Araguaia e Javaé. Os Javaé sempre ficam às margens do rio com o mesmo nome, um afluente (braço menor) do rio Araguaia que delimita a parte leste da Ilha do Bananal, no Tocantins (Figura 01).

Figura 01. Localização das Terras Indígenas do Povo Iny.



Fonte: COSTA, 2013.

## A construção da pesquisa

Esta pesquisa, em grande parte, é fruto de muitos diálogos e questionamentos que aconteceram nas etapas de estudos na UFG e das etapas em terras indígenas do comitê orientador Karajá e Karajá-Xambioá do referido curso de Educação Intercultural<sup>12</sup>.

Diante da prática como geógrafa e cartógrafa seguindo concepções e elaborações cartográficas técnicas, científicas e cartesianas<sup>13</sup> foi possível perceber também outra relação de ensino e de formas de representar. Questionamentos surgiram no contato e início das atividades desenvolvidas, discussões e releituras a partir da cartografia e dos diversos olhares sobre a relação do povo Iny com o rio Araguaia e mais especificamente com a Ilha do Bananal, o que contribuiu para delimitar um objeto específico: o estudo das representações cartográficas da dinâmica geoambiental, territorial e étnica da Ilha do Bananal com foco nos Karajá e nos Javaé.

Observava nas aulas que os Karajá e Javaé, ao representarem a Ilha do Bananal, o faziam como se fosse uma unidade étnica, territorial e ambiental, ainda que se remetessem a interações dos não-indígenas. O mesmo acontecia para os Karajá-Xambioá. Quando solicitava para que desenhassem o entorno é que havia mais referências a esse quadro. Quando trabalhávamos temas como “meio ambiente e ecologia do cerrado” apareciam referências a flora, fauna, rios, lagos e espaços como a “casa dos homens” que são pouco ou não conhecidas da sociedade regional e nacional.

Diante disto, surgiram algumas questões que permeia esta pesquisa: Quais são as diferentes visões de mundo dos Iny acerca do Rio Araguaia e da Ilha do Bananal? Quais as representações cartográficas que os Iny utilizam e elaboram para tratar do Rione da Ilha? visões cartográficas existentes? Qual a diferença entre estas representações e as realizadas por não indígenas? Como identificar e analisar as dinâmicas existentes no Rio e na Ilha tendo em vista o povo Iny?

Neste sentido, pressuponho que os Karajá e Javaé, conhecem não somente o espaço local da aldeia que vivem, mas todo o complexo da Ilha do Bananal (TO) e para representar as dinâmicas geoambiental, territorial e étnica de maneira adequada e

---

<sup>12</sup> A estrutura do curso estabelece que para atender as atividades das etapas em Terras Indígenas os docentes são divididos em Comitês Orientadores por etnias ou conjuntos de etnias.

<sup>13</sup> Entendo noções cartográficas cartesianas como todas as formas de representações ocidentais com usos múltiplos de tecnologias de modelagem, sistemas de informações geográficas, normatizadas pelas associações acadêmicas e cartográficas.

completa trabalhei com a hipótese de que eles(as) utilizam distintas representações, incluindo as cartográficas, a exemplo de narrativas, desenhos, mapas cartesianos e imagens de satélite.

Desta forma, diante das dinâmicas geoambientais, territoriais e étnicas presente no complexo da Ilha do Bananal(TO) a pesquisa teve como objetivo geral analisar as relações existentes por meio das representações cartográficas, narrativas, desenhos, dentre outras elaboradas pelos Iny e por não-indígenas, sobretudo estudiosos da área. Também foram definidos os objetivos específicos:

- Realizar um levantamento e uma análise de estudos feitos por grupos de pesquisas que abordam a unidade geoambiental da Ilha do Bananal (TO);
- Realizar um levantamento de estudos feitos por autores/as que abordam em suas pesquisas o povo Iny;
- Sistematizar e selecionar narrativas e desenhos realizados pelos professores/estudantes Iny durante o curso de Educação Intercultural nos temas ministrados por mim
- Realizar idas a campo em aldeias Iny para conhecer parte do complexo da Ilha do Bananal tendo em vista a literatura específica e o contato pessoal com o grupo

A pesquisa foi construída por meio de revisões bibliográficas, cartográficas e observações em campo e nas etapas do curso de Educação Intercultural, basicamente através das atividades desenvolvidas nos temas contextuais e nas apresentações dos professores/estudantes<sup>14</sup>.

Além de organizar um acervo de desenhos e algumas narrativas escritas durante o curso, me voltei para os trabalhos de grupos de pesquisas que abordam as características geoambientais e territoriais da Ilha do Bananal, baseadas em arranjos espaciais caracterizados pela convergência de semelhanças dos seus aspectos físicos e bióticos e de pesquisadores(as) que estudaram os Iny.

No percurso da pesquisa, realizei estágio docência com o orientador na disciplina Formação do Território Brasileiro pertencente à matriz curricular do curso de geografia, na qual expus parte dos desenhos e narrativas e trabalhei com a representação indígena na cartografia colonial, particularmente do chamado Brasil Central, material que, em parte, incorporei na tese.

---

<sup>14</sup> Os temas contextuais (PPP-UFG, 2006) e atividades de sábado são os momentos na qual os próprios professores/estudantes apresentam suas pesquisas.

O acervo de desenhos vinha sendo organizado desde 2007. Também agreguei algumas narrativas escritas por professores/estudantes Iny. Para este material fiz uma sistematização e registro fotográfico ou escaneamento para a análise.

A seleção e consulta da cartografia existente para composição da carta base, foi realizada a partir de consultas em acervos de instituições acadêmicas e governamentais, como FUNAI, IBAMA, IBGE, Governos Estaduais, dentre outros;

Interpretações de vários registros como mapas históricos, imagens de satélite utilizando as técnicas de geoprocessamento, além de narrativas Iny, croquis e mapas publicadas por antropólogos(as) e linguistas, particularmente Toral (1992), Rodrigues (2008), Pimentel da Silva (2001) e Pimentel da Silva & Rocha (2006).

Para a dinâmica geoambiental do complexo da Ilha do Bananal foram fundamentais os trabalhos de Morais (2002) e Valente (2007). No tocante à discussão da categoria território os principais trabalhos em foco são os de Raffestin (2011), Haesbaert (1997) e Ratts (2001, 2003, 2004).

O trabalho de campo aconteceu em duas situações distintas, tendo como base calendário do curso de Educação Intercultural (EI/UFG): em dois momentos nos meses de abril e outubro dos respectivos anos de vigência da pesquisa nas etapas em Terras Indígenas Karajá e na etapa de estudos na UFG, em Goiânia, nos meses de janeiro – fevereiro e julho – agosto. Não obtive recursos para ir a nenhuma aldeia Javaé.

O primeiro campo propriamente dito, tendo em vista esta pesquisa, aconteceu em maio de 2012, juntamente com a etapa de terras indígenas do comitê Karajá com a professora Maria do Socorro Pimentel da Silva. A base era a aldeia de Itxala que se encontra na barra do Rio Tapirapé, ou seja, no encontro do Rio Araguaia e Tapirapé. No período de 10 dias constatee algumas evidências que havia percebido nos diálogos das etapas na UFG, tais como:

- a territorialidade da Ilha do Bananal está além dos limites pré-definidos, entre os rios Araguaia e Javaé, pois Itxala está na margem esquerda e todos os Iny se consideram povos da ilha;
- identifiquei como ocorre a divisão do mundo masculino e feminino e a questão dos espaços interditados para as mulheres;
- percebi como a cosmologia é o viés para interligar os conhecimentos e construir os saberes interculturais;

- observei algumas atividades e relações do povo Iny com o Rio Araguaia, que colabora em grande parte da sustentabilidade cultural e ambiental do grupo.

Na aldeia de Itxala há um morro que me permitiu ver o que me encantava nas representações feitas pelos professores/estudantes desta área: o encontro do Rio Tapirapé com o Rio Araguaia. Foi uma confluência de sentimentos, que registrei em fotografias (Figura 02) essa cena porque não tinha como representar o sentimento.

Neste momento tive a oportunidade de ir à aldeia Macaúba que situa na Ilha do Bananal na margem direita do Rio Araguaia no estado do Tocantins, e vivenciar alguns momentos permitidos às mulheres na Festa de Hetorokÿ de iniciação masculina. Foi uma experiência única, porque também encontrei os indígenas de Xambioá<sup>15</sup> que se encontravam naquele ritual.

Chegamos ao final da tarde e foi possível acompanhar a chegada dos grupos no porto, as brincadeiras no pátio (momento em que o jovem luta mostrando suas habilidades), os caminhos definidos para a casa de Aruanã, onde mulher nenhuma estava. Logo anoiteceu e fomos convidadas a nos recolher e nos dirigimos para uma sala na escola da aldeia para dormirmos. Fomos avisadas que às cinco horas da manhã iria começar a outra parte e que poderíamos acompanhar. Contudo, a noite toda se houve o som dos maracás e os cantos dos *Ijasó*, porém não é permitido e a mulher que quebra essa regra sofre sanções severas.

Ao amanhecer retornamos junto com a comunidade para a continuação da festa, ficam muito evidente os espaços masculinos e femininos neste momento as mulheres das famílias dos meninos que estão sendo iniciados, ou seja, mudando de fase de criança que vivia no mundo das mulheres para o mundo do homem podendo agora compartilhar da casa de Aruanã.

Com esse acontecimento foi possível fazer duas viagens curtas pelo Rio Araguaia, sendo da aldeia de Itxala ao Porto de Santa Terezinha (MT), cruzá-lo até a aldeia Macaúba e no outro dia fazer o retorno até Santa Terezinha (MT). Para chegar a Itxala novamente fomos por terra numa viagem muito interessante, na qual pude identificar a ação antrópica em uma zona de transição de Floresta Amazônica e Cerrado. Nesta etapa conheci a comunidade Tapirapé Majtyritãwa onde a influência dos Tapirapé é maior que em Itxala, mas todos têm relações de parentescos e afinidades.

---

<sup>15</sup> Estudantes/professores do comitê Karajá-Xambioá da qual sou professora, também se encontrava vários jovens da comunidade.



Figura 02. Encontro do Rio Araguaia e o Rio Tapirapé e o morro denominado *Tyrehe Rÿna Hãwalô* na aldeia Itxala na Terra Indígena Tapirapé/Karajá.

**A** Vista do alto do morro na Aldeia Itxala (MT) (1), encontro do Rio Araguaia (2) e o Rio Tapirapé (3) (Barra do Tapirapé) (4). e ao fundo do lado esquerdo a Ilha do Bananal (5).



**B** Vista do alto do morro na Aldeia Itxala (MT)(1) vista da margem oposta do Rio Araguaia (2) Ilha do Bananal (3).

Fotos e Elaboração Gráfica: Kênia G. Costa (2012)

Fonte: COSTA, 2012 (Trabalho de campo).

Os principais sujeitos envolvidos nesta pesquisa são os índios Karajá e Javaé da Ilha do Bananal. No caso deste grupo étnico, auto-denominado Iny, sua língua materna, o Inyrubé, pertence à família linguística Karajá que está vinculada ao tronco linguístico Macro-Jê (TORAL, 1992, p.10-11). Segundo os estudos de Toral (1992) estão divididos em três subgrupos: os Javaé, os Xambioá (ou do Norte) e os Karajá (Ilha do Bananal – TO e Aruanã – GO). Suas áreas de ocupação seguem as margens do Rio Araguaia passando por áreas geográficas diferenciadas ao longo da sua bacia. O contato e a visão equivocada da sociedade não-indígena produziram pontos negativos em relação à língua, pois mesmo pertencendo à mesma família linguística, apresentam variações, por exemplo no falar: os Karajá têm fala feminina e masculina, contudo, entre os Javaé não há esta distinção de acordo com o gênero do falante. Para ambos, em algumas aldeias a imposição do português dominou a língua materna<sup>16</sup> como, por exemplo, em Xambioá (ou Karajá do Norte), Tocantins, e em Aruanã, Goiás (BORGES, 1997; PIMENTEL DA SILVA, 2001).

### **A organização da tese**

A pesquisa realizada a partir dos procedimentos metodológicos acima descritos se apresenta nesta tese, além da Introdução, em quatro capítulos, considerações finais e as referências bibliográficas.

O primeiro capítulo “Abordagens da Ilha do Bananal e da Bacia Araguaia-Tocantins” o Rio Araguaia é o condutor da análise, pois, por meio da revisão bibliográfica encaminhamos leituras que nos levaram a compreender a dinâmica ambiental, subsidiada pelas categorias geográficas “Paisagem”, “Ambiente e Geodiversidade” e “Território étnico”. O uso dos limites da bacia hidrográfica Araguaia – Tocantins possibilitou uma análise na perspectiva sistêmica dos contextos ambiental, socioeconômico e cultural, contextualizando a área da pesquisa por meio da referida bacia, do Rio Araguaia, da Ilha do Bananal e do povo Iny.

No segundo capítulo “O povo Iny no Brasil Central” possibilita por meio da bibliografia e das visitas e vivências de campo, uma compreensão desta sociedade que tem

---

<sup>16</sup> Esse quadro começa na década de 1970, quando a FUNAI adota “um programa educacional bilíngüe e bicultural para alguns grupos, entre eles, os Karajá. Este programa se deu sob a orientação do *Summer Institute of Linguistics*, entidade que tem também objetivos religiosos, o que resultou na tradução da Bíblia na língua Karajá” (LIMA FILHO, 1999, p.1). Atualmente o contato com a população não-indígena, principalmente por meio da escola com professores/as *tori* (brancos/as), a televisão, a internet observamos uma resistência dos indígenas mais jovens a falar o Inyrubé, porém com o novo processo formativo dos professores/estudantes estão se consolidando mudanças e o processo de revitalização que ocorre desde década de 1990 está se fortalecendo.

relações seculares com este ambiente, através de seus hábitos, das relações culturais e as formas tradicionais de subsistência. A Ilha do Bananal que abarca parte desta sociedade tem em torno de 24 aldeias estabelece uma relação de proximidade com ambientes naturais como: lagos, lagoas e os afluentes do Rio Araguaia e Javaé.

No capítulo 03 denominado “A Ilha do Bananal, os Iny e as Múltiplas Representações Cartográficas” nos apresenta por meio do contexto da cartografia as representações não-indígenas e indígenas com ênfase no povo Iny no período colonial, no Brasil Central. Além das relações do povo Iny com o ambiente por meio das representações cartográficas.

## **CAPÍTULO 01 – ABORDAGENS DA ILHA DO BANANAL E DA BACIA ARAGUAIA-TOCANTINS**

### **1.1. As Categorias da abordagem**

Iniciando essa aventura cartográfica que pretende, a partir de contextos, perspectivas e reflexões, entender um ambiente singular que foi lido, vivido e em muitos momentos representado pelos rigores das convenções acadêmicas e das associações que definem diretrizes para elaboração e divulgação de saberes através de mapas. A pesquisa nos permitiu uma viagem pelas categorias paisagem, a natureza, o ambiente e o território tendo em vista a Ilha do Bananal, com base na bibliografia específica, nos saberes/conhecimentos do Povo Iny (Karajá e Javaé) e nas nossas apreensões desta unidade geoambiental.

#### **1.1.1. Paisagem**

A Ilha do Bananal está inserida em um complexo arranjo ambiental, socioeconômico e cultural compreendido pela bacia hidrográfica Araguaia-Tocantins, situando-se no encontro do braço maior do Rio Araguaia com o braço menor, o Rio Javaé. Este ambiente apresenta várias características em seu curso com fitofisionomias e dinâmicas que nos exigem amplas reflexões. Os parâmetros ambientais e/ou das atividades turísticas, econômicas, dentre outros fatores, podem ser avaliados através da análise das evidências que podem ser observadas na paisagem, a partir dos aspectos geológicos, morfológicos, pedológicos, vegetacionais, e antrópicos na bacia hidrográfica Araguaia-Tocantins, principalmente na planície aluvial.

Os ambientes inseridos neste lócus da pesquisa têm características que permitem uma análise inicialmente estética e visual, pois a beleza cênica e as intervenções humanas da paisagem nos remetem as leituras de mundo como as realizadas pelos naturalistas, geógrafos e artistas. Alguns autores contemporâneos confirmam interesse na relação entre a estética da paisagem e a análise dos elementos físicos (BRANCUCCI, *et alli.* 2002) revisitando trabalhos, que iniciam no século XVI, sobre os domínios da terra e os processos morfogenéticos.

Estes estudos se desenvolveram observando os elementos que compõem uma bacia hidrográfica como os cursos d'água, lagos, vales, montanhas, rochas considerando-os como

enigmas geoambientais que poderiam ser revelados pela análise dos sinais, e pelos estudos de estratigrafia, mineralogia, morfologia, dentre outras. Cientistas e artistas como Leonardo da Vinci também trabalharam com uma síntese sobre as relações entre a observação científica das formas e a importância estética da paisagem. No século XVIII, a beleza da natureza apreciada na paisagem foi vista segundo Brancucci, *et alli*. (2002) como:

- fonte de prazer para pessoas que a admiram;
- obra de arte feita por Deus;
- como uma indução para estudos científicos;
- a emoção estética que nos envolve quando estamos de frente à natureza e uma ideia popular e científica.

A descrição da paisagem de forma generalista, por muito tempo, vinculou-se, sobretudo, à narrativa de viagens, marcadamente no século XVIII. Nessas viagens ou expedições, os relatos da “paisagem” constituíam um arcabouço detalhado das características físicas onde as sociedades, ou seja, os seres humanos se assentavam.

Neste contexto dos séculos XVIII e XIX as disciplinas específicas em formação procuraram aperfeiçoar os princípios da ciência moderna e adaptá-los aos objetos de estudos particulares. O trilhar da ciência geográfica pelo caminho da consolidação busca alguns conceitos e, no caso da paisagem, vale lembrar que a fonte inicial para a categorização da paisagem pela Geografia são as pinturas idílicas do período renascentista, e que muito se modificou com a concepção do pensamento ocidental, associada às novas técnicas de representação do espaço (HOLZER, 1999).

O estudo científico da paisagem trilhou trajetórias que levaram muitas reflexões, mas inicialmente emerge no seio da Geografia Alemã a partir da visão naturalista herdada dos viajantes e dos relatos dos primeiros geógrafos. Dentre eles, destacam-se os alemães Alexander Von Humboldt (1769-1859), Goethe Von Richtofen (1749 – 1832), Karl Ritter (1724 – 1804) e Friedrich Ratzel (1844 – 1904).

A paisagem, enquanto categoria de conhecimento foi abordada no âmbito da Geografia desde o final do século XIX, com uma leitura descritiva (generalista), advinda em grande parte dos estudos de Humboldt e alicerçada no cunho regional de Ritter. Muitos autores estudaram e refletiram a categoria, porém na concepção geográfica inicia a construção acerca da paisagem em dois vieses: a concepção sistêmica e a humanística.

Na literatura científica geográfica encontramos o tema da avaliação estética da natureza novamente quando falamos sobre o naturalista Alexander von Humboldt, acima mencionado. As concepções de natureza de Humboldt foram levadas para os E.U.A., por

exemplo, nas pesquisas do geólogo Clarence Dutton (E.U.A. 1841-1912), que explorou o Rio Colorado, estudou a evolução geológica e fez estudos científicos importantes, mas também descreveu a sua emoção diante das visões espetaculares daquele complexo de formação geológica e as comparou com a avaliação estética das pinturas que ele definia como perfeitas. No final do século XIX o geógrafo francês Vidal de La Blache (França, 1845-1918) também empreende suas descrições e o reconhecimento da paisagem.

A categoria paisagem está interconectada com as concepções que auxiliam a entender o mundo por essas óticas. Na visão sistêmica o ambiente é o agente motriz e na humanística elucida-se a ação antrópica. Assim a abordagem sistêmica do conceito de paisagem é realizada por alguns autores dentre eles: George Bertrand, Jean Tricart e, no Brasil, Antônio Christofolletti. Antes deles alguns autores soviéticos foram importantes para entender as relações constituintes dos ambientes tratados sistemicamente em correlação com a paisagem<sup>17</sup>.

Vários desdobramentos metodológicos emergem na geografia na década de 1960, na corrente designada por Nova Geografia, centrada nos estudos teóricos, pragmáticos e/ou quantitativos. Neste cenário, os trabalhos de Antônio Christofolletti ganham relevância, pois se dedicam a fazer uma leitura da geografia pela ótica teórica, ou seja, entender o processo teórico e metodológico da análise quantitativa, explicando as etapas necessárias da metodologia científica e a vertente quantitativa, propriamente dita, focalizando nas análises a partir do uso das técnicas estatísticas e matemáticas.

As conceituações de Christofolletti (2002), em sua obra intitulada “Modelagens de Sistemas Ambientais” são frutos de diálogos com as concepções de autores como Bertrand (1971), Sotchava (1977 e 1978), Tricart (1977) e Monteiro (1978), que estabeleceram modelos lógicos para um sistema de taxonomia e hierarquização da paisagem constituída por três níveis têmporo-espaciais decrescentes.

Baseado em Tricart (1965, apud CHRISTOFOLETTI, 2002, p.42-43), temos unidades divididas em zona, domínio e região. Com unidades classificadas de I a IV onde os

---

<sup>17</sup> Os soviéticos foram os primeiros a relacionar as feições naturais de forma sistêmica, no final dos anos 1970. Vitor Borisovich Sotchava a aborda em suas obras: “O estudo de Geossistema” (1977) e “Por uma teoria de classificação de geossistema de vida terrestre” (1978). Vários autores utilizaram de suas ideias em metodologias, escalas e enfoques múltiplos. Igualmente Innokenti Petrovich Guerasimov discute em sua obra “*problemas metodológicos de la ecologización de la ciencia contemporânea*” (1980) demonstrando através de suas análises pontos concordantes dessa visão sistêmica, mas o autor não elaborou conceitos específicos (FERREIRA, 2010). Os pontos concordantes que Guerasimov discutiu acerca do ambiente consistiam em definir um grande mosaico interconectado, porém não utilizou o conceito de geossistema, mesmo que suas análises tenham conduzido ao entendimento atual do conceito. Os autores soviéticos não utilizam o termo paisagem, mas suas discussões e leituras influenciaram outros autores para a formulação e defesa do conceito e metodologia de análise geossistêmica.

elementos climáticos e estruturais são mais relevantes, e as de V a VIII que correspondem às “unidades inferiores”, onde estão os geossistemas, geofácies e geótopos, caracterizados pelos elementos biogeográficos e antrópicos. Para representar os elementos homogêneos utilizam-se as unidades taxonômicas:

- Geossistema: é a combinação da geologia, geomorfologia, clima, hidrologia (potencial ecológico), vegetação, solo, fauna (exploração biológica) e a ação antrópica;
- Geofácies: são setores homogêneos, fisionomicamente e que se sucedem no tempo e no espaço, possuindo potencial ecológico, exploração biológica e ação antrópica, estando sujeita a biostasia<sup>18</sup> e resistasia<sup>19</sup>.
- Geótopos: constitui a menor unidade homogênea, a ser visualizada no terreno, representando o refúgio de biocenoses<sup>20</sup> originais, por vezes relictuais<sup>21</sup> ou endêmicas<sup>22</sup>.

Na análise geossistêmica os dados socioeconômico podem confundir devido à abrangência da organização espacial e inclusive na repercussão das respostas da estruturação espacial geossistêmica.

Vale ressaltar que neste contexto a paisagem não é eleita como categoria de análise da ciência geográfica. É com os estudos realizados nas décadas de 1980 e 1990, que esta categoria é retomada dentro da noção geossistêmica sendo distinguida como unidade natural, não tendo como variável específica à ação antrópica em sua delimitação. Além disso, Christofolletti (2002) utiliza o conceito de sistemas ambientais, como unidades que incorporam as mudanças resultantes das ações antrópicas, pelo fato de que nem sempre se ajustam perfeitamente às unidades naturais. Para o autor a análise da paisagem é necessária, sendo tratada como um estudo integrado das relações de interdependência existentes entre os elementos do meio físico que a compõem, possibilitando conhecer os seus mecanismos de funcionamento.

Os estudos geográficos a respeito da paisagem, nessa vertente, destacam-se pela aplicabilidade dos modelos de descrição e explicação apoiados na teoria dos sistemas. Na Nova Geografia as abordagens metodológicas reiteram o paradigma positivista. É válido mencionar que essa corrente passou por uma forte crítica, sobretudo devido às análises nela

<sup>18</sup> fases de evolução do relevo, onde a ausência erosiva proporciona uma estabilidade devido a cobertura vegetal com uma sedimentação fina e orgânica.

<sup>19</sup> resultado da quebra do equilíbrio biológico, com processos erosivos expressivos e sedimentação grosseira.

<sup>20</sup> é a fauna e flora existentes numa determinada área em convivência e com relações em diferentes níveis.

<sup>21</sup> cuja a presença e restrita e/ou extinta.

<sup>22</sup> que é originária de uma determinada localidade.

realizadas que passam a desconhecer os processos históricos e sociais e suas implicações essenciais.

Outros autores, como Carl Sauer, Denis Cosgrove e Milton Santos, mesmo sendo de épocas, procedências e abordagens distintas, conduzem os diálogos em seus textos construindo uma trajetória para esse conceito, dentro de leituras da morfologia e do simbolismo da paisagem e também distinguindo a paisagem do espaço. Para Carl Sauer (1998) a paisagem está circunscrita no conhecimento das formas, do visível e, conforme afirma Gomes (1996), o autor não enfatiza os fatos materiais da atividade humana. Sendo assim entendemos porque seu artigo discute a morfologia da paisagem. Para Sauer paisagem tem

[...] uma identidade que é baseada na constituição reconhecível, limites e relações genéricas com outras paisagens. Sua estrutura e função são determinadas por formas integrantes e dependentes. A paisagem é considerada, portanto, em um certo sentido, como tendo uma qualidade orgânica (SAUER, 1998, p.23).

Na análise de Sauer a estrutura e função da paisagem determinam formas com isso às relações e atividades antrópicas muitas vezes foram desconsideradas. Por isso, houve algumas críticas porque em sua análise a paisagem está limitada aos sentidos e com isso poderia se confundir com o entendimento genérico do senso comum: “a aparência de um espaço tal como ele é imediatamente percebido, e serve também, simplesmente para designar uma parte limitada do espaço” (GOMES, 1996, p. 239). A simbologia da paisagem, ganha força na década de 1970, com Denis Cosgrove, que se propôs a trilhar o conceito de paisagem de forma crítica e original, mas incluindo a dimensão simbólica como ele mesmo explica

As paisagens tomadas como verdadeiras de nossas vidas cotidianas estão cheias de significado. Grande parte da Geografia mais interessante está em decodificá-las. (...) Porque a geografia esta em toda parte, reproduzida diariamente por cada um de nós. A recuperação do significado em nossas paisagens comuns nos diz muito sobre nós mesmos. Uma geografia efetivamente humana crítica e relevante, que pode contribuir para o próprio núcleo de uma educação humanista: melhor conhecimento e compreensão de nós mesmos, dos outros e do mundo que compartilhamos (COSGROVE, 1998, p. 121).

Para Cosgrove o entendimento de paisagem na concepção humanista permitiu abrir novos diálogos que apresentam uma clara distinção entre paisagem e espaço, que alguns autores interpretavam como sinônimos. Para Milton Santos

[...] esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico. A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável; o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente (SANTOS, 1996, p.83).



O autor reflete a partir de uma perspectiva crítica, embasada no materialismo histórico e dialético. Neste quadro Milton Santos parte da categoria paisagem para valorizar o conceito de espaço, quando a define como o que é possível de ser abarcada com a visão, sem maior informação da relação social e sem caráter histórico. Nas palavras do autor as contradições acontecem na dialética entre espaço e sociedade e não nas formas da paisagem:

[...] Não existe dialética possível das formas enquanto formas. Nem a rigor entre paisagem e sociedade. A sociedade se geografiza através das formas, atribuindo-lhe uma função que vai mudando ao longo da história. O espaço é a síntese sempre provisória entre o conteúdo social e as formas espaciais. Mas, a contradição é entre sociedade e espaço [...] (1996, p.88).

O caminho que recentemente levou o interesse pela categoria paisagem tem crescido, tanto na sociedade como nos círculos científicos. Esse interesse pode ter sido promovido pelo anseio da sociedade por ambientes naturais preservados, o que implicou no crescimento e detalhamento da legislação ambiental, não se esquecendo de ressaltar que, mesmo diante de controvérsias e polêmicas acerca do conceito, existe um consenso de que a paisagem é indispensável para as práticas sociais, econômicas e turísticas.

Na atualidade, a valorização da estética é bem presente na busca de subsídios que levam o ser humano de volta aos ambientes menos antropizados e seus resgates históricos. As atividades turísticas dirigidas para áreas naturais e a busca pelas belas paisagens ou cenários reatualizam as considerações de Lowenthal & Prince (1964 apud OLIVEIRA, 2002), ao se referirem ao conceito de paisagem na década de 1960: “as paisagens são formadas pelas preferências paisagísticas. As pessoas veem seu entorno através das lentes da preferência e do costume, e tendem a moldar o mundo a partir do que vêem” (p. 309-346).

O olhar da sociedade ocidentalizada tende cada vez mais a buscar o que não está presente no seu cotidiano como as paisagens dos ambientes supostamente menos antropizados (Figura 02 e 03), que não se confundem com as paisagens produzidas nos grandes centros e que, na maioria das vezes, são ambientes recriados e/ou bastante modificados. Vale salientar que no contexto atual de intervenção humana nos ambientes, não há paisagens consideradas “naturais”, pois são também modificadas pelos grupos sociais que as mantêm. De fato, não existe mais o “natural”. Assim, podemos afirmar que a paisagem, que o olhar não mais abarca diretamente, pois existe a fotografia, a televisão, o cinema, a internet. A paisagem dita natural é muito mais valorizada pela sociedade urbana que praticamente não a tem em seu dia-a-dia. Quem convive com essas imagens cotidianamente, nutre sentimentos distintos como por exemplos as áreas indígenas que têm áreas “naturais” a exemplo do povo Iny com o Rio

Araguaia, sua flora, fauna e outros elementos, porque cada grupo humano tem relações distintas com estas paisagens e ambientes.

Figura 03. Encontro do Rio Araguaia e o Rio Tapirapé (visto da aldeia Itxala Terra Indígena Tapirapé/Karajá) no município de Santa Terezinha (MT).



Foto: COSTA, 2012.

Figura 04 Paisagem de uma praia central do Rio Araguaia formada em frente ao porto de Santa Terezinha (MT).



Foto: CHAVES, 2012.

Essas fotos nos indicam quanta beleza e sutileza, podemos perceber ao longo do curso deste importante Rio. Muitas vezes na concepção não-indígena a ênfase está no

potencial socioeconômico, hidrológico e turístico. No contexto Iny a paisagem que emoldura a relação do povo com o Berohokÿ (Rio Araguaia) e a Ilha do Bananal estão interligadas cosmologicamente e historicamente.

Diante da realidade que a pesquisa nos apresentou pela relação cosmológica de um grupo étnico específico foi na busca de um novo olhar, de sentir e ler a paisagem que mergulhamos nas leituras apresentadas por Jean-Marc Besse (2006). O autor, através de sua obra “Ver a Terra”, nos convida a trilhar pelas lentes de seus ensaios a paisagem e a geografia. A paisagem parte de “Petrarca na montanha” onde as cenas nos invadem os olhos, o espaço e a vida da alma discutindo com a problemática da relação ambivalente do sentimento do espaço e da viagem. Em seguida o autor traz a “paisagem e a corografia<sup>23</sup>” dentro do “grande teatro mundo” de Brueghel

[...] no século XVI, a cartografia e a pintura de paisagem não se comunicam apenas pela escala da corografia. Um dos eventos mais significativos desta história é justamente a aparição e o desenvolvimento concomitante da noção de uma “paisagem do mundo” e de uma nova representação cartográfica do ecúmeno (ou, como dizem os latinos, da *orbis terrarum*). A paisagem extravasa, então, os limites da região particular e coloca a questão da abertura do espaço terrestre e da relação entre o que está aquém e além do horizonte. Mais precisamente, a paisagem traduz visual e imaginariamente a promoção da geografia como discurso específico, distinto da cosmografia, consagrado à descrição da Terra universal [...] (BESSE, 2006, p.23).

A partir das reflexões da obra de Besse (2006) fica evidente que a leitura das paisagens são caminhos que se integra com o olhar do ser humano e suas compreensões de mundo.

Continuando a leitura pela obra de Besse, a viagem de Goethe pelos “vapores do céu” permite observar uma representação através dos sentimentos que os lugares e as cenas produzidas pela relação íntima do homem com mundo. No outro ensaio na qual a fisionomia da paisagem de Humboldt, Vidal e La Blache nos indica há caminhos que vão além da estética e dos “caminhos da fisionomia do espaço terrestre”. Por isso que Gracq nos faz entender as

[...] experiências vividas que se faz dela, assim como pelas diversas representações artísticas, científicas ou espirituais, das quais ela é objeto. Em outros termos, o interesse e o desafio que pode representar uma leitura da carta na qual Petrarca evoca sua subida ao Monte Ventoux, do relato de Goethe de sua viagem a Itália, ou da descrição da paisagem francesa de Vidal de La Blache repousa essencialmente no fato deste deparar-se efetivo com a paisagem aparecer como a verificação ou ainda a subversão de uma expectativa, de uma categoria de pensamento, ou de um hábito de escrita (GRACQ apud BESSE, 2006, p. vii).

---

<sup>23</sup> Estudo geográfico de um país ou de uma região.

A paisagem pode nos limitar em alguns momentos ao mundo visível, mas os sentimentos nos levam a distâncias nunca percorridas e as experiências paisagísticas estão além do estético e/ou vivido, pois podemos ver e representar a Terra, os mundos, os caminhos, as rotas e as trajetórias. Assim precisamos conhecer, dialogar, visitar e viver o Rio Araguaia que foi descrito, lido, vivido por muitos, mas pensar suas múltiplas representações para indígenas e não indígenas, associando os conhecimentos de cada segmento. O Rio Araguaia é paisagem, território e ambiente para muitos grupos humanos.

Tem crescido o interesse pelas áreas com forte potencial paisagístico na sociedade não-indígena e nos círculos científicos. Em muitas situações a promoção advinda da própria legislação ambiental e/ou pelo anseio dos grupos sociais e étnicos por locais preservados instigam as pesquisas mais sistemáticas que buscam conhecer e compreender as características morfológicas e as humanas. Nestas áreas há uma multiplicidade de possibilidades e agentes produzindo e transformando essa paisagem.

### **1.1.2. Natureza, ambiente e geodiversidade**

O quadro que compõe o Rio Araguaia e sua planície de inundação tem oferecido incentivos novos e outras significações, apoiada e discutida por vários autores (SILVA, 2008. p.12). Um conceito que vem permeando esses entendimentos é o de “geodiversidade”, que aponta a variedade geológica e geomorfológica dos ambientes que é considerada como a base de sustentação da diversidade biológica na Terra. Este conceito aproxima as comunidades biológicas e a heterogeneidade de espécies (biodiversidade) e está profundamente ligado com a dimensão social e dos contextos culturais. A “geodiversidade” da bacia hidrográfica Araguaia-Tocantins é um cenário muito rico para compreensão, a partir de suas fitofisionomias, das relações humanas, ambientais, econômicas e culturais.

Remetendo-me ao contexto do Rio Araguaia e voltando os olhos para a Ilha do Bananal, observamos que ela abarca um conjunto cênico proporcionado pela natureza fruto de um grande mosaico, onde aspectos naturais influenciam em todo ambiente. Neste sentido refletimos sobre como a “natureza” vem sendo analisada, observada na sociedade para compreendermos as relações estabelecidas na área de estudo. A natureza lida pela ótica do senso comum é vista como sinônimo de natural (geodiversidade), algo preexistente. Na visão contemplativa religiosa de várias matrizes, sobretudo na judaico-cristã, ela é um ambiente

criado e doado por um ser supremo, onde o ser humano foi inserido para dominar e se beneficiar, em relação ao qual, na maioria das vezes se vê como algo a parte.

O conceito de natureza, principalmente se caminhar na vertente de abordagem do meio físico, com ênfase em uma leitura sistêmica, é a fonte primordial, quando se evidencia os aspectos geológicos, geomorfológicos, de solos, das águas, da flora, da fauna e do clima, elementos que compõem esse mosaico. Porém, não se pode esquecer a vertente social, econômica e cultural, pois estas também colaboram na construção das concepções de natureza que se apresentam como constituinte dessas relações onde o ser humano é o agente modificador.

Alguns autores têm se debruçado sobre este quadro, como, por exemplo, o filósofo e historiador da ciência Robert Lenoble (1969) que em suas reflexões aponta que ao refletirmos sobre a natureza o ser humano vai fazer referência aquela que ele conhece e pensa dentro de uma área e no seu tempo. Este autor desenvolveu suas pesquisas para compreender a história da ideia de natureza, pois ela permeia as discussões de vários povos, ciências e saberes, e produz uma inquietação ao pensar que

[...] o homem sente-se situado no meio de um conjunto de seres e de coisas que não dependem dele e cuja “solidez”, coerência própria, constitui a primeira experiência que ele daí tira. Procura-a ele dominar, definir? O nome, segundo a noção mais velha que o homem faz dele, e que nos esclarece uma atitude psicológica que pertence a todos os tempos, o nome constitui uma tomada de posse, um domínio adquirido sobre o objeto. E a incerteza do dicionário mostra-nos que o homem não considera esta posse permitida, esta dominação assegurada: natureza remete para naturalmente, para natureza, e não é possível sair do círculo. O pensamento só começa, pois, quando se tenta sair deste círculo. Mas aqui as coisas complicam-se. É desta forma que o célebre dicionário de Littré não dá menos de 29 sentidos da palavra Natureza e muitos destes sentidos essenciais subdividem-se em várias acepções [...] (LENOBLE, 1969, p.183).

Para Lenoble (1969) a ideia de natureza ou mesmo um conceito homogêneo não há porque os sentidos mudar de acordo com as épocas, os espaços e os homens, deste modo a natureza vai refletir os aspectos dos grupos nela envolvidos, assim “a natureza é pensada, a partir das relações sociais” (idem).

As reflexões sobre a natureza perpassam várias ciências que têm múltiplos entendimentos e relacionamentos com a temática. O filósofo Edgar Morin tem uma leitura de mundo onde a relação histórica, cultural, ambiental possibilita entender a dinâmica existente na nossa área de estudo. Na concepção de Morin

[...] A natureza não é desordem, passividade, meio amorfo: é uma totalidade complexa [...] o homem não é uma entidade isolada em relação a essa totalidade complexa: é um sistema aberto, com relação de autonomia/dependência organizadora no seio de um ecossistema (MORIN, 1988, p. 11).

Nas variadas discussões do conceito de natureza não se pode esquecer que há aspectos filosóficos, religiosos, éticos e étnicos, consolidando o pensamento de que a relação cultural nas ações antrópicas enriquece a compreensão da natureza.

A construção sistemática deste conhecimento “ser humano” adquiriu gradualmente através da experiência, do vivido, das trocas uma rede histórica de saberes que contempla atividades e relações como coleta, caça e pesca, que são sazonais pois consideram o tempo e as condições climáticas, chegando às técnicas de agricultura, criação, indústria, artes, etc., além das novas tecnologias que podem colaborar ou não com os processos de permanência adequada no ambiente. Essa aquisição de um conhecimento cada vez mais complexa está inferindo-nos nas sinuosidades da natureza edificando o ambiente vivido (DULLEY, 2004). Até algumas décadas atrás as sociedades consideravam o ambiente, como em boa parte das ciências, em uma ótica dual, como meio ambiente “natural” e o meio ambiente humano, conforme explica Dulley:

[...] o conhecimento que o homem acumulou e tem da própria espécie e inter-relações da mesma pode ser considerado e denominado seu meio ambiente ou meio ambiente humano. Por outro, o homem desenvolveu um vasto conhecimento relacionado ao conjunto das demais espécies compreendendo o meio ambiente particular de cada uma delas e que “somadas” ao meio ambiente humano comporiam o denominado ambiente. E o somado vai entre aspas pois esse conjunto deve ser considerado de modo holístico, ou seja, a soma das partes não é necessariamente igual ao todo (2004, p. 18).

O autor reflete como ele diferencia meio ambiente de ambiente, pois os conhecimentos são segmentados por categorias “do homem” e “das demais espécies” por meio ambiente ao somar e/ou unir esses saberes compõem um ambiente.

No Brasil o termo *Meio Ambiente* se consolida na legislação e nos nomes de alguns órgãos governamentais. Na Constituição Federal, no artigo 225 do capítulo sobre o Meio Ambiente onde se afirma que

[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações [...] (BRASIL, 1988).

O estado brasileiro tem uma Política Nacional do Meio Ambiente, onde no terceiro artigo se define o que se entende por “meio ambiente”: “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida, em todas as suas formas” (BRASIL, 1989). Quanto ao texto das legislações, Dulley problematiza que mesmo que o

[...] texto constitucional não se refira aos termos natureza e ambiente considerou-se válido analisar e refletir sobre o significado e diferenças que podem existir entre esses termos na vida prática. A Constituição Federal (SENADO FEDERAL, 1988),[BRASIL, 1988] embora não se refira ao termo recursos naturais, indiretamente o faz ao afirmar no parágrafo segundo do artigo 225 que “... Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente”. Distingue, portanto, recursos minerais (parte dos recursos naturais) do meio ambiente (2004, p. 18).

Saindo da crítica à legislação, Dulley agrega o conhecimento humano na abordagem da natureza e do ambiente:

[...] Voltando à natureza, se [...] admite que ela exista independente da existência e/ou conhecimento da espécie humana, então ela engloba não só o que o homem não conhece, mas também o que conhece, pode perceber/conhecer, inclusive quanto a sua própria espécie e as inter-relações dinâmicas que nela ocorrem. Evidentemente, os elementos da natureza que são importantes para a sobrevivência humana (o meio ambiente humano) diferem daqueles necessários à sobrevivência das demais espécies vegetais e animais que tem cada uma seu meio ambiente (2004, p.20).

Os termos para definir os ambientes e/ou espaços que são primordiais para vida, também se inter-relacionam com o conceito de geodiversidade (SILVA, 2008) que está sendo pensado para ser um elo de comunicação entre os conhecimentos integrados do meio físico terrestre e da ação humana.

Por isso múltiplos saberes são fundamentais para apreender as relações das diversas espécies do sistema Terra que abriga milhões de organismos, dentre eles os humanos, para manter a vida em equilíbrio. Silva conceitua geodiversidade como aquela que

[...] abrange a porção abiótica do geossistema (o qual é constituído pelo tripé que envolve a análise integrada de fatores abióticos, bióticos e antrópicos). Esse reducionismo permite, entretanto, ressaltar os fenômenos geológicos em estudos integrados de gestão ambiental e planejamento territorial (2008, p.12).

Assim para entender esse ambiente é indispensável correlacionar “que a natureza é pensada, e que somente o homem tem a capacidade de pensar culturalmente (acumular e refletir sobre conhecimentos)” neste contexto às ações antrópicas “[...] reforça-se a visão de que, ao se referir a ambiente, refere-se ao conjunto dos meios ambientes de todas as espécies, pensados e/ou conhecidos pelo sistema social humano” (DULLEY, 2004, p. 20). Diante dessas reflexões sobre natureza e ambiente inferiu-se que são complementares e com isso pensamos que as relações humanas tendem a se afastarem do “natural” e a com as mudanças ocorridas se aproximarem do ambiente.

A natureza vista como um grande mosaico remete à ideia de contextos naturais, onde o ser humano se vê como um agente externo, complementar, por isso em algumas reflexões que a ação antrópica é inserida no processo utiliza-se o termo ambiente, que caracteriza-se por

um “conjunto de fatores naturais, sociais e culturais que envolvem um indivíduo e com os quais ele interage, influenciando e sendo influenciado por eles” (LIMA e SILVA, *et. al.* 2002, p.11). Nesta pesquisa pode se perceber que a natureza que segundo conceitos geográficos seria uma “primeira natureza” sem a intervenção humana, ou seja, havia uma dependência direta dos fatores naturais para manutenção da vida é muito próxima das narrativas mitológicas originárias do Povo Iny. Assim, ao nos remetermos a “segunda natureza” onde o ser humano promoveu intervenções significativas o termo ambiente permite uma maior compreensão da realidade.

Contudo, nas legislações vigentes o termo utilizado é meio ambiente que explica como sendo “O conjunto de condições, leis, influência, e interações de ordem física, química, e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. (Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981)” (idem, p.155).

Dulley (2004), com base em diferentes autores, analisa ambiente compreendendo o meio biótico, aspectos culturais e sociais elementos que fomentam a infraestrutura para consolidar a vida no sistema terrestre. Aponta que na atualidade não cabe mais a dicotomia clássica entre o ser humano e mundo natural. De certa forma, somando-se a este debate, Boaventura Sousa Santos (1989) nos apresenta como o meio acadêmico-científico vivencia essa relação onde cientistas sociais e naturais deviam estar atentos aos desenvolvimentos dos critérios, limites e possibilidades para entender e superar essa dicotomia.

A Ilha do Bananal, conhecida por sua natureza, é um ambiente complexo como veremos adiante, que não pode ser compreendido sem a presença da etnia Iny.

### **1.1.3. Território étnico**

O quadro da Ilha do Bananal, além de suscitar uma reflexão acerca de paisagem, natureza e ambiente, nos leva a pensar conceitualmente sobre o território, sobretudo a partir da presença do povo Iny e dos não-indígenas. Inicialmente trazemos o pensamento de Raffestin (2011) que recolocou a discussão acerca do território na geografia contemporânea, além de autores como Haesbaert (1997), Souza (2001) e Saquet (2004) que indicam, cada um em seu entendimento, o percurso deste conceito dentre os aspectos econômicos, políticos, culturais, nos permitindo entender esta área em constante construção. Neste caminho também se faz necessário compreender o tema na concepção de Ratts (2001, 2003, 2004) que trabalhou com territórios étnicos.



Claude Raffestin (2011) aborda o conceito de território tendo em vista o espaço geográfico dinâmico, com vários níveis e sendo a dimensão preliminar do território. Para o autor o poder permeia as relações sociais e espaciais. Desta forma o território, sempre político, pode ser também jurídico, político, ambiental, cultural, étnico e ser visto em várias escalas: local, regional e nacional.

A leitura de Raffestin (2011) indica que a territorialidade ultrapassa a ligação física de um grupo com o espaço, expressando uma ação produtiva de troca e de consumo das coisas, sendo sempre uma ação, mesmo que diferenciada, com os outros atores. Na concepção do também geógrafo Rogério Haesbert (2007), o território é analisado em três vertentes:

[...] primeiro, é necessário distinguir território e espaço (geográfico); eles não são sinônimos, apesar de muitos autores utilizarem indiscriminadamente os dois termos o segundo é muito mais amplo que o primeiro. o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza); o território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que se propõe denominar, aqui, e consciência, apropriação ou mesmo, em alguns casos, identidade territorial, e uma dimensão mais objetiva, que pode-se denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político- econômica<sup>24</sup> [...] (2007, p. 42-43).

O autor identifica uma multiterritorialidade e a escala de análise reunida em três elementos: os territórios-zona (lógica política), os territórios-rede (lógica econômica) e os aglomerados de exclusão (lógica social) (HAESBAERT, 2002). Vale ressaltar que

[...] esses três elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações sócio-espaciais, ou seja, compõem efetivamente uma territorialidade ou uma espacialidade complexa, somente apreendida através da justaposição dessas três noções ou da construção de conceitos “híbridos” como o território-rede (p. 38).

Diante da sociedade atual e dos grupos sociais, mas com outra abordagem, Souza (2001) identifica que as relações de poder estabelecem conflitos entre grupos. O território é espaço delimitado, porém as relações de poder não estão vinculadas apenas ao Estado ele abarca mais que os limites do Estado-Nação. Para o autor, a autonomia deve ser a base para o desenvolvimento de uma sociedade, processo que conduz à liberdade que não é descontextualizada:

Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território [...] Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder [...] No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um “Estado” enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade (Souza, 2001, p. 106).

<sup>24</sup> O autor ainda na sua obra refere-se que “[...] pautamo-nos aqui na distinção feita por Henri Lefebvre (1986) entre domínio e apropriação do espaço” (idem)

O autor ressalta os grupos sociais que compõem os territórios que são constituídos em múltiplas vertentes e desempenhando diversas ações no espaço, sempre em relações desiguais de poder.

Vários(as) autores(as) vêm trilhando as concepções defendidas por Raffestin onde a ideia de poder perpassa as discussões sobre o território, porém Saquet (2010) aponta que se precisa

[...] superar as concepções simplistas que compreendem os territórios sem sujeitos sociais ou esses sujeitos sem territórios e apreender a complexidade e a unidade do mundo da vida, de maneira (i)material, isto é, as interações *no* e *com* o lugar, objetiva e subjetivamente para potencialização de processos de desenvolvimento (*idem*, p. 24).

Em suas reflexões acerca do tema, o autor não segmenta o território. Ele concebe uma interconectividade entre:

[...] natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; des-continuidades; conexões e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade (*ibidem*).

Este significado de território permite estabelecer as relações entre os sujeitos sociais e o processo de territorialização, proporcionando envolvimento por meio de

[...] processos sociais semelhantes e diferentes, nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centradas na conjugação, paradoxal, de des-continuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns. Cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona os fenômenos e processos territoriais (*ibidem*).

Ao refletir sobre território, continuando nesta linha de pensamento, considera-se esta categoria enquanto resultado de um processo histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga. Se recorrermos aos clássicos da Geografia como a Antropogeografia de Friedrich Ratzel, em obra organizada por Moraes, veremos que o autor assegura que “[...] é fácil convencer-se de que do mesmo modo como não se pode considerar mesmo o Estado mais simples sem território, assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence [...] (2000 p.73)”.

Esta relação de pertencimento representa uma complexa ligação entre o ser humano e o território que o envolve e que também está para além dele, mostrando como as relações históricas, sociais, políticas e econômicas se desdobram em formas culturais de expressão dos grupos e estratégias de delimitação e manutenção deste território, numa relação paralela e

dinâmica, onde um elemento sustenta a existência do outro, sempre em mutação, como elucidada Almeida:

Como organização do espaço, pode-se dizer que o território, responde em sua primeira instância, a necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade e, por isso, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam. Porém sua função não se reduz a esta dimensão instrumental: o território é também objeto de operações simbólicas e é nele que os autores projetam suas concepções de mundo (2002 p.05).

Em outra abordagem, compreende-se o território, em si como um “repertório de lugares” de importância afetiva, simbólica e política, próprios do grupo, que garante a dinâmica cultural peculiar ao grupo (RATTS, 2001, 2003 e 2004). Para Ratts, em seu estudo acerca de identidade e mobilidade em territórios negros:

O território, assim formulado, não se reduz à terra ocupada, mas abrange também o espaço apropriado pelo grupo. Inclui um repertório de lugares de importância simbólica, envolvendo agrupamentos negros não mais existentes onde residiram antepassados, porções de terra perdidas, localidades para onde migraram vários parentes e que se deseja conhecer: lugares que são acessados através de viagens, notícias, lembranças, saudades (2001, p. 25).

O autor também aponta que a diversidade étnica e cultural brasileira para pensar os territórios étnicos:

[...] certamente as terras indígenas e negras não constituem os únicos campos de observação. No espaço urbano sobretudo das grandes cidades configuram-se territórios étnicos antigos e novos, permanentes e transitórios. Tendo por base as pesquisas por nós empreendidas fomos levados a reelaborar a noção de território para focalizar grupos étnicos e raciais, considerando os processos de mobilidade (2003, p. 14).

Assim, a problemática territorial que alcança agrupamentos étnicos específicos remete à apropriação do espaço num sentido político, cultural e histórico (RATTS, 2001). O autor contribui com a leitura de um território étnico a partir dos seus trabalhos com grupos negros e indígenas afirmando que

[...] a construção dos dados em campo e o aporte teórico nos levavam a identificar um território étnico fragmentado na escala local, mas extenso e que excede os limites dos agrupamentos em foco, apoiado sobretudo pelo parentesco, incluindo, todavia, uma aproximação política dos Tremembé e dos Caetano com outros segmentos indígenas e negros [...] (2004, p.7).

Nestes termos, a ocupação espacial remete-se inicialmente à área, à posição geográfica, enquanto que o território define um lócus marcado por uma relação, por uma identidade. Daí a possibilidade de denominar um território enquanto negro, branco, indígena, entre outros. Isto não quer dizer, no entanto, que os lugares ocupados por determinados

grupos guardem as mesmas dimensões, ou se restrinjam apenas a um único lugar, pois assim estaríamos generalizando o particular.

É importante considerar, ainda, como indicou Haesbaert, acima referido, que o meio físico também representa um importante elemento constituinte da complexa organização que compõe o território, pois tanto a ocupação rural, quanto a urbana, estão ancoradas na utilização da natureza. Os territórios não se constituiriam sem esta base primária. Não se trata aqui de naturalizar o ser humano em função de seu território, mas cabe analisar a dimensão da importância do espaço físico na constituição do território, pautados nas relações políticas, culturais e históricas que influenciam a identidade e modo de vida dos grupos.

Ratts explica que o território “[...] não é, portanto, qualquer “espaço”, não está dado a priori, e pode ser, no caso de um grupo étnico, captado em plena configuração [...]” (1999, p. 68). Essas discussões se referem diretamente às áreas indígenas, as observações, os relatos e as representações cartográficas, pois são elaboradas as descrições das áreas indígenas e do entorno, territórios vistos e vividos, onde se apontam espaços que estão fora dos limites das terras delimitadas e demarcadas, porém são lugares afetivamente e culturalmente importantes para o grupo. Pois essas sociedades têm maneiras próprias de vivenciar seus respectivos ambientes. Como é conhecido, os povos indígenas utilizam os conhecimentos e saberes sobre suas terras, para consolidar os variados processos de resistência existentes dentro das áreas delimitadas ou em delimitação.

A complexidade conceitual que a categoria território apresenta, no entanto, não permite a elaboração de uma simples definição, que possibilitaria a compreensão deste quadro. Após apresentar o trabalho com os croquis, mapas e narrativas dos Iny, apontaremos algumas considerações.

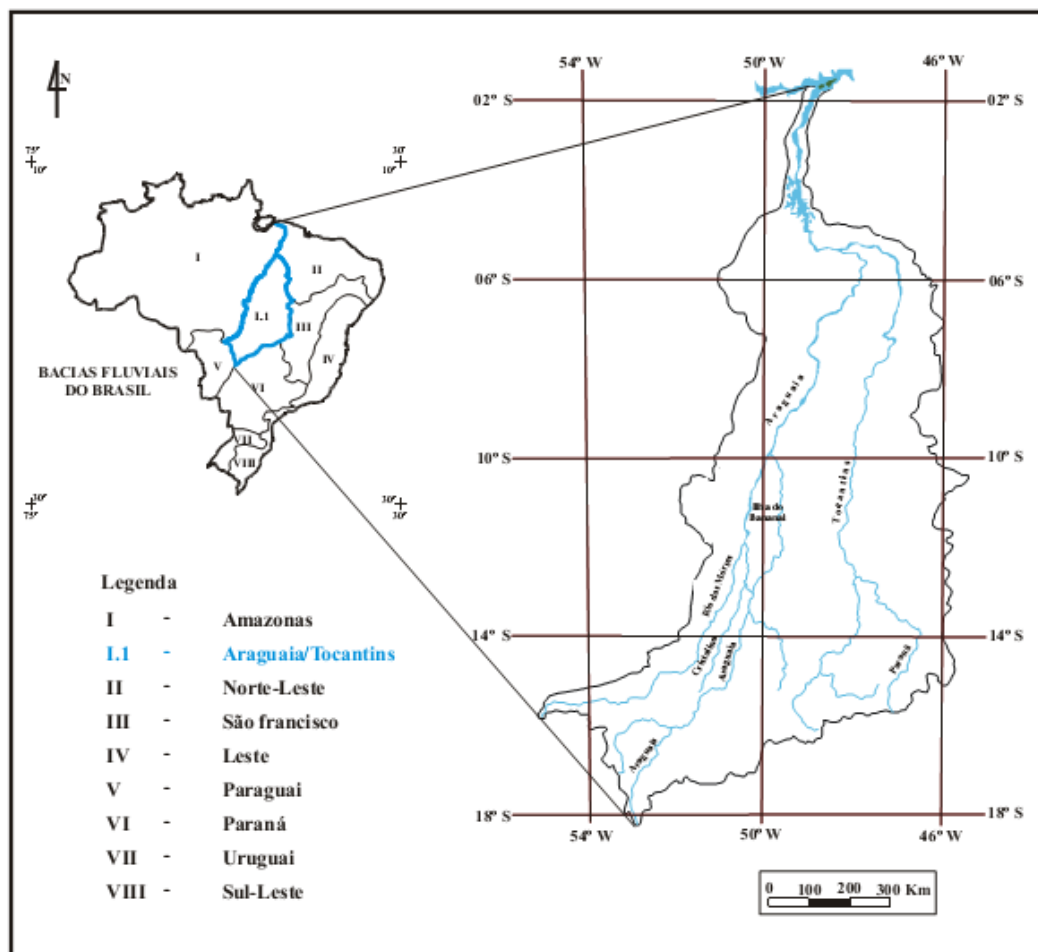
Considerando que os aspectos de constituição do território deste grupo indígena, passam por fatores econômicos, culturais e cosmológicos, é que julgamos necessário, tecer brevemente considerações sobre o espaço dos índios Karajá e Javaé da Ilha do Bananal – TO, a fim de suscitar mais diretamente estes fatores no universo deste trabalho, podendo assim lançar novos elementos acerca da relação existente entre estes grupos, seu ambiente e território.

## 1.2. A área da pesquisa

### 1.2.1. Bacia Hidrográfica Araguaia – Tocantins

A Bacia hidrográfica Araguaia-Tocantins é composta por dois canais fluviais importantíssimos no cenário nacional, à qual emprestam o nome. Esta bacia se enquadra entre os grandes sistemas fluviais da América do Sul, sendo a quarta (777,308 Km<sup>2</sup>) em ordem de grandeza, perde somente para as bacias: Amazônica, do Paraná e Orinoco (LATRUBESSE et al., 1999). Os principais mananciais que formam essa bacia hidrográfica são os rios Araguaia, Tocantins e o das Mortes, tendo alguns afluentes menores como o rio Cristalino, do Peixe, Vermelho, Caiapó, Claro e Crixás Açu, Javaé, entre outros. Esta bacia está inserida entre as latitudes sul 2° e 18° e as longitudes oeste 46° e 56° (Figura 05).

Figura 05. Localização da bacia hidrográfica Araguaia – Tocantins



Fonte: MORAIS, 2002, p. 26

O Rio Tocantins tem suas principais nascentes nos rios Paranã e Pirineus cuja altitude média é 1100 metros, percorre 2400 km de extensão, seus principais afluentes são os rios: Manoel Alves, do Sono, Manoel Alves da Natividade, Santa Teresa, Itacaiúnas e o Araguaia. O Rio Araguaia, que se torna um dos mais significativos tributários, nasce no Estado de Goiás na Serra do Caiapó, cuja altitude é de 850 metros, sua extensão perfaz 720 km e no seu médio curso divide-se em dois cursos (Araguaia e Javaé) formando a Ilha do Bananal (LIMA, 2004). Cidney Valente (2007) caracteriza a bacia hidrográfica:

[...] uma bacia sedimentar Quaternária bem desenvolvida situada na região do médio rio Araguaia, denominada de Bacia Bananal, com aproximadamente 106.000 km<sup>2</sup>. Na porção norte desta bacia sedimentar ocorre a Ilha do Bananal, com uma área de 20.000 km<sup>2</sup>, que é sazonalmente inundada [...]. Os processos de denudação e agradaciao do alto e médio Araguaia que atuaram durante o Quaternário geraram três Superfícies de Aplainamento Regional e um complexo mosaico de unidades morfo-sedimentares associado à Bacia Bananal [...](VALENTE, 2007, p. 6).

O arranjo espacial desta bacia de grande dimensão produz um conjunto de dados com intuito de espacializar essas informações de forma oficial e sistemática, a Agência Nacional das Águas (ANA) publica em 2000, um mapa da bacia do Tocantins-Araguaia constando hidrografia, limites municipais, sedes de municípios, rodovias, áreas indígenas e áreas de proteção ambiental este trabalho foi realizado pela Superintendência de Gestão da Informação; Superintendência de Usos Múltiplos (Anexo 01).

Na bacia hidrográfica Araguaia-Tocantins situam-se duas das mais importantes regiões fitogeográficas do Brasil: o Cerrado e a Floresta Amazônica, além de uma das mais desconhecidas áreas de sedimentação fluvial do continente a planície do Bananal (LATRUBESSE et al, 1999). Aspectos tão peculiares indicam que se trata de uma área de grande interesse para pesquisas relacionadas a ambientes fluviais.

A Planície do Bananal é fruto de inúmeras pesquisas fruto da inquietação para delimitar, entender a gênese e sua datação, assim produzindo vários registros acadêmicos desde o século XIX. Na década de 1930 a 1970 a descrição das planícies cristalinas do rio Araguaia se apresenta ao âmbito acadêmico pelos estudos geológicos e geomorfológicos reforçado por trabalhos de muitos autores como, por exemplo, Ab'Saber e Costa Junior (1950), consolidando as características de maior ilha fluvial do mundo. Estes autores afirmaram ao seu tempo, que a planície do Bananal tem sua gênese nas sucessivas reativações dos ciclos erosivos e dedunacionais, por existir um “*graben*”, área de subsidência diferencial (BAYER, 2002, p. 39-40).

Inúmeras pesquisas sobre a bacia Araguaia-Tocantins intensificam-se principalmente pelos órgãos governamentais (ANA, ANEEL) ligados aos recursos hídricos, além do

Ministério do Meio Ambiente (MMA) para inferir políticas públicas dedicadas ao setor. Na década de 2000 a grande questão relacionada à região era a hidrovía Tocantins-Araguaia, neste caso coordenada pela Administração das Hidrovias do Tocantins–Araguaia (AHITAR), houve muitos questionamentos sobre a viabilidade e inclusive sobre o EIA/RIMA da obra. Trabalhos discutiram a questão como Almeida (2004) que traz inúmeras críticas e questionamentos à Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente divulgando inúmeros dados sobre a região hidrográfica com intuito de conhecer e propor medidas mitigadoras para a região (MMA, 2006).

Nas pesquisas contemporâneas, as características do sistema fluvial Araguaia que compõem a bacia hidrográfica Araguaia-Tocantins possibilitam compreender essa dinâmica a partir de observações sobre o seu comportamento hidrogeomorfológico e suas aplicações no estudo de ecossistemas aquáticos. As atuais metodologias geram os resultados a partir do processamento de alguns dados de vazão que auxiliam através de uma série histórica de estações hidrológicas o entendimento de algumas mudanças ocorridas neste sistema fluvial que corta longitudinalmente o Brasil central.

No trabalho de Aquino *et. all* (2008) são apresentadas características de cheias extremas, além de descrever os tipos de enchentes, alguns mecanismos particulares de armazenamento e transferência de fluxos. Assim os autores registram os principais fatores da perda de vazão na planície aluvial do rio Araguaia

[...] são os principais fatores condicionantes da perda de vazão: a) a existência de uma planície aluvial bem desenvolvida, b) a existência de um complexo de sistema de lagos na planície aluvial, c) a vegetação predominantemente arbórea, que freia a onda de cheia e contribui para o armazenamento de água na planície aluvial [...] (AQUINO *et. all*, 2008, p. 361).

Vários autores afirmam que para entender a complexa dinâmica da planície do Bananal devemos recordar que a vazão deste sistema é influenciada pelo comportamento hídrico, sua importância ecológica e os regimes de fluxos.

A planície aluvial do rio Araguaia que se caracteriza por um complexo mosaico de unidades morfossedimentares, assim, possibilita entender a dinâmica da planície do Bananal que se forma pela morfologia e por “um complexo sistema de lagos e pela saturação da planície aluvial” e ressaltar que o rio “Javaé é um rio subadaptado que escoar dentro de um braço abandonado do Araguaia com centenas de quilômetros de extensão” (AQUINO *et. all*, 2008, p. 361) a transferência do volume de águas define “os distintos tipos de cheias e sua inter-relação e, em parte, dependência do comportamento hidrogeomorfológico da planície aluvial é de importância fundamental na manutenção ecológica dos biótipos da planície

aluvial” (idem, p. 368). Faz-se necessário também caracterizar as feições originárias (geológicas) com as descrições geométricas das deformações da crosta terrestre (tectônicas) e o modelado que estes ambientes se configuram para compor a base da paisagem (Figuras 06 e 07)<sup>25</sup>.

Para explicar essas relações morfológicas e hidrológicas do rio Araguaia no contexto da bacia hidrográfica, foi dividido para estudo em alto, médio e baixo curso (LATRUBESSE & STEVAUX, 2002). Vale salientar que a diferença altimétrica do rio Araguaia<sup>26</sup> é significativa, nascendo aos 850 metros na Serra dos Caiapós, na divisa dos estados de Mato Grosso e Goiás, até sua foz no Rio Tocantins com cerca de 90 metros de altitude (Figura 08). Os autores conjuntamente com Aquino, et all (2008) citam principais características desta segmentação

[...] O alto Araguaia compreende o segmento com cerca de 450 km de extensão, situado entre a nascente e a cidade de Registro do Araguaia, e drena uma área de 36.400km<sup>2</sup>. Neste intervalo, o rio corre encaixado sobre embasamento cristalino composto por rochas pré-cambrianas e sedimentos paleozóicos da bacia do Paraná. [...] O médio curso estende-se por 1.160 km, de Registro do Araguaia até Conceição do Araguaia [...], e abriga grande extensão de planície aluvial. Neste intervalo, a área de drenagem aumenta drasticamente, alcançando mais de 300.000 km<sup>2</sup>. Neste segmento, o canal possui baixa sinuosidade e baixo índice de entrelaçamento, com um canal principal e não mais que um ou dois braços. Em alguns trechos, o canal é único e pode desenvolver meandros. As principais feições aluviais são as ilhas e os bancos de areia. Dentre as ilhas, a de maior destaque é a Ilha do Bananal, a maior área insular fluvial da Terra (Latrubesse e Stevaux, 2002). Na área superior do médio Araguaia, o rio corta blocos tectônicos de rochas pré-cambrianas (Latrubesse e Stevaux, 2002), embora esteja ladeado por áreas inundáveis. Passa a correr sobre terras baixas da planície do Bananal e recebe as águas do rio Cristalino e do rio das Mortes, seu principal afluente. Para Latrubesse e Stevaux (2002), a planície aluvial do médio Araguaia é um complexo mosaico de unidades morfossedimentares formado por sedimentos do Holoceno e do Pleistoceno tardio. Nela, distinguem-se três tipos de unidades geomorfológicas: I) planície de inundação de escoamento impedido; II) unidade dominada por paleomeandros e III) planícies de barras e ilhas acrescidas. Entre o médio e o baixo Araguaia, o canal está dividido em dez segmentos, localizados entre a cidade de Barra do Garças, Estado do Mato Grosso, e a confluência do rio Cristalino com o Araguaia, próximo à ilha do Bananal. O baixo Araguaia compreende a extensão fluvial situada a jusante de Conceição do Araguaia até sua confluência com o rio Tocantins [...]. Inicia-se depois da planície do Bananal, quando a planície aluvial do rio praticamente desaparece e o rio entra em área de rochas cristalinas pré-cambrianas com extensão de, aproximadamente, 500 km até a confluência com o rio Tocantins (AQUINO, et. all, 2008, p. 362-363).

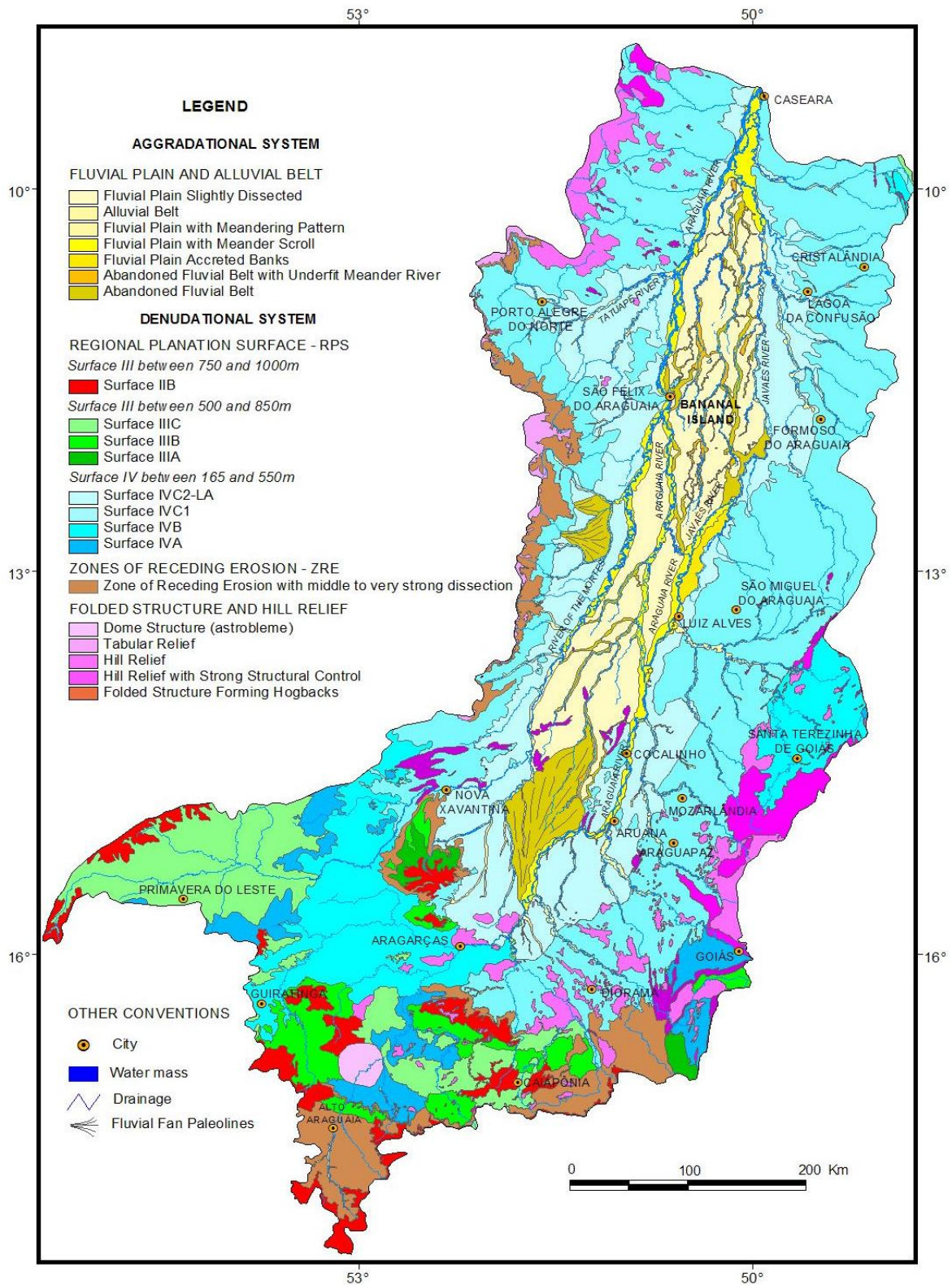
<sup>25</sup> Estas figuras estão incluídas em artigos em inglês que compõem a tese de doutoramento de Valente (2007) que são importantes para compreender esse complexo nos aspectos geológicos, geomorfológicos e hipsométricos. o autor preferiu utilizar como referência o sistema de coordenadas geográficas.

<sup>26</sup> A diferença entre altitudes de uma determinada área (TEIXEIRA, 1997, p. 33).





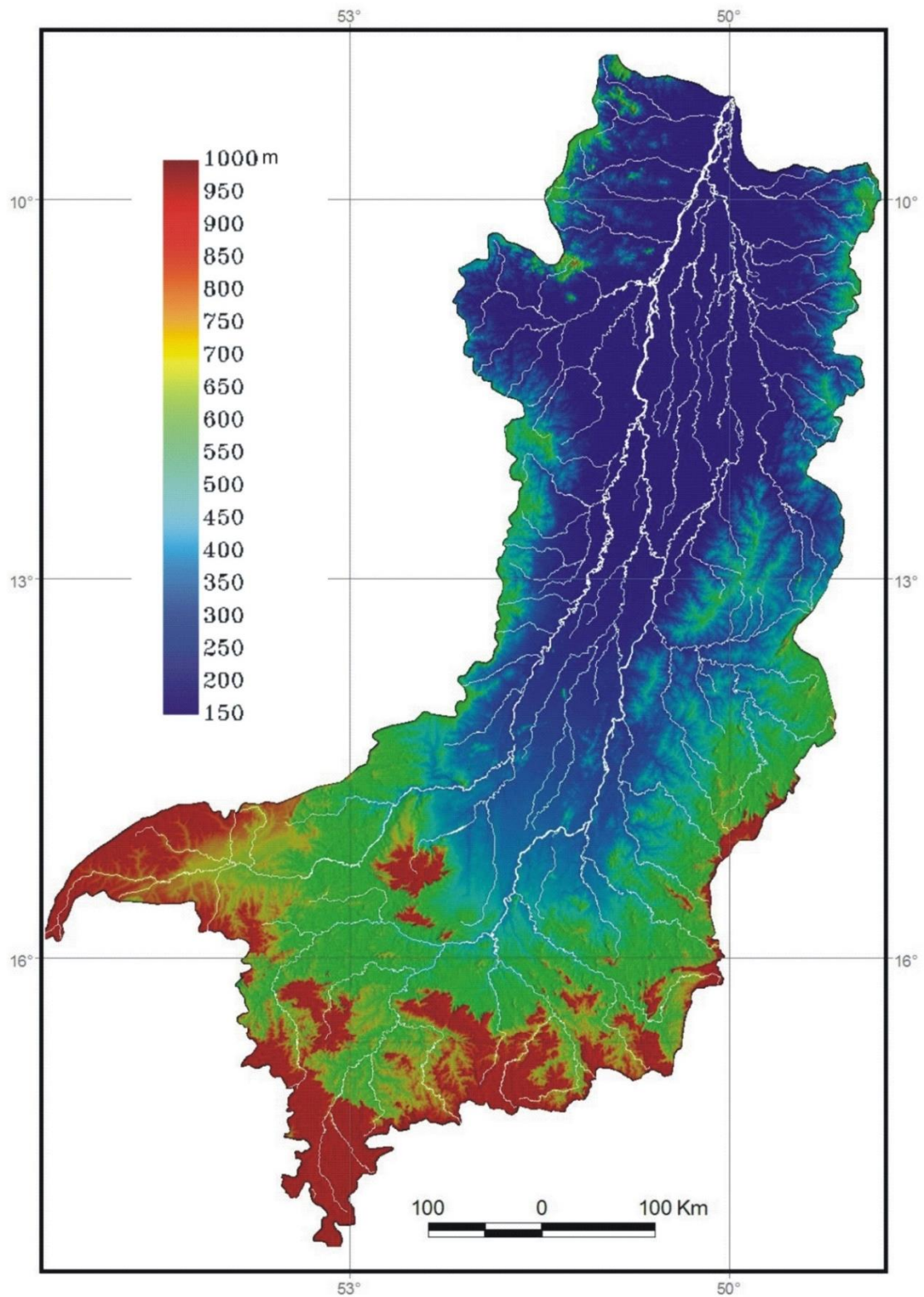
Figura 07. Geomorfologia da Bacia do Rio Araguaia.



Fonte: VALENTE, 2007, p. 68



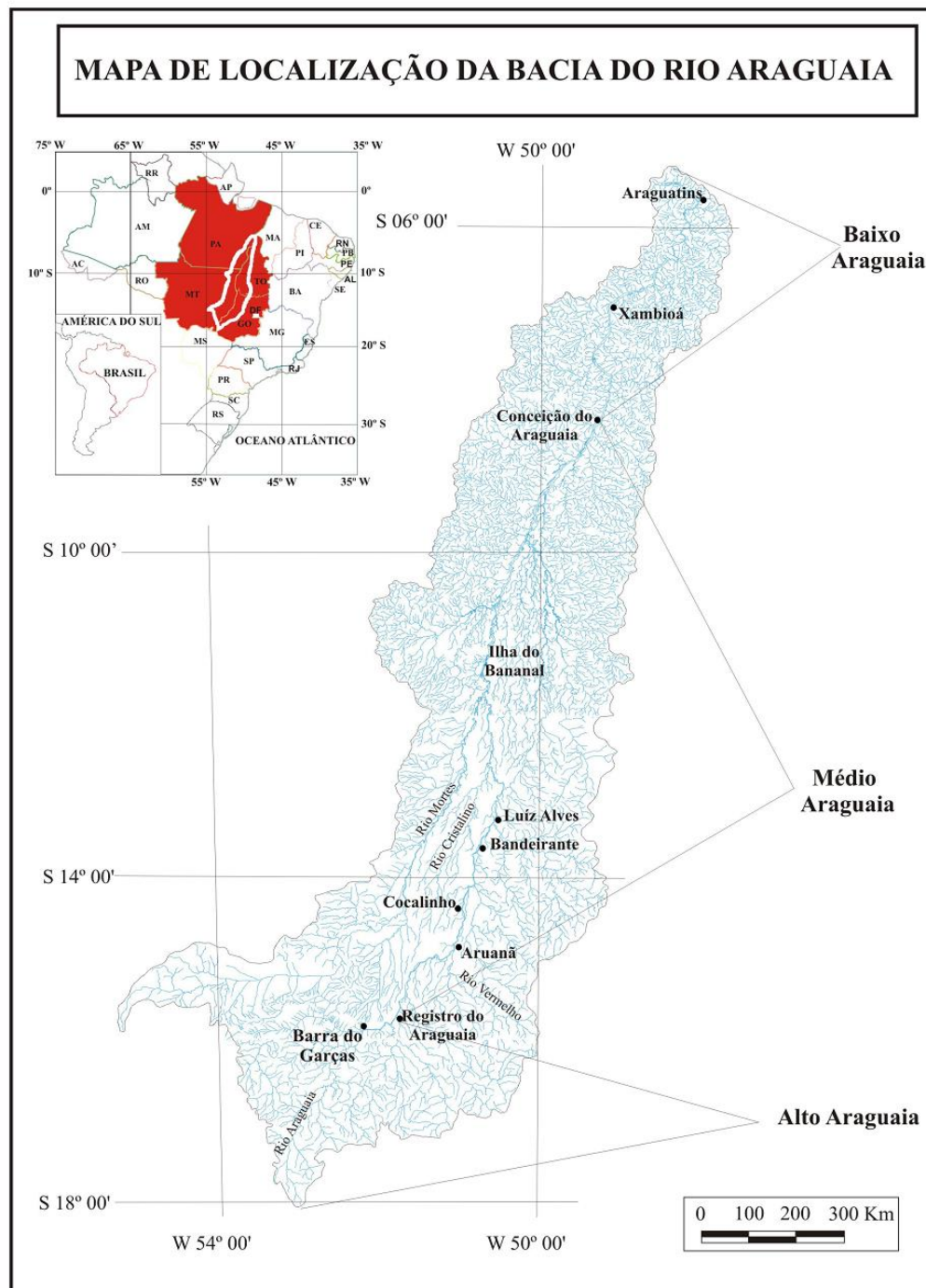
Figura 08. Hipsometria da Bacia do Rio Araguaia.



Fonte: VALENTE, 2007, p. 65

A complexidade da bacia hidrográfica suscitou trabalhos que foram apresentados pelos autores por segmentos (Figura 09), para melhor entender as diferenças que ocorrem por trechos no curso d'água. Vale salientar que no médio curso do Rio destaca-se a Ilha do Bananal, um grande sistema lacustre, um complexo morfovegetacional, uma fauna e grupos étnicos que moldam e ajudam a compor a natureza.

Figura 09. Segmentação do Rio Araguaia proposto por Latrubesse & Stevaux (2002).



Diante da grande extensão da bacia do Rio Araguaia pode-se dizer ela é o lócus, a referência, singular e plural ao mesmo tempo, para o povo Iny e para outras populações dos Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Pará, ou seja, grande parte do antigo Brasil central.

Segundo Durval Rosa Borges para se ter “o título de cidadania plena de Brasileiro, somente se adquire depois de bom conhecimento, visita demorada ou convivência com o Brasil Central” (1987, p.9). Esta área historicamente abarca um mosaico de relações envolvendo suas feições territoriais, ambientais e étnicas, haja vista que é composta por características dos três grandes biomas brasileiros: Cerrado, Amazônico e a Caatinga.

Segundo Bayer (2002), ao drenar as áreas elevadas do Planalto Central Brasileiro, esse sistema fluvial apresenta o maior desenvolvimento no sentido norte-sul, seguindo em grande parte os fortes controles estruturais herdados da complexa evolução dos ciclos tectônicos pré-cambrianos. A presença de afloramentos de rochas de distintas idades (pré-cambriano, paleozóico, mesozóico, terciário e quaternário) e com diferentes estilos tectônicos, além da variedade de ambientes pretéritos que representam, conferem à bacia um complexo inventário de feições morfológicas.

### **1.2.2. O Rio Araguaia na abordagem geopoética**

O Rio Araguaia tem um papel particular na configuração geoambiental, contudo, há muitas descrições e relações com este corpo hídrico, canal de drenagem, curso fluvial descrito na literatura como cita Borges em sua poética:

[...] em linha subtropical seus rios se tocam na origem comum como pontas de dedos e vão formar mesopotâmias em direção opostas, repartindo planaltos, florestas, cerrados e pantanais. [...] “Araguaia não indica apenas um rio, contido em seu leito e limitado em seus feitos, mas corpo e alma que extravasam de suas margens e contam histórias comuns ao universo central brasileiro” [...] (1987, p. 9).

O autor Durval Rosa Borges (1987), apresenta em seu texto como se fosse o próprio rio, exprimindo detalhes com rigores de uma profunda relação de intimidade, descreve o rio Araguaia com outros versos e olhares, por exemplo, no trecho que aponta detalhes morfológicos, biogeográficos e seus sentidos

[...] dos fundões e das correntezas, dos travessões e dos barrancos que ora se fecham estrangulando o curso, ora se abrem em amplidões inesperadas, e das ilhas que confundem os viajantes noviços, levando o canal de um para o outro lado. Diga dos lagos que saem de mim e se escondem em recônditos misteriosos ou que

acompanham meu caminho, abertos ao meu lado ou redondos, fechados e escuros, redutos de meus animais de porte e de peixes mitológicos. Entre eles meus botos, amantes de fêmeas fantasiosas em cios impossíveis e descreva como eles seguem os Homens e seus barcos no descer das águas. Repare bem que nem sempre volteiam dentro dos cardumes que salpicam a superfície, mas em seus movimentos apenas estão indicados o canal onde a embarcação deverá passar sem perigo, o fundo raso que a encalhará por muitas noites ou os troncos escuros, meio-submersos, que traiçoeiros despedaçarão suas madeiras. Descreva principalmente minhas praias deslocadas a cada ano, onde minhas aves e pássaros pousam e as transfiguram e os bichos vêm deixar suas marcas nas madrugadas e fins de tarde. Conte das minhas enchentes masculinas e invasoras, sombrias e ameaçadoras, como garanhões à procura de fêmeas para procriar, emendando a superfície dos lagos, derrubando barrancos e arrancando árvores inteiras que passam a viajar comigo, enquanto o céu é temporal permanente e as vargens se recobrem do lençol derramado, ilhando cerrados, homens e animais amedrontados. Mas fale também das vazantes anunciadas pelos peixes que pastando nos campos, levados pela cheia, dão meia volta e iniciam a retirada ao leito natural. Nelas não somente mudo de tonalidades mas também de sexo, tornou-me feminina, preguiçosa e sensual, recortada de praias sugestivas de leitões onde homens e animais vêm me possuir em lascívia, o corpo em curvas impossíveis. Em cada ano minhas praias — como suas mulheres — mudam de aspecto e de pintura, aparecem onde nada havia e somem dos areais e dos barracos aos quais se uniram no ano anterior [...] (BORGES, 1987, p. 14-15).

No caso deste autor que envereda pelo caminho literário, cabe ressaltar que é uma leitura muito própria, muito pessoal do rio, incluindo a interpretação que corporifica e sexualiza a paisagem do ponto de vista masculino.

Na interpretação da geógrafa Lúcia Helena Gratão o Rio Araguaia tem múltiplas expressões:

[...] “O Rio” como manifestação do meio ambiente, das relações sociais, da relação do sujeito com o tempo, com o corpo, com a vida e com a morte. “O Rio” que expressa a relação dos fenômenos da natureza (natureza física e humana); que expressa a relação de si com os outros; de si com a bacia hidrográfica; de si com o meio ambiente. “O Rio” que expressa a realidade objetiva e subjetiva do homem com a natureza; expressa ao mesmo tempo, uma espécie de culto à Natureza e destruição da Natureza; expressa ao mesmo tempo, a ausência e a necessidade da solidariedade entre o Homem e a Natureza, solidariedade entre os homens! “O Rio” que expressa a vida e a morte! As relações humanas estão progressivamente, se deteriorando, se distanciando da sua própria natureza e as suas manifestações estão expressas nas suas relações com o meio ambiente (GRATÃO, 2002, p. 11).

A autora aponta as relações/sentimentos contextualizados em seu olhar, mesmo que não caracterizando-o morfologicamente como Valente (2007), Bayer (2002), Latrubesse *et al.*, (1999), dentre outros(as). Gratão aponta interconexões entre os aspectos produzidos neste ambiente singular.

Outro aspecto que não poderia deixar de ser elucidado é como se deu o nome do canal principal entre o português brasileiro e a língua Iny. Borges explica que “a verdade – nossa verdade – lhe será revelada” (1987, p. 12) novamente o autor coloca o Rio como o próprio sujeito na narrativa:

[...] Não, meu nome não é Araguaia, apelido que seus bandeirantes roubaram da língua de meus filhos e que quer dizer Rio das Araras – tantas e tão vermelhas e tão azuis – e que me atravessam cantando com sua voz gutural. Nem é *Fermoso Braço*, nome antigo de brancos, que o seu jesuíta Antônio de Araújo me chamou como a indicar que sou parte de rio maior, antontem *Marañon* ontem Pará, hoje Amazonas; nem tampouco sou o *Paraupava*, que nos velhos mapas imperfeitos dos Homens ora era um rio de largura de vales, ora um lago imenso, mas que na realidade era apenas vargens alagadas nas enchentes em que todo ano visito a terra. Meu nome, meu verdadeiro nome é *Ber-ô-can*, Rio Grande na língua dos brancos e pelo qual me conheci. Mas Vocês se encantaram com o de *Araguaia* e até convenceram meus filhos nativos a assim me chamarem e assim os carajás quiseram que Araguaia seja meu nome (idem, p. 12-13).

Borges ainda ressalta atribuições de identidade, inclusive regionais deste corpo hídrico, canal fluvial e/ou simplesmente *Berohoky* na língua Iny, o que implica em conhecimentos, saberes e sentimentos

[...] o mais puro e brasileiro dos rios. Não tenho águas brotadas em chão alheio nem vou servir a estranhos e muito menos me apresso em cortar caminhos, pois corro pelos centros acariciando o dorso do Brasil e o Mar está bem perto de meu braço e este bem longe do estuário onde vou morrer, não de morte natural, mas por furto de identidade [...](1987, p. 13).

Ao ressaltar o “furto de identidade” o autor, neste trecho se remete ao encontro com Rio Tocantins que vai ao encontro do mar e suas feições se modificam permitindo outras relações e conhecimentos sobre essas águas do Brasil Central. Vale ressaltar que o texto de Borges é bastante ufanista, inclusive baseando-se em um passado indígena romântico.

### 1.2.3. A Ilha do Bananal

A Ilha do Bananal localiza-se no estado do Tocantins estabelecendo fronteiras com Goiás, Mato Grosso e Pará. No território tocantinense ela está subdividida entre os municípios de Pium, Lagoa da Confusão, Cristalândia e Formoso do Araguaia. A área é de aproximadamente dois milhões de hectares. O clima predominante é o tropical (Aw) semiúmido, com precipitações superiores a 750 mm anuais, com inverno seco de 4 a 5 meses com estiagem, entre os meses de junho e outubro.

Esta unidade geoambiental se constitui com características dos ecossistemas: Cerrado, Amazônia e Campos Pantaneiros. Quando essas propriedades se apresentam no mesmo ambiente denomina-se de ecótono. Na ilha encontra-se o entrelaçado vegetacional composto por zonas de transição entre cerrado e floresta amazônica com pequenos refúgios de florestas com araucária, campos e floresta pluvial atlântica. A fauna é bastante diversificada com uma ictiofauna, a respeito da qual vários trabalhos foram desenvolvidos (MMA/IBAMA,

2001). Foram descritos diversos gêneros e espécies novas de peixe, mas o destaque é o pirarucu. Há também os anfíbios, répteis, mamíferos e muitas aves como urubu-rei, a gralha-azul, o cuiú-cuiú, o papagaio-de-peito-roxo e a curicaca, além de alguns ameaçados de extinção que são os gavião-pato, o gavião-pega-macaco e a águia-cinzenta.

O relevo que recebe toda essa paisagem é um plano de sedimentos do Quaternário<sup>27</sup>, com uma malha hídrica composta pelos rios Araguaia, Javaé (limítrofes), Randitoró, Riozinho e Mercês (no interior da ilha) estes são perenes, piscosos, abundantes em tartarugas e jacarés, além de cursos intermitentes e um grande número de lagos, alguns circundados de pitoresca vegetação ciliar (MMA/IBAMA, 2001). A Ilha do Bananal com sua diversidade territorial, morfológica, vegetacional, biológica, ecológica e étnica produz inquietações para conhecer e suscitou inúmeras pesquisas.

### **1.2.3.1. Características Geoambientais da Ilha do Bananal**

A Ilha do Bananal morfológicamente foi pesquisada e cartografada, por exemplo, a partir da elaboração do mapa tectônico do Brasil (FERREIRA, 1971) que aponta esta unidade geoambiental “como um acidente de grande expressão, limitada a leste e oeste por falhas cobertas”. A descrição está registrada na folha topográfica Tocantins (Folha SC-22) por MAMEDE, ROSS e SANTOS (1981) que

[...] identificam áreas inundáveis (Aai), e os depósitos aluvionares recentes (Apf), e analisam as evidências de movimentos crustais que sugerem um importante controle tectônico. Esses autores levantam a possibilidade de que a planície do Bananal tenha-se formado sobre uma superfície tectonicamente abatida, possivelmente de idade Pós-Terciária, reconhecendo várias fases na formação dessa planície (apud BAYER, 2002, p.39-40).

Posteriormente a estes trabalhos, houve reinterpretações do cenário geológico e geomorfológico do Brasil com advento de novas metodologias e tecnologias, apontando assim grandes variações morfológicas que estão sendo relacionadas aos processos sedimentares e ao regime hidrológico.

Recentemente, várias pesquisas foram realizadas por grupos que estão tentando diagnosticar/compreender a dinâmica geoambiental da bacia, resultando em trabalhos de teses, dissertações, monografias e artigos científicos, dentre outros. A seguir citarei alguns

---

<sup>27</sup> “Última grande divisão do tempo geológico [...] há aproximadamente dois milhões de anos até o presente. Destaca-se que nesse período, o surgimento do homem e sua evolução” (TEIXEIRA, 1997, p.508).



trabalhos realizados pelos/as pesquisadores/as do Laboratório de Geomorfologia, Pedologia e Geografia Física (LABOGEF/IESA/UFG) como:

- Maximiliano Bayer: Dinâmica do transporte, composição e estratigrafia dos sedimentos da planície aluvial do Rio Araguaia (Tese de doutoramento – 2010) e Diagnóstico dos processos de erosão/assoreamento na planície aluvial do rio Araguaia, entre Registro do Araguaia (GO) e Cocalinho (MT) (Dissertação de Mestrado – 2002);
- Roberto Prado de Moraes: A planície aluvial do médio Rio Araguaia: processos geomorfológicos e suas implicações ambientais (Tese de doutoramento - 2006) e Mudanças históricas na morfologia do canal do Rio Araguaia no trecho entre a cidade de Barra do Garças (MT) e a foz do Rio Cristalino na Ilha do Bananal no período entre as décadas de 60 e 90 (Dissertação de Mestrado – 2002);
- Pedro Alves Vieira: Caracterização das Unidades Geomorfológicas Geoambientais da Planície do Bananal (Dissertação de Mestrado – 2002);
- Cidney Rodrigues Valente - Controles físicos na evolução das unidades geoambientais da bacia do Rio Araguaia, Brasil Central (Tese de doutoramento - 2007)<sup>28</sup>.

O trabalho de Cidney Valente (2007) se debruçou para realizar uma avaliação dos controles das unidades morfovegetacionais do bioma Cerrado na planície do Bananal. A ilha se insere no quadro geoambiental desta planície, em uma zona de transição com cobertura vegetal de Cerrado com fragmentos Amazônicos. As características geológica e geomorfológica da área de estudo são:

[...]as características litológicas, estruturais e hidrológicas conferem a Bacia Bananal, mais especificamente a Ilha do Bananal, o modelo de um grande reservatório de águas subterrâneas. [...] Nas áreas mais baixas da Planície Bananal, como na Ilha do Bananal, onde a superfície plana é pobremente drenada e encharcada por um longo período (dezembro a maio) favorece o desenvolvimento de vegetação mais tolerante à inundação, como os tipos herbáceos do bioma Cerrado (Campo Limpo e Campo Cerrado). [...] Consequentemente, esse ambiente encharcado inibe o crescimento dos tipos fisionômicos mais densos (Cerrado s.s. e Cerradão). Desta forma, a distribuição espacial das fitofisionomias do bioma Cerrado na Ilha do Bananal é controlada, principalmente, por inundações

<sup>28</sup> Outras pesquisas foram realizadas no Rio Araguaia, sendo divulgados por meio de artigos por meio de artigos, como: CASTRO, S. S. DOSSIÊ ARAGUAIA - PAMIRA (2009); LATRUBESSE, E. M.; AMSLER, M. L.; MORAIS, R. P.; AQUINO, S. (2009); AQUINO, S. LATRUBESSE, E. BAYER, M. (2010); NABOUT, J. C.; NOGUEIRA, I. S.; OLIVEIRA, L. G. (2009); MORAIS, R. P.; AQUINO, S.; LATRUBESSE, E. M. (2008); AQUINO, S.; LATRUBESSE, E. M.; SOUZA FILHO, E. E. (2008); BAYER, M.; CARVALHO, T. M. (2008); MORAIS, R. P. (2008); MORAIS, R. P.; OLIVEIRA, L. G.; LATRUBESSE, E. M.; PINHEIRO, R. C. D. (2006) dentre outros. A grande quantidade de trabalhos referentes ao Rio Araguaia se deve principalmente por ser uma drenagem de amplas dimensões e muitas vezes estudado por segmentos.

prolongadas, variações das formas geomorfológicas e secundariamente por avulsões dos cinturões fluviais (eventos neotectônicos) (VALENTE, 2007, p. 6, 11-12).

Os domínios tectônicos e geológicos em que se insere a Ilha do Bananal encontram-se no contato das Províncias Tocantins e Carajás, cuja maior extensão situa-se na Bacia Bananal. A morfologia apresentada no trabalho de Valente (2007) aponta que a Bacia Bananal tem áreas pleistocênicas nas planícies fluviais (Formação Araguaia) e holocênicas dos depósitos aluviais. As unidades geomorfológicas definidas são “1) Planície Fluvial Ligeiramente Dissecada (alluvial plain lightly dissected); 2) Planície Fluvial com Scrolls de Meandro (floodplain with meander scroll); 3) Planície Fluvial com Padrão Meandrante (alluvial plain lightly dissected with laterite); 4) Cinturão Fluvial Abandonado (Abandoned fluvia belts); 5) Cinturão Fluvial Abandonado com Rio de Meandros Subadaptados (Underfit Rivers)” (idem, p. 133). Estas unidades são apresentadas na figura 10<sup>29</sup> citadas na legenda ainda constam os seguintes itens: Rios/Lagos (Rivers/Lakes); Drenagem (Drainage) e canais abandonados (abandoned channels)<sup>30</sup>.

O contexto geoambiental da Ilha do Bananal foi condicionado pelos aspectos geológico-geomorfológico, as diferenças altimétricas (ver figura 08), índice pluviométrico, a permeabilidade do solo e uma grande planície de acumulação. Outro ponto que caracteriza a Planície Bananal é o alagamento, porém Valente (2007) afirma que há uma autonomia em relação às cheias do rio Araguaia, onde as inundações são resultados de distintos fatores:

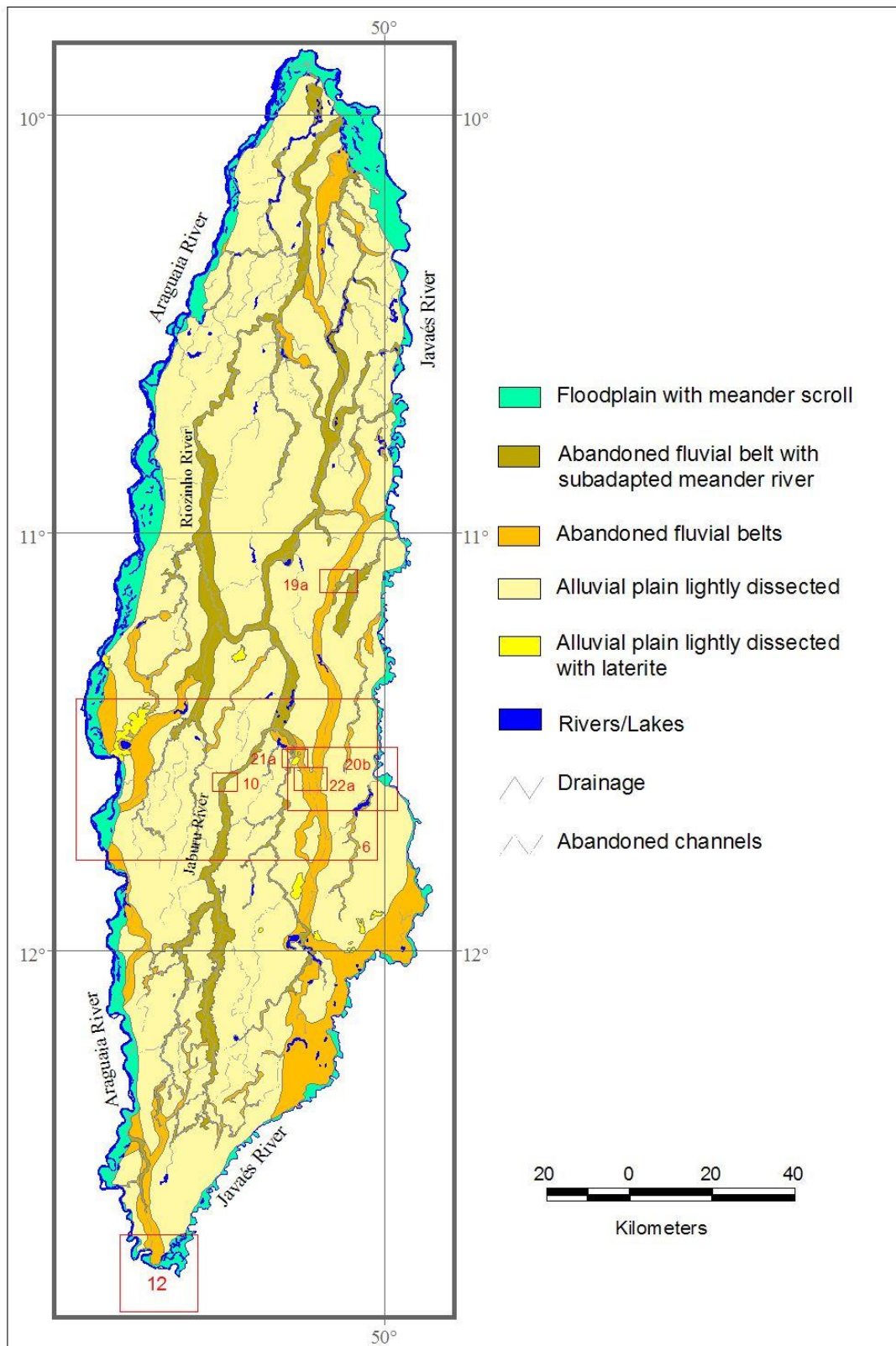
[...] A inundação é resultado de três fatores: (i) alta precipitação entre janeiro e março; (ii) cobertura superficial da planície com predominância de solo argiloso (baixa permeabilidade); (iii) relevo muito plano com baixa altitude (baixo estrutural) que funciona como uma extensiva planície de acumulação de água tanto superficial como subterrânea (idem, p. 11).

As áreas inundadas indicam vegetações próprias para esse ambiente, como Campo Limpo e Campo Cerrado (tipos herbáceos do bioma) são predominantes nas superfícies planas. Mesmo em menor extensão há fitofisionomias de áreas altimétricas mais elevadas e menos susceptíveis às inundações do tipo Cerrado e Cerradão.

<sup>29</sup> Estas figuras estão incluídas em artigos em inglês que compõem a tese de doutoramento de Valente (2007). O autor preferiu utilizar como referência o sistema de coordenadas geográficas.

<sup>30</sup> Os termos foram colocados bilíngue (português/inglês) para facilitar a leitura da figura.

Figura 10. Unidades geomorfológicas da Ilha do Bananal.



Fonte: VALENTE, 2007, p. 141

Estas características são necessárias para identificar, compreender e analisar a dinâmica geoambiental presente no complexo da Ilha do Bananal (TO) à qual se agregam os aspectos territoriais e étnicos. A sazonalidade deste ambiente permite que se entenda a lógica de uso e apropriação da Ilha onde se sobrepõem vários lócus de poder alguns instituídos pelo Estado, pela comunidade indígena e/ou pelas inúmeras relações estabelecidas entre os agentes sociais a natureza e o ambiente. Em nosso entendimento, para apreender a Ilha do Bananal é necessária a compreensão geoambiental desta unidade e à qual tentaremos sobrepor os olhares e as relações dos Iny neste ambiente tão específico.

### **1.2.3.2. Iny Olona: a Ilha do Bananal e o Povo Iny**

No que diz respeito à divisão territorial a Ilha do Bananal, além da divisão municipal, atualmente é uma grande unidade de conservação dividida em Área Indígena e Parque Nacional do Araguaia. Ela possui uma área total de aproximadamente dois milhões de hectares, salientando que a área do parque é de 376.545 hectares, habitada tradicionalmente pelo Povo Iny (Karajá e Javaé).

As fontes coloniais informam que o contato da sociedade envolvente com este povo indígena se dá em julho de 1773, por intermédio do sertanista José Pinto Fonseca e sua equipe denominada “batedores do mato” que viam nas populações indígenas uma mercadoria muito valorizada, pois a coroa tinha os habitantes do interior da colônia como sua propriedade (FONSECA, 1867) <sup>31</sup>. Nos deslocamentos, os sertanistas comprovam que é uma ilha fluvial, inicialmente denominada de Ilha de Santana pelo alferes José Pinto da Fonseca. Posteriormente ou devido a uma vegetação muito recorrente, os extensos bananais, consolidasse o nome de Ilha do Bananal. Contudo, esse território era ocupado pelo Povo Iny (os Karajá, Javaé e Xambioá) como seu lugar mítico, originário, de onde surgiram. Estes habitantes que segundo relatos dos anciões estão nessa região bem antes dos colonizadores chegarem. Este povo denomina essa área como *Iny Olona*, ou seja, o lugar onde o povo Iny surgiu (PIMENTEL DA SILVA, 2001, 2006, 2009).

A colonização brasileira exigia mão-de-obra compulsória para consolidar esse projeto de ocupação. Como nos primeiros anos se escravizaram as populações indígenas do litoral e muitos se refugiaram no interior, foi preciso intensificar as bandeiras que buscavam

---

<sup>31</sup> Vale salientar que outros sertanistas e bandeirantes conheciam a região e sabiam do potencial de “mão de obra disponível”.

as riquezas (ouro, minérios, mão-de-obra e conhecimento) no cerne do continente. Inúmeras expedições foram financiadas pela coroa para adentrar o oeste, a região central do Brasil, a região era habitada por vários povos como Karajá, Javaé, Xambioá (Iny), Xavante, Kayapó, Xerente (Akwén) e Bororo, Tapirapé e Avá-Canoeiro (GOMES, 1993; MORAES & ROCHA, 2001). A partir das expedições encontrou-se um acesso pelo Rio das Mortes que propiciou o contato com essa unidade geoambiental – Ilha do Bananal – ocorrida em 1684, com Antônio Pires Campos, bandeirante paulista, que coordenava a expedição de caça ao índio.

A relação da sociedade Iny com a não-indígena sempre foi tensa porque devido à posição geográfica da Ilha esta abriu o interesse não só dos bandeirantes, mas também dos mineradores de ouro, traficantes e militares, que acreditavam ter uma saída para o oceano, sendo assim a primeira proposta de hidrovia na região do Rio Araguaia.

A consolidação desse caminho diminuiria as distâncias e as dificuldades para transportar todos os utensílios necessários para ocupação do interior, porque os transportes feitos no lombo de burro eram muitos onerosos e gastavam muito tempo para trilhar milhares de quilômetros pelos sertões (RIBEIRO, 1977). Diante dessa relação Pimentel da Silva afirma que havia um

[...] interesse especial em escravizar os indígenas como remeiros para o transporte de mercadorias, colaboração que os traficantes não podiam dispensar, já que somente o indígena conhecia o rio e constituía a única mão-de-obra na região. Entre os Karajá e as guarnições militares locais transcorreram relações cheias de conflitos, durante todo século XIX (2001, p. 44).

Para consolidar o controle sobre os “nativos” do vale do Araguaia vários aldeamentos e presídios foram estabelecidos com intuito de reunir os indígenas e ocupar suas áreas para dividir entre os colonizadores (fazendeiros e criadores de gado). Outro ator neste processo de territorialização da ilha foi o alferes José Pinto da Fonseca, por intermédio de seu contato com os Karajá, produziu o primeiro relato escrito sobre o povo Iny (FONSECA, 1867)

[...] aos 17 de Julho chegamos ao sitio onde veio a bandeira 0 anno passado, e no qual communicou com o gentio, e lhe pozeram o nome de Bananal; e tendo ahi feito rancharia e levantado uma cruz, achámos tudo por terra e queimado: á esta primeira vista poucas esperanças me restaram de conseguir a empresa que V. Ex. me incumbiu, reflectindo que se o gentio quizesse a nossa amizade, estaria melhor o que alli deixámos com a certeza da nossa volta. Cuidámos em nos arrancar nas margens do rio, que terá 1300 braças de largura, fazendo no meio uma corôa, na qual o anno passado assistia o dito gentio, e nella não vimos mais que algumas estacas, onde armavam as suas tendas: mandámos tocar caixas, disparar alguns tiros, e lançar alguns fogos, que era o signal que lhe tinha prometido fazer quando ali chegássemos: dois dias conservámo-nos n'esta figura sem ver pessoa alguma; no fim d'estes avistámos alguns índios de outra parte do rio, dando grandes gritos, dizendo que nós vinhamos ás suas terras para matal-os, e conduzil-os para as nossas,

e fazel-os nossos escravos [...] Duas horas de pratica tive com elle para o desvanecer d'esse receio; por fim embicaram as canôas para a terra, e vieram á nossa rancharia com bastante susto e temor; conheci serem da nação dos *Carajás*: é este rio um braço do Araguaya, chamado Bananal, e tem uma grande ilha habitada de muitas nações de gentio, sendo esta a mais principal, que consta de seis grandes aldêas: com esta nação principiei a praticar as alfabilidades com que V. Ex. quer se civilizem os índios silvestres; achámos serem poucos todos os agrados e carinhos á vista dos grandes escândalos com que os trataram os nossos conquistadores [...] (1867, p. 376-377).

Este trecho indica como essa população reagia às ações dos bandeirantes<sup>32</sup>. Em 1774 o Visconde da Lapa, senhor José de Almeida Vasconcelos, instala um presídio com a finalidade de colonizar e garantir a navegação no rio Araguaia, mas o projeto não teve sucesso por inúmeras questões e foi abandonado (MMA/IBAMA, 2001).

O governador da capitania de Goiás, Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, em 1776, fundou o presídio de São Pedro do Sul, além do aldeamento Nova Beira na Ilha do Bananal, onde os indígenas Iny realizavam trocas e eram induzidos para a catequização e a cultura nos moldes europeus e cristãos, espelho das relações vigentes no período. Com o estabelecimento do aldeamento São José de Mossâmedes houve a transferência dos Javaé e Karajá, que ali habitavam para essa nova localidade e assim é se extinto o presídio e o aldeamento da Ilha do Bananal.

Os aldeamentos goianos entram em decadência no fim do século XVIII, devido a alguns fatores como má administração, maus tratos infligidos aos índios, fugas e rebeliões e o desempenho falho do clérigo secular nas atividades de catequese e direção (ROCHA & MORAES, 2001).

No século XIX, o Rio Araguaia continuava sendo a veia condutora dos acontecimentos da região, mas para ter sucesso nas navegações precisava que no mínimo os indígenas não os impedissem, por isso os embates entre os não indígenas e os indígenas eram constantes. Havia a necessidade de outra estratégia para ter acesso a este território, porque pertencia aos indígenas, em específico aos Iny.

A nova estratégia passava pela interferência nas organizações sociais e catequese<sup>33</sup>. Alguns autores apontam os motivos que forçaram o governo a definir política pública específica para a questão indígena

[...] Em meados de 1907, as disputas no interior chegaram às capitais e ao cenário internacional em tom de acirrada polêmica. O então diretor do Museu Paulista, von Ihering, defendia o extermínio dos índios que

<sup>32</sup> Neste período a catequização era através das missões jesuítas e outras congregações religiosas.

<sup>33</sup> “Em 1750, o Marques de Pombal, ministro de D. José I, estabelece uma nova política para os índios. Contrário à presença de missionários jesuítas, passa a incentivar a “pacificação” do índio por meio da catequese leiga nos aldeamentos oficiais. Nessa época, vários são os casos de uso da força contra os índios” (MORAES & ROCHA, 2001, p. 32).

resistissem ao avanço da civilização, promovendo grande revolta em diversos setores da sociedade civil. Em 1908, o Brasil fora publicamente acusado de massacre aos índios no XVI Congresso dos Americanistas ocorrido em Viena [...] (Ribeiro, 1977; Carneiro da Cunha, 1987 apud ISA, 2012).

O governo, em 1910 instituiu pelo Decreto 8.072/1910 (BRASIL, 1910) o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI) neste decreto “que visava tanto a proteção e integração dos índios, quanto a fundação de colônias agrícolas que se utilizariam da mão-de-obra encontrada pelas expedições oficiais” (ISA, 2012), vale salientar que, para o Estado, o índio deveria ser tutelado por estar em uma situação transitória e com o contato estes adquiriria cultura e seria inseridos na sociedade. Diante de questões tão distintas o SPI se desliga por meio de outro decreto (BRASIL, 1918) da Localização de Trabalhadores Nacionais (ISA, 2012), mas isso não modifica em nada a forma de tutela estabelecida pelo órgão.

As ações pertinentes ao SPI eram reflexo dos órgãos governamentais aos quais estava subordinado e de quem estava à frente de sua gestão. O órgão esteve subordinado aos seguintes ministérios: Agricultura, Indústria e Comércio (1910 a 1930); do Trabalho (1930 a 1934); da Guerra por meio da Inspeção de Fronteiras (1934 a 1939); da Agricultura (1940); do Interior (1941 a 1967). De 1910 a 1958 o responsável pela gestão das políticas indigenistas foi Marechal Cândido Rondon (um sertanista), na verdade seu proponente, mas cabe ressaltar o trabalho do etnógrafo alemão Curt Nimuendaju (1883-1945) e nas décadas de 1940 e 1960, os irmãos Villas-Boas em suas expedições no Brasil Central.

Diante de situações graves de imposições culturais, econômica, sociais e educacionais, referentes a essa parcela da população, denunciadas foi instituído pelo decreto nº. 1.794/1939 (BRASIL, 1939) o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI). A partir de 1940 volta-se a ser subordinado ao Ministério do Interior e com respaldo do CNPI e de alguns antropólogos que iniciaram suas atuações nas formulações das políticas indigenistas e “[...] tentaram levar ao SPI as premissas antropológicas da época, questionando os cânones e práticas sertanistas” (Ribeiro, 1977; Carneiro da Cunha, 1987 apud ISA, 2012).

Vale salientar que a questão indígena é aparece na constituição de 1934 (BRASIL, 1934) conferindo o direito à posse da terra e que o Estado deferiria assegurar a promoção de políticas indigenistas. Nas constituições de 1937 e 1946 tudo se manteve, mas abria caminhos para a consolidação das questões indígenas no Brasil.

No SPI, no fim dos anos 1950, o processo de decadência administrativa e ideológica era visível, além das inúmeras denúncias de improbabilidade administrativa, relacionadas ao

patrimônio indígena, teve reflexos no cenário internacional. Diante da crise institucional e das questões governamentais do Brasil (regime ditatorial) são extintos o SPI e o CNPI, na busca de novas concepções e gestão institui em 05 de dezembro de 1967 (BRASIL, 1967), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (FUNAI, 2012).

O Brasil Central esteve no cenário indigenista nas décadas de 1940 a 1960 com as expedições dos irmãos Villas-Boas e nas ações promovidas anteriormente pelo SPI, em 1930, quando são instalados os postos indígenas Getúlio Vargas (hoje Santa Isabel do Morro), Heloísa Torres e Damiana da Cunha (aldeias extintas) na Ilha do Bananal:

[...] Nesse mesmo período, as terras da Ilha do Bananal começaram a ser procuradas por criadores de gado bovino da região, devido à alta qualidade das pastagens naturais da Ilha. O SPI passou a arrendar essas terras para a entrada de rebanhos de bovinos, com cobrança de taxas por cabeça de gado e colocação de arame. Tal política facilitou o assentamento de famílias envolvidas com a lida do gado e colocação de roças de toco, chamados retireiros, por não ficarem na Ilha o ano todo [...] (Fany Ricardo, 2004, apud ISA, 2012).

As ações na Ilha caracterizaram na região alguns dos casos claros de improbidade administrativa, além de promover uma aproximação forçada entre setores da população como militares, trabalhadores rurais, latifundiários e pecuaristas que tinham outras compreensões deste ambiente e território, pois, obviamente, não tinha interesse e preparação para proteger os indígenas. Os casos de escravização, fome, redução populacional, doenças, extinção da fala materna, levaram a acusações de genocídio, corrupção cometidos por alguns gestores do SPI. Vale salientar que neste contexto havia servidores dedicados a cumprir seu papel de proteger as terras e assegurar os indígenas.

Essas acusações foram investigadas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) levando a demissão ou suspensão de inúmeros funcionários de todos os escalões. Sendo necessária a substituição do SPI pela FUNAI, em 1967, criando novas metas e uma reestruturação deste órgão. Diante da amplitude do cenário indígena brasileiro os reflexos para a região da Ilha do Bananal efetivam-se em 1971 quando esta área da União foi dividida em duas áreas sendo:

[...] Parque Indígena do Araguaia (PIA) com o centro e o sul da ilha e o Território Indígena Inãwébohona, além de uma Unidade de Conservação – o Parque Nacional do Araguaia (PNA) com o centro norte da terra da ilha, esse destinado exclusivamente à proteção ambiental e a preservação da biodiversidade existente na Ilha do Bananal, está sob proteção do Governo Federal através do Instituto Chico Mendes. (RODRIGUES apud ISA, 2012)

O povo Iny tem como sua área de vivência todo curso do Rio Araguaia sendo a Ilha do Bananal seu ponto originário segundo sua cosmologia, lugar em que parte do povo



emergiu do fundo das águas e veio ocupar a superfície. O estado brasileiro propôs divisões neste território sem considerar o modo de vida e a identidade do grupo. Nesta configuração áreas indígenas se sobrepunham aos limites do Parque Nacional do Araguaia e através de uma portaria foi declarada a posse permanente para os grupos indígenas Inãwébohona (BRASIL, 2001).

Na concepção Iny, a Ilha do Bananal é uma área que os indígenas concebem para suas atividades regulares (caça, pesca, rituais, trajetória escolar e turismo), mesmo que as referências sejam local da aldeia em que vivem, estes não perdem a relação com todo este complexo fluvial. Toda essa relação com a ilha está relacionada à mobilidade que é particular deste grupo como destaca Manuel Ferreira Lima Filho

[...] grande mobilidade dos Karajá que apresentam como uma de suas feições culturais a exploração dos recursos alimentares do rio Araguaia. Eles têm, ainda hoje, o costume de acampar com suas famílias em busca de melhores pontos de pesca de peixes e de tartarugas, nos lagos, nas praias e nos tributários do rio, onde, no passado, faziam aldeias temporárias, inclusive com a realização de festas, na época da estiagem do Araguaia. Com a chegada das chuvas, mudavam-se para as aldeias construídas nos grandes barrancos, a salvo das subidas das águas, onde, em alguns lugares, ainda hoje fazem suas roças familiares e coletivas, locais de moradia e cemitérios (1999).

As práticas tradicionais dos índios Karajá e Javaé, as relações culturais estão relacionadas a esse ambiente específico denominado Ilha do Bananal. Sua importância não se restringe à sua dimensão territorial, mas devido ser uma área de grande beleza cênica, rica diversidade geoambiental, biológica e cultural é também de ser palco de inúmeras histórias de lutas e conflitos.

Na Ilha do Bananal encontram-se em torno de 24 aldeias. Uma referência muito própria deste grupo indígena Iny (Karajá e Javaé) é o estabelecimento nas proximidades dos rios Araguaia e Javaé e seus afluentes, de lagos e lagoas. Os Javaé ficam às margens do rio com o mesmo nome, um afluente (braço menor) do rio Araguaia que delimita a parte leste da Ilha do Bananal, no Tocantins. Desta forma esse território com suas paisagens abriga uma relação particular, diversa com os sujeitos que historicamente habitam, vivenciam e transforma esse ambiente, essa unidade geoambiental, territorial e étnica denominada “Ilha do Bananal”. O povo Iny nos leva a conhecer outra face deste grande mosaico, para tanto precisamos conhecer esse grupo étnico para contextualizar os saberes e conhecimentos próprios desta unidade.



O povo Iny está estabelecido na Ilha do Bananal desde sua formação étnica, como narra a mitologia do grupo, quando se encontram no fundo e nas margens do Rio Araguaia. Por isso, são denominados por alguns outros povos como o “povo das águas”, devido também à sua forte ligação com os rios, os lagos, as lagoas e as nascentes.

Podemos dizer que as relações entre diferentes grupos da sociedade nacional com o povo Iny da Ilha do Bananal se inicia com a expansão da colonização entre as duas margens do Atlântico e no adentrar da “*Terra Brasilis*” (LOIOLA, 2008). Cabe ressaltar que se avolumam os relatos e as imagens produzidos por vários agentes, a exemplo de viajantes, bandeirantes, missionários, artistas, dentre outros, que, por sua vez, o fazem por meio da elaboração de cartas.

No caso do Brasil Central, sabe-se que os bandeirantes passaram por esta área em mais de uma expedição antes do efetivo processo de ocupação colonial, que inclui a formação de vilas e a expansão da atividade mineradora na primeira metade do século XVIII. Este é o período em que, por exemplo, a capitania de *Goyaz* se forma (BERTRAND, 2004).

Neste sentido, voltamos mais diretamente o interesse para a compreensão de como foram vistos os povos indígenas na cartografia colonial desta região denominada de várias maneiras: “*sertão*”, “*terra dos gentios*”, “*Brasil Central*”, dentre outras. Chegamos, então, ao primeiro “*Mapa da Capitania de Goyaz*” (1750) (Figura 12) atribuído a Francesco Tosi Colombina (VIEIRA JÚNIOR, *et all*, 2010) um registro que assinala a presença do “*gentio*”, especificamente dos “*Xavante*”, “*Caiapó*”, “*Acroá*”, “*Aricá*” e “*Curumaré*” e de seus territórios. Estes últimos são apontados como os habitantes do local que consideramos ser a Ilha do Bananal. Ao identificarmos as áreas marcadas pela presença indígena que o cartógrafo denomina de “*Sertão do Gentio Xavante*” ou de outros povos, por exemplo, além da “*Ilha do Gentio Curumaré*”, a localização destas expressões entre as feições naturais e o uso do pronome possessivo nos permitem inferir uma territorialidade destes povos.

Este mapa da *Capitania de Goyaz* nos coloca diante da questão do suposto vazio demográfico que fica suspenso, mesmo sendo retomado, por exemplo, no século XX, como parte de uma “geografia imaginativa” (SAID, 1990): a ideia de que o Brasil Central era despovoado. Assim, desde o século XVIII o conhecimento estratégico possibilita formas de identificar, definir as demandas de recursos humanos e materiais para suprir as exigências dos Estados coloniais.





Os agentes hegemônicos, que naquele período estavam situados na Europa e em processo de migração e recriação na América, obtinham informações que as chamadas “novas terras” eram uma grande fonte de riquezas naturais que utilizadas de forma mercantilista favoreceriam suas divisas e assim promoveriam o conhecimento, reforçando e legitimando a divisão entre espanhóis e portugueses.

O extenso território nacional, redesenhado externa e internamente em processos conflituosos, sempre guardou um grande potencial econômico (mineral, hidrológico, extrativista, biológico), humano e cultural, mesmo que os viajantes não exaltem isso nas narrativas do século XV e XVI. Os indígenas eram denominados “gentios”, “bárbaros”. “selvagens”, “silvícolas” ou “nativos”, o que está na base da pretensa supremacia dos habitantes do “Velho Mundo”, eurocêntrica, marcada pela formação judaico-cristã, tornando-se uma ideologia para justificar a apropriação dos seus territórios e das riquezas naturais presentes.

As cartas elaboradas neste período tinham como objetivo produzir, selecionar e sistematizar as informações, considerando as distorções técnicas aos olhos contemporâneos. No contexto da própria Cartografia este processo faz parte de um discurso acerca do território, noutras palavras, de uma “ideologia geográfica” (MORAES, 1989). Por exemplo, o nome de um grupo indígena presente em um mapa colonial indica um reconhecimento ainda que falho, da antiguidade, da diferença étnica muitas vezes desconsiderada quando se tem em mente a noção de um “vazio demográfico”, como foi o caso do Brasil Central.

Desta forma se evidencia a colonialidade como fonte de poder. A Geografia e a História, o território e a sociedade, a economia, a política e a cultura se encontram na Cartografia Histórica e mais diretamente nos mapas coloniais. Porém uma nova vertente de pesquisadores está propiciando a releitura da própria colonialidade (QUIJANO, 2005) e a formação de pensamentos alternativos, até contrapostos.

Nenhum mapa é factual, fechado a interpretações. Para entender o povo, que pelos viajantes foram denominados e registrados na cartografia colonial como “*Gentio Curumaré*”, foi correlacionado com os habitantes do local que consideramos ser a Ilha do Bananal e nas referências do século XIX foram identificados como “*Ilha do Gentio Curumaré*” esta localização é possível devido aos registros das feições naturais assim possibilitando inferir a territorialidade do povo Iny. A seguir conheceremos melhor essa população suas leituras cosmológicas, culturais, territoriais e ambientais.

## 2.1. O Povo Iny na Ilha do Bananal

O universo dos sujeitos que se encontram envolvidos nessa pesquisa compreende os índios Karajá e Javaé residentes na Ilha do Bananal, Tocantins, denominados em sua língua materna como os Iny, que se pode traduzir como “nós”. O grupo étnico Karajá está vinculado ao tronco linguístico Macro-Jê, que secularmente se mantém na bacia do Rio Araguaia, hoje se espacializa em três grupos: os Javaé (Ilha do Bananal – TO), os Xambioá (ou Norte) e os Karajá (Ilha do Bananal – TO e Aruanã – GO). Suas áreas ocupadas seguem as margens do Rio Araguaia passando por áreas geográficas diferenciadas ao longo da bacia do Rio Araguaia (TORAL, 1992).

Para compreender esse grupo específico se faz necessário uma leitura do quadro da população indígena no Brasil. A população indígena no país está em processo de afirmação, um movimento crescente, na qual os órgãos censitários estão coletando dados de forma mais precisa, em 2005 segundo a FUNAI eram aproximadamente de 358000 índios(as) em 215 etnias, sendo 180 línguas faladas (FUNAI, 2005), estabelecidas em uma área que corresponde cerca de 11,12% do território nacional. No Censo de 2010, a população é de 896,9 mil pessoas, em 305 etnias e que falam 274 línguas indígenas<sup>34</sup> (IBGE, 2010). A metodologia utilizada pelo IBGE, desde 1991, permitiu identificar a realidade do contexto indígena, sendo que em 1991 somavam 294.000, passando em 2000 para 734.000 um crescimento significativo de 150%, seguindo em 2010 para 896,9 mil cujo crescimento em relação a 1991 foi de 205%. O perfil da população indígena brasileira aponta que 63,8% vivem em área rural, em contraposição ao fato referente a 2000 que 52% residiam em área urbana. Estão em 505 terras reconhecidas, sendo que 342 mil estão na região norte, cuja área de estudo se insere 99,1 mil está na região sudeste, sendo que 84% estão fora das terras originárias (IBGE, 2010).

No Estado do Tocantins a população é superior aos 14000 índios(as), distribuídos em 82 aldeias dos seguintes grupos: Apinaye, Xerente, Krahô Khahô-Canela, Pakararú, Javaé, Karajá-Xambioá e Karajá (Povo Iny), além dos Avá-Canoeiro e Guarani que vivem nas terras indígenas Iny (idem). A população Karajá e Javaé totaliza, segundo dados governamentais, 4992 pessoas com uma população 3198 Karajá, 1456 Javaé e 268 Karajá-Xambioá (FUNASA, 2010)<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> É a primeira vez que o órgão coleta informações sobre a etnia dos povos. O levantamento marca também a retomada da investigação sobre as línguas indígenas, interrompida por 60 anos.

<sup>35</sup> Nas informações disponibilizadas na Enciclopédia dos Povos Indígenas pelo Instituto Socioambiental (2012) sobre o Povo Iny temos as referências para o Povo Karajá coordenadas pelo antropólogo Manuel Ferreira Lima Filho (1999). A antropóloga Patrícia de Mendonça Rodrigues (2010) foi responsável pelo povo Javaé. Esta base de dados está sendo constantemente atualizada pelo instituto, com subsídios das técnicas de geoprocessamento e

A presença do povo Iny, na região do Rio Araguaia é descrita e registrada em inúmeros trabalhos<sup>36</sup>. André Toral relata que o contato com este grupo é narrado desde o final do século XVI. Neste período se encontravam na região das “[...] proximidades da foz do rio das Mortes”, como registrado por Curt Nimuendaju<sup>37</sup> “[...] no seu médio/baixo curso pelos Araé até o século XVIII [...]” para se defender nos séculos XVIII e XIX a localização foi dificultada, mas as referências estavam presentes em vários pontos do curso do Rio Araguaia (TORAL, 1992, p.36). Porém, com o intenso contato e a expansão populacional não indígena ficou difícil não serem localizados, e suas aldeias discriminadas nominalmente. Vale salientar que muitas estão nas mesmas localidades até hoje. Toral registra essas aldeias da seguinte forma

[...] as atuais aldeias (descendo o rio, do sul em direção ao norte) de Santa Isabel do Morro (Hãwalò, “do morro”), Fontoura (Bâtõiry), São Domingos ou Mato Verde ou Luciara (Rèhãwa, “aldeia do pássaro Martim Pescador”), barra do Tapirapé (Itxalá) e a aldeia “Nova”, reúnem a população das seguintes aldeias, existentes em 1900: Santa Isabel (Hãwalò e outros pequenos grupos que viviam, intermitentemente, próximos à foz do rio das Mortes), Fontoura (Bâtõiry), São Domingos (Rèhãwa e outros grupos que viviam nas proximidades) e as extintas: Crisóstemo I ou Krumare (Uèbero), Crisóstemo II (Tolohoky), Jatobá e Wabe (no Riozinho, interior da Ilha) (*idem*).

As terras indígenas Iny abarcam todo o curso do Rio Araguaia. Por isso nesta pesquisa fazemos algumas referências às áreas que abrangem este povo, mas que não estão incluídas na pesquisa, a exemplo dos seguintes grupos: Karajá de Aruanã (GO), Maranduba; Karajá Santana do Araguaia; Karajá – Xambioá (do Norte). As Terras Indígenas dentro do recorte espacial estabelecido, a Ilha do Bananal, são: Lago Grande; Tapirapé/Karajá; São Domingos; Fontoura; Araguaia; Canoanã; Wahuri, Inãwébohona e Utaria Wyhyna/Iròdu Iràna (Figura 13).

Mais adiante, faremos uma análise das áreas dentro do recorte espacial, a Ilha do Bananal, porque assim teremos algumas características desses povos que ali residem, segundo a base de dados da ONG Instituto Socioambiental (ISA, 2012) (Tabela 01).

---

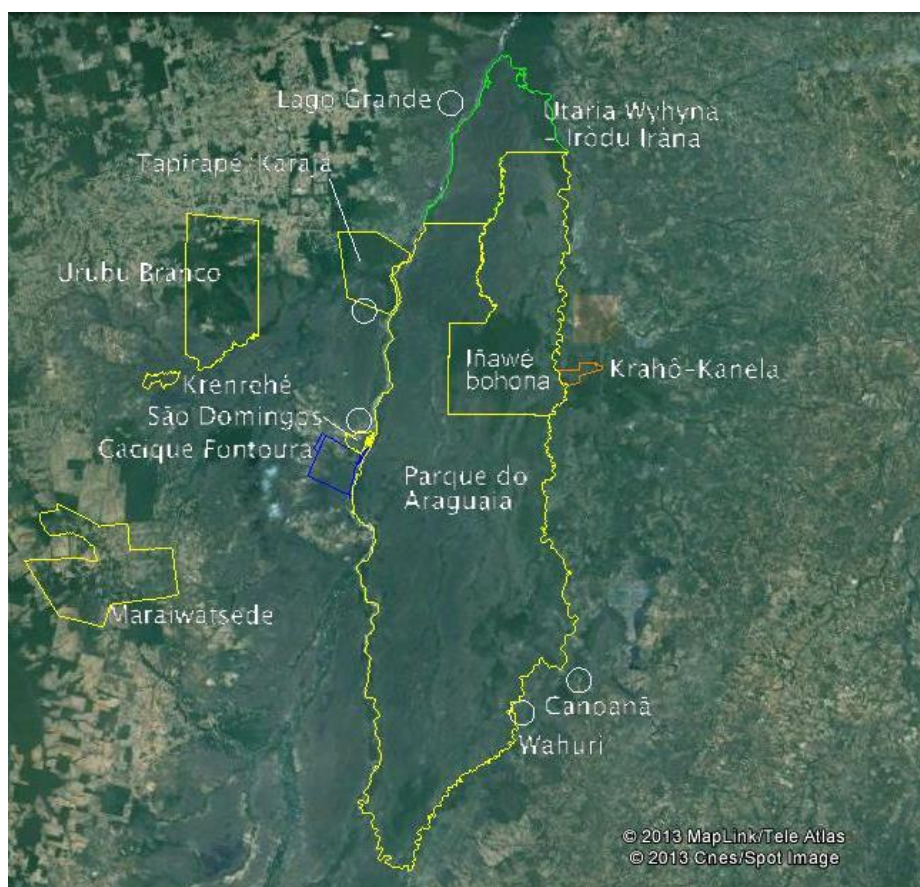
as informações oriundas de outras pesquisas e dos órgãos governamentais (FUNAI, IBGE, FUNASA, MMA/IBAMA, ICIBIO dentre outros).

<sup>36</sup> FONSECA, José Pinto, (1868); EHRENREICH, Paul, (1948); BALDUS, Herbert, (1948, 1979); LIMA FILHO, Manuel Ferreira, (1991/1995); TORAL, André Amaral de, (1992, 1997); BONILA JACOBS, Lydie Oiara, (2000); PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro, (1999/2000); PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro, (2001a, 2001b), dentre outros.

<sup>37</sup> Este autor desenvolveu suas pesquisas no século XX, porém utilizou das fontes antigas e narrativas para especializar e descrever as áreas de vivência dos povos indígenas no Brasil.



Figura 13. Imagem com limites das Terras Indígenas.



Fonte: [Google Earth, 2012](#) (data da imagem 17/05/2004)

Tabela 01. Características das Terras Indígenas na Ilha do Bananal

Terra Indígena	Povos	Pop.*	Área (ha)	Situação Judicial	UF*
Lago Grande	Karajá	33	A definir	Em identificação	MT
Tapirapé/Karajá	Karajá - Tapirapé	512	66,166	Homologada, Regulamentada CRI e SGU	MT
São Domingos	Karajá	164	5,705	Homologada, Regulamentada CRI e SGU	MT
Cacique Fontoura	Karajá	489	32,069	Declarada	TO/MT
Araguaia	Karajá	3502	1.358,500	Homologada, Regulamentada CRI e SGU	TO
Canoanã	Javaé – Avá-Canoeiro	A definir	A definir	Em identificação	TO
Wahuri	Javaé	A definir	A definir	Em identificação	TO
Inãwébohona	Karajá – Javaé - Avá-Canoeiro	186	377,114	Homologada, Regulamentada CRI e SGU	TO
Utaria Wyhyna/Iròdu Iràna	Karajá	116	177,466	Declarada	TO

\* Pop. – População, UF – Unidade da Federação. Fonte: ISA, 2012



A tabela 01 nos indica a composição das terras indígenas que estão ligadas à área de estudo, apresentando as características como o povo ali residente: população, área, situação fundiária e unidade da federação. São nove (09) áreas:

- 03 (três) terras indígenas em identificação, por isso, o registro da área não está definido (Lago Grande, Canoanã, Wahuri);
- 02 (duas) já declaradas como Terra Indígena com isso os limites já são conhecidos (Cacique Fontoura e Utaria Wyhyna/Iròdu Iràna);
- As 04 (quatro) terras indígenas restantes estão homologadas e regulamentadas nos órgãos competentes (Tapirapé/Karajá, São Domingos, Araguaia e Inãwébohona).

Como indica Ratts (2003), para outra área de estudo, cada povo tem um repertório de lugares, no qual o território se configura por distintas áreas dentro da bacia hidrográfica do Rio Araguaia que se encontram nos quatro estados Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Pará. Neste contexto há uma delimitação própria do grupo que define a organização social, econômica e política, são as áreas de aldeias antigas e atuais, além dos limites estabelecidos pelos órgãos governamentais, denominadas Terras Indígenas. Estes são os espaços reconhecidos pelo Estado e que não representam a configuração espacial definida pelo povo Iny, o contexto das demarcações não consideram a fluidez do grupo. Para melhor exemplificar, temos o contexto das terras indígenas que estão na Ilha do Bananal. Somente as Terras Indígenas Araguaia e a Inãwébohona estão circunscritas entre a porção de terra delimitada a oeste pelo Rio Araguaia e seu braço menor denominado Rio Javaé.

Atualmente temos um conjunto em foco nesta pesquisa de uma área que abraça a Ilha do Bananal, com seus dois milhões de hectares circunscritos entre o Rio Araguaia e Javaé, as nove (09) terras indígenas (ver tabela 01) e uma relação ambiental, territorial, mitológica<sup>38</sup> e social delineadas em torno de 24 aldeias, estabelecidas nas proximidades de lagos, lagoas e os afluentes dos rios.

A localização das aldeias é diferenciada por grupos Karajá intimamente ligados às margens do Rio Araguaia que se limita a oeste com o estado de Mato Grosso. Por sua vez, os Javaé ficam às margens do rio de mesmo nome, um afluente (braço menor) do Rio Araguaia que delimita a parte leste da Ilha do Bananal, no estado de Tocantins.

---

<sup>38</sup> A mitologia é constituída de narrativas que registram uma forma muito antiga e muito rica de expressar o conhecimento que o homem tem de si e do mundo que o cerca. Seus temas são os mais variados: contam desde a formação do universo e a origem dos deuses até pequenas disputas entre os deuses e entre os homens. Apresentam-se como verdades e o são, já que espelham as crenças, os medos, as expectativas e as maneiras de pensar das pessoas. Cada povo tem sua mitologia, sua coleção de mitos [...] (PIMENTEL DA SILVA, 2001).

Na margem oeste do Rio Araguaia no Estado do Mato Grosso há as seguintes aldeias: Itxalá, Hawalora, Maytiry (estão na Terra Indígena Tapirapé/Karajá), Lago Grande e Fontoura (que estão nas terras indígenas com os mesmos nomes das aldeias). No limite da ilha na Terra Indígena Araguaia encontra-se: Macaúba, Ibutuna, Santa Isabel do Morro, JK, Watau, Tytema, Mirindiba, Axiwé, a predominância nestas aldeias é do grupo Karajá. Ainda na TI Araguaia está a aldeia do povo Javaé denominada Imotxi e que se estabeleceu nas margens do Riozinho no interior da Ilha.

As aldeias do grupo Javaé que estão dispostas às margens do rio de mesmo nome são: Txiodé, Wari-Wari, Canoanã, São João, Cachoeirinha, Barra do Rio Verde, Barreira Branca, Boa Esperança, Txuiri e Boto Velho estas se encontram nos limites das Terras Indígenas Araguaia e a Inãwébohona (Figura 14).

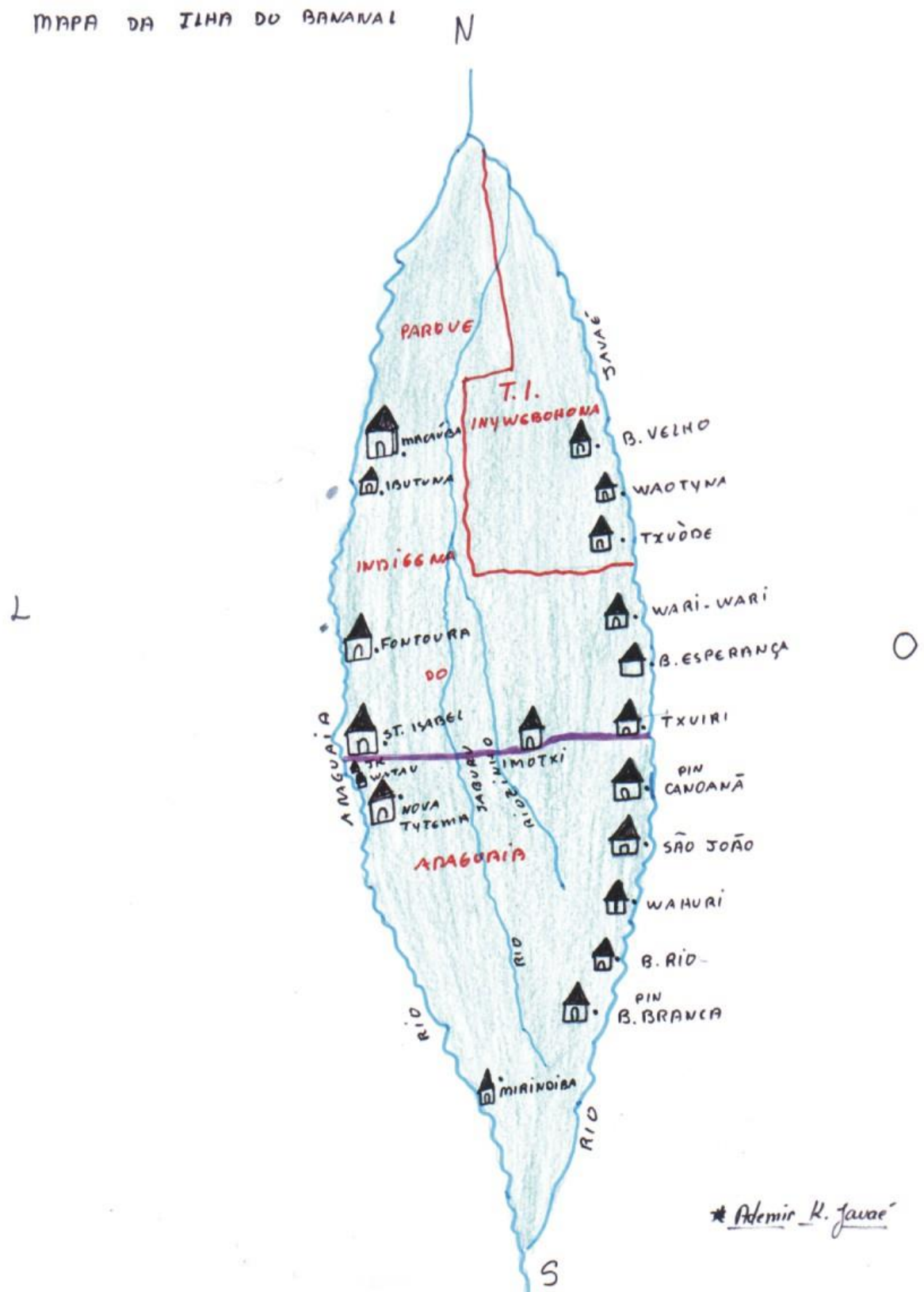
A figura 14, de autoria de Ademir Kurisiri Javaé, discente do curso de Educação Intercultural, como parte de um trabalho sobre a situação das suas áreas, realizado no tema contextual “Território e Terras Indígenas”<sup>39</sup>. Nesta figura vale salientar que o estudante Javaé relatou que não conhece pessoalmente todas as aldeias e referências descritas no mapa, principalmente os referentes ao povo Karajá. Contudo, os mitos e as relações pessoais enriquecidas pela oralidade permitem agregar saberes e neste caso o conhecimento propicia elementos para manutenção do território.

As figuras 15 e 16, elaboradas por professores/estudantes Iny, apresentam parte das características espaciais, a disposição e a relação com o Rio Araguaia. A figura 15 demonstra a localização das aldeias na Terra Indígena Karajá-Xambioá, além dos limites/confrontantes mostrando que área está entre fazendas agropecuárias, onde há uma significativa reserva de mata que sofre recorrentemente com as queimadas iniciadas no entorno. A figura 16 que conjuga as Terras Indígenas Karajá a partir do município de Aruanã demonstra uma ligação que existe na concepção Iny, pois as três áreas não são limítrofes: a aldeia de Buridina (Terra Indígena Aruanã I) fica na margem do Rio Araguaia no estado de Goiás, a aldeia de Hure Hawã (Terra Indígena Aruanã III) fica distante da margem do Rio e está separada por vários bairros do município de Aruanã-GO e a Terra Indígena Aruanã II fica na margem mato-grossense do Rio Araguaia.

---

<sup>39</sup> Ministrado no primeiro semestre de 2007 (Etapa UFG) docentes Dr. Leandro M. Rocha e Dr. Alex Ratts, com a colaboração da Ms. Kênia G. Costa. Neste tema a construção dos saberes perpassa pela “concepção de terra e território, espaço, terra de trabalho e terra de negócios; alianças e conflitos pela terra; o conceito de território dos diferentes povos” (PPP-UFG, 2006, p. 38).

Figura 14. Representação Indígena das aldeias Iny na Ilha do Bananal.



Fonte: Curso de Educação Intercultural (2007) – Autor: Ademir Kurisiri Javaé.





Figura 16. Representação da Terra Indígena Karajá (Aruanã – GO).



Fonte: Acervo do Curso de Educação Intercultural (2007) – Autor: Albertino Wajurema Karajá

Estas imagens são frutos das discussões sobre a representação espacial e a situação das suas áreas, realizado no tema contextual “Meio Ambiente: Ecologia do Cerrado<sup>40</sup>” pelos discentes do curso de Educação Intercultural.

Neste sentido estas figuras (15 e 16) apresentam como podem ser espacializadas os ambientes naturais e as aldeias, dentro da terra indígena delimitada, e a relação com o Rio Araguaia, indicando os saberes/conhecimentos intrínsecos na relação cotidiana do Povo Iny com o ambiente.

Ao elaborar um mapa na ciência moderna, ocidental, é comum a preparação de mapas temáticos, hidrográficos, vegetacionais, populacionais, os socioculturais dentre outros, os aspectos físicos, econômicos e culturais não dialogam tão facilmente com a relação estabelecida com os dados quantitativos e qualitativos. Na construção indígena os elementos se complementam para representar a relação cotidiana que não é segmentada: em um instante é cultural, em outro ambiental.

### 2.1.1. Os Karajá

A Ilha do Bananal é, segundo os Iny, lugar de transição do povo das águas para a superfície. Este povo foi identificado na bibliografia colonial de várias formas. Manuel Ferreira Lima Filho explica o processo até o nome Karajá

[...] É um nome tupi que se aproxima do significado de "macaco grande". As primeiras fontes do século XVI e XVII, embora incertas, já apresentavam as grafias "Caraiáúnas" ou " Carajaúna". Ehrenreich, em 1888, propôs a grafia Carajahí, mas Krause, em 1908, desfaz as confusões de nomes e consagra a grafia Karajá (LIMA FILHO, 1999, p. 1).

Contudo, a auto-identificação do grupo é como povo Iny, que na língua materna se traduz por “nós”. A relação deste grupo com a natureza é muito próxima, à semelhança de outros povos indígenas, como citam Pimentel da Silva & Rocha (2006) “Somos natureza, aprendemos com ela, estamos sempre dialogando com ela, obedecendo-a, seguindo-a”. “Ela nos educa” (p.11). Neste contexto os saberes deste grupo são repassados: “cada história é poesia, é arte, ou seja, obra humana. Falamos de amor, de castigo e de como os conhecimentos

---

<sup>40</sup> Ministrado pelos docentes Dr. Alex Ratts e Ms. Kênia G. Costa no primeiro semestre de 2007. A ementa aborda “o Sistema Terra, seus ambientes e suas dinâmicas. Relação ser humano-natureza e seus desdobramentos na cultura, economia, sociedade, política e na natureza, caracterizando a complexidade das questões ambientais. Noções sobre os biomas brasileiros com ênfase no Bioma Cerrado. Interação entre os diversos saberes sobre o meio-ambiente” (PPP-UFG, 2006, p. 38)”.

são adquiridos. Revelam a relação dos Karajá com a natureza” (*idem*). Assim, conhecimento e saberes estão intimamente ligados ao local de origem e permanência denominado Ilha do Bananal ou Iny Olona (o lugar onde o povo Iny surgiu)<sup>41</sup>.

As referências, acima, são transmitidas, a partir do relato cotidiano por várias narrativas para entendermos este povo precisamos compreender que

[...] O universo cultural desse povo é, portanto, bem diferente do nosso: sua língua, valores, religião e modo de viver constituem um mundo em si mesmo, algo que tem sua própria riqueza e especificidades sociológicas e linguísticas. Essas especificidades podem ser vistas nos seus rituais religiosos, quando são reverenciados os mitos que povoam o cotidiano Karajá. Esses mitos não só explicam a origem desse povo como também sua relação com o meio onde vive (PIMENTEL da SILVA, 2001, p. 89-90).

A compreensão deste universo nos possibilita entender porque o mito é tão forte e muito próprio desses grupos, porém o mundo a partir das relações e das narrativas que envolvem fatos e lugares, com caráter de verdade como afirma Pimentel da Silva & Rocha se remete a quase todos os grupos humanos

[...] O mito, portanto, é sempre a narrativa de uma criação. Conta como alguma coisa foi criada, como começou a ser. Na função de revelar, o mito torna conhecido o ser, revela o deus e por isso pode ser apresentado como uma história sagrada de uma determinada sociedade. Ele só existe encarnado numa tradição de um povo [...] (2006, p. 14-15).

Mesmo no mundo ocidentalizado em que as narrativas, os mitos e a oralidade estão tomando rumos diferentes, a mitologia permite ler as várias camadas de conhecimento, pois por meio dos mitos, das narrativas e das histórias de vida são transmitidos saberes de acordo com o contexto. Por isso, alguns hábitos do grupo são explicados pelos mitos a exemplo, quando pensamos em indígenas logo nos vem á mente as pinturas corporais que para os Karajá são usadas em vários momentos na “História de Mahalani” [,] um índio que nasceu na Ilha do Bananal, viveu, se casou com Karitxâma e quando sua filha nasceu e no fim do resguardo “[...] como de costume fizeram uma cerimônia. Ela pintou o corpo com jenipapo e urucum, depois colocaram alimentos de várias espécies onde estava sentada numa esteira pintada em forma de pintura corporal [...] (PIMENTEL DA SILVA & ROCHA, 2006, p. 64)”. Como vimos usa-se um tema a “pintura corporal” para mostrar como deve se portar a mulher no final do resguardo.

Para entender a origem do Povo Iny faremos uma longa, mas necessária citação da “*Historia dos Karajá do Fundo*”, transcrita por Pimentel da Silva & Rocha (2006, p. 102-108)

---

<sup>41</sup> Existem mais de uma versão para este mito, tanto com narrativas Karajá quanto Javaé, que serão abordadas posteriormente.

O mito contado de pai para filho e de filho para filho transforma-se no espírito da realidade para os Karajá. Antigamente, os Karajá moravam no fundo do rio Araguaia. E no fundo do rio fazia muito frio, que chegava a morrer de uma a três pessoas por dia. O chefe dos Karajá do fundo do rio mandava seus guerreiros, os “ijoi”, para procurarem um lugar de clima melhor para que eles mudassem daquele lugar onde moravam. E assim os guerreiros “ijoi” saíram à procura de um novo lugar, mas não encontravam. Um certo dia, assim como todos os dias, eles saíram tanto para o lado oeste como para o sul, o norte e todos os lados. Os “ijoi” saíram. Por fim um outro saiu por último. Ele saiu na mesma direção que os outros ao lado do sul. No caminho, ele viu um outro caminho bem mais estreito que os outros. Ele seguiu em frente e encontrou um buraco. Parou em frente, ficou olhando e disse consigo: “Eu vou entrar nesse buraco para ver o que vai acontecer comigo, ou vou morrer ou então volto vivo”. Ele entrou no buraco e seguiu, andou, andou mais um pouco, viu um clarão, continuou e logo saiu do fundo do rio, saiu do buraco da pedra e viu um lugar agradável, com ar, sol e calor. Esse mesmo ar que está correndo entre nós ele sentiu. Sentou-se e ficou olhando apreciando toda a beleza: as praias e os que pássaros voavam em sua volta como se estivessem o saudando, dando-lhe boas vindas. O lugar que ele saiu não era um rio, e sim um lago. Sentou-se na saída e disse: “Be! Que lugar bonito que achei, vou voltar para fora e sentir na pele essa beleza”. Então, na saída da pedra, ele deixou um pedaço de um pau qualquer, para não se perder da pedra, do caminho de volta para o fundo do rio. Saindo da toca da pedra, viu que estava no meio do lago, mas havia pedras que levava a terra firme, no seco. Na beira do lago, viu muitos patos voando, assim como os tuiuiús, colhereiros, garças e outras aves da beira do lago. Saiu um pouco no seco, ou fora da beira um pouco mais para o interior da beira, na mata, e viu as onças, viu também veado-servo, anta, capivara. Esta é que não falta de estar na beira do lago. Viu porco-queixada, e assim viu vários outros animais. E assim ele saiu andando e deparava com tudo o que se encontra aqui na terra. Viu frutos silvestres, como mangaba, oiti e coco de babaçu. Todas essas frutas estavam caindo, estavam no ponto de serem colhidos para comer. Andou mais um pouco e saiu numa outra praia. Era uma praia onde os pássaros gorjeavam, fazendo bastante barulho. Ele chegou até à praia e viu o rio Berohokỹ, o Araguaia, e disse: “Ebe! Que lugar! Lindo rio! Lindas praias!” Tirou uma palha e sentou-se na areia, fazendo uma cesta comprida. “Vou levar as frutas para mostrar”, dizia ele consigo. Ele, ao descobrir o novo lugar, ficou muito contente, gostou do clima, do ar, do calor, enfim, de tudo. Apanhou as frutas rapidamente e as levou de amostra, mesmo tendo todas essas frutas no fundo do rio. Chegando à sua toca, entrou no buraco da pedra, pegando o caminho de volta. Um pouco mais tarde dos outros chegarem, ele chegou e encontrou os seus colegas contando o que fizeram durante o dia, assim como todos os Karajá. Na casa dos homens eles se reuniram e planejavam as batalhas para o próximo dia. Ao chegar ao grupo, ele deu o grito da vitória, “Wyhyraro”. Ainda sem falar nada, os que estavam no pátio, disseram: “Olha! O que foi que aconteceu com ele?! Será que está ficando doído?!. Disseram os homens num tom de brincadeira, como todos os Karajá, no pátio, espaço dos homens. Chegando perto do grupo, ele disse e mostrou as frutas que trouxera: “Oh! Turma! Estou muito feliz, encontrei um lugar muito bonito, vejam as frutas que trouxe de amostra para vocês”. O grupo de homem que estava no pátio disse que ele estava mentindo, que tudo existia no fundo do rio. Portanto, não conseguiu convencer o grupo: “Você está enganando a você mesmo, pensa que vai nos enganar, está muito enganado, está mentindo, essas frutas são daqui, você apanhou de um algum lugar por aí”. Todos disseram a mesma palavra. Ninguém acreditou na versão do aventureiro, e ele saiu entristecido dali e foi direto para o seu chefe mostrar as frutas que trouxe. Chegando à casa do chefe, disse a ele as mesmas palavras. O seu chefe ouvia, mas não dava a mínima atenção. A ideia do chefe foi a mesma do grupo. Tentava convencer o seu chefe, mas não conseguia, e disse a ele: “Estou falando a verdade, por que tenho novidade para contar. O lugar é muito bonito. Você disse que era para procurarmos um lugar. Eu achei um lugar, se não tivesse achado não viria, disse ele ao seu chefe. Convencido, o chefe propôs: “Tudo bem! Acho que você está falando a verdade, agora vai ser assim, você volta com um grupo de seis pessoas, só assim todos vão falar a verdade”. Imediatamente ele foi com o grupo, sem errar o caminho da toca da pedra, chegando, entraram no buraco



da pedra. “Vamos entrar e não fiquem assustados e nem tristes porque vamos sair”. Eles seguiram e logo chegaram, todos gostaram e admirados disseram: “este lugar é muito bonito, nosso chefe vai adorar, vamos voltar?” Não demorou eles estavam de volta e o chefe disse a eles, por terem voltado muito rápido, que todos estavam mentindo. E eles revoltados tentavam convencê-lo, dizendo-lhe do lugar, das praias, dos pássaros, das frutas, dos animais, dos rios, do vento, do ar e do calor do sol, tudo de bom eles falaram. Passaram o dia todo tentando convencer o chefe, que só no início da noite ficou convencido e disse ao grupo: “Reconheço que estou convencido, mas agora vai ser diferente. Eu já imaginava que vocês não seriam capazes de falar a verdade, são seis pessoas falando uma mentira. Portanto, quero que todos os homens vão a esse lugar para que eu possa acreditar. Podem deixar que eu fico na companhia das mulheres”. No dia seguinte, eles seguiram o caminho de sempre, e foram com muita pressa, ansiosos para conhecerem o novo lugar. Não demorou, logo saíram e apreciaram a beleza do lago e da praia que havia ali. Estavam olhando o lago e viram peixes, tartaruga e diversas espécies de animais que andavam pelos arredores. Disse a eles o aventureiro: “Olhem aí, vocês duvidavam de mim, diziam que era mentira, agora vocês estão vendo, tudo que estão vendo então é mentira?” E mostravam toda beleza que tinha sobre a terra, beleza da água, das árvores que acomodavam os pássaros nos seus galhos e nas suas sombras, onças, caititus, antas e todos os animais. “Não acreditamos, pensávamos que era apenas brincadeira, então você falava a verdade”. Logo eles voltaram contentes e foram contar as novidades ao seu chefe. E disseram que o lugar era e é realmente muito bonito. Então, disse ele a todos: “Tudo bem, agora que todos viram vai ser assim, um de vocês fica com as mulheres, eu ainda tenho dúvida, vamos todos comigo para que eu possa acreditar”. Todos foram com ele e havia ficado uma pessoa, chegando ao novo lugar, ele viu, encantou-se com o lugar e disse: “Esse lugar é muito bonito, pensava que vocês estavam mentindo, mas então não é mentira, esse é o lugar que eu procurava, agora vai ser assim, todos sabemos que o lugar é bonito e bom, vamos ver a noite. Portanto, vamos experimentar como vai ser a noite”. Passaram a noite apreciando as estrelas, o ar e o aroma das vegetações. O frio não era tanto quanto no fundo do rio, era mais ou menos como esse que estamos sentindo agora. Ele disse ao grupo: “Gostei do lugar, agora vocês vão trabalhar para trazer os alimentos para nós sairmos do fundo do rio porque lá faz muito frio e aqui não, um grupo já vai ficar para fazer a limpeza do lugar das casas, o outro vai tirar a madeira de fazer as casas”. E todos trabalharam conforme as suas ordens. De primeiro a ordem era severa, não era como as de hoje. Então eles fizeram tudo dentro de uns três ou quatro dias. Terminando as tarefas foram buscar as suas famílias, avisando a todos aqueles que quisessem ir que chegassem à casa do chefe. Assim como lá, tinham as suas aldeias e todas foram avisados. E assim meus amigos começaram a juntar pessoas de todos os lados para saírem com o grupo. Pediam ao chefe que queriam sair com eles, sair do frio. Ele disse: “Rapaz, tem um lugar que os meninos descobriram que é muito bonito”. E assim começaram a sair, vinham saindo, saindo. Todos que estavam saindo estavam gostando e já escolhiam os seus lugares. E o chefe deles vinham no meio do povão, todos estavam animados. E, na saída, bem na porta da pedra, o buraco era um pouco estreito e, quando esteve da primeira vez, ele não saiu por completo, apreciava a beleza somente de onde estava de fora, porque a sua barriga era grande, o nome dele era o Kyboi. Ele vinha no meio do povo fazendo uma divisa. Aqueles que saíam gostavam, os que vinham atrás de Kyboi vinham ansiosos. Meus amigos, quando chegou a vez do Kyboi, tentou sair, pedia a ajuda dos companheiros, mas a barriga não passou e ele desistiu de sair. Disse a todos: “Não vou sair, espero de vocês que também voltem comigo todos aqueles que saíam, porque aqueles que estão atrás de mim vão voltar comigo e vamos continuar morando no fundo do rio”. E assim ele voltou. Os que vieram buraco da pedra somos nós. O primeiro que saiu comandou o grupo, dizendo a todos que cada um tinha que fazer uma canoa para fazer uso próprio na sua morada, porque não era bom um grupo grande, pois ficaria difícil de controlar e coordenar. Por isso se dividiram. Uns subiram o rio, chegando até à cabeceira, e outros desceram o rio, tendo hoje os de Xambioá, no norte, e Buridina, no sul. Os guerreiros andavam no interior da Ilha do Bananal e não encontravam nada de bichos ferozes, somente as onças, nem outros índios encontravam. Assim o meu pai contava para mim quando

eu era criança. Esse conhecimento adquiri do meu pai há tempos atrás (2006, p. 102-108).

Este mito diz muito sobre as referências dos Karajá, apresenta uma versão da narrativa da transição do povo do fundo das águas para a superfície, a relação espacial do povo com a Ilha do Bananal onde o respeito e a liderança se manifestam nas ordens de Kyboi, a relação da natureza com os ambientes e a construção desta nova morada para os Karajá

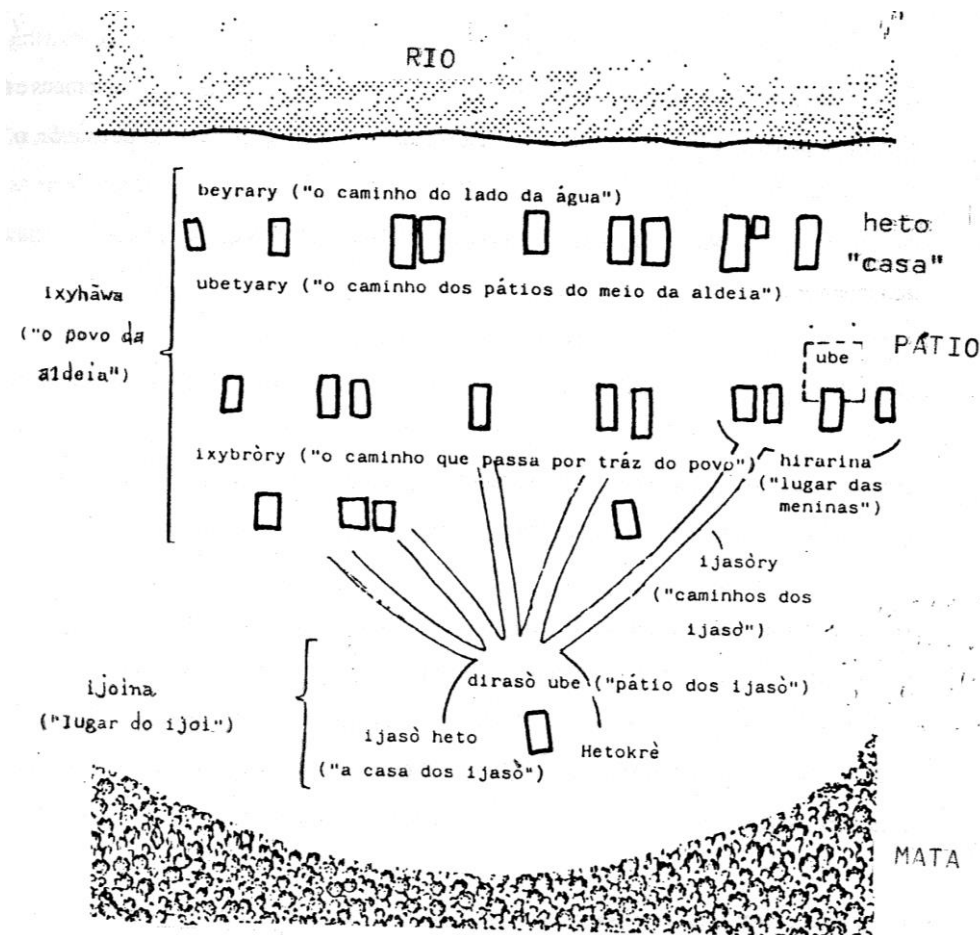
A narrativa também aponta a divisão entre feminino e masculino (BORGES, 1997) que se transpôs para a superfície. Inclusive a língua materna se divide em fala feminina e masculina, pois na relação cotidiana há os espaços definidos por gênero dentro da espacialidade da aldeia Karajá. Segundo Toral (1992) os espaços masculinos e femininos são estabelecidos miticamente. Na narrativa acima se percebe que o gênero masculino tem a liberdade de se deslocar por toda área, tem o pátio para suas conversas cotidianas e as grandes resoluções. Os espaços femininos é o privado com locais e caminhos interditados as mesmas. Esse lócus masculino é descrito e interpretado por Toral

O *Hetokrèou* o *ijasòna* são considerados como o “lugar do *ijoi*”, o *ijoina*. A palavra *ijoi* compreende duas noções: (1) o grupo de homens já iniciados da aldeia e (2) seu lugar específico. *Ijoina*, é uma outra forma mais precisa de dizer a mesma coisa: os lugares onde se aglutina a população masculina da comunidade. Compreende o interior do *ijasòheto*, o pátio ao redor, as imediações e os caminhos radiais que conduzem à aldeia. Todos esses lugares são rigorosamente interditados às mulheres e crianças. Do *ijoina* observa-se toda a aldeia. É o ponto de encontro cotidiano dos homens, que começam a chegar no final da tarde, para conversar, fumar, fazer ou consertar diversos objetos e sobretudo para receber os diversos seres cosmológicos que visitam a aldeia. O *ijoina* é, além de centro da vida cerimonial, centro da vida política da aldeia. No seu pátio são feitas consultas informais e as reuniões formais para discussão de assuntos que digam respeito a toda comunidade. A recepção aos Karajá visitantes de outras aldeias são também feitas no pátio do *ijoina*. O *hirarina* é o pátio cerimonial feminino, ponto de reunião das mulheres, meninas e meninos não iniciados, quando os *ijasò* visitam a aldeia e especificamente as casas que os recebem como veremos adiante. (...) O *hirarina* fica voltado ao *bàdebrò*. É lá que os *ijasò*, os *aôniaõnie* outros seres serão alimentados. De lá também saem as mulheres para dançar com os *ijasò*. É lá também que se reunirão as mulheres e homens quando algumas das famílias da vizinhança resolvam fazer algum evento que não necessariamente pressuponha relação com outros níveis cosmológicos. (...) Em termos de espaço cerimonial o *hirarina* está para as mulheres como o *ijoina* para os homens. O encontro das mulheres no *hirarina*, no entanto, se restringe à ocasiões especiais ou cerimônias, ao passo que a dos homens no *ijoina* são cotidianas. Ao final da tarde, o local dos homens na aldeia é o *ijoina* [sic] (1992, p. 67-68).

Toral apresenta um modelo Karajá de aldeia pontuando as áreas femininas e masculinas, ou seja, *ijoina* e *hirarina* (Figura 17), conforme apresenta a narrativa acima, além de outros caminhos e lugares como *beyrary* (o caminho do lado da água), *ubetyary* (o caminho dos pátios do meio da aldeia), *ixybròry* (o caminho que passa por trás do povo),

*hirarina* (lugar das meninas), *ijasòry* (caminhos dos *Ijasò*), *dirasò ube* (pátio dos *Ijasò*) e o *ube* (pátio).

Figura 17. Modelo Karajá de aldeia (detalhe): área dos homens e área das mulheres.

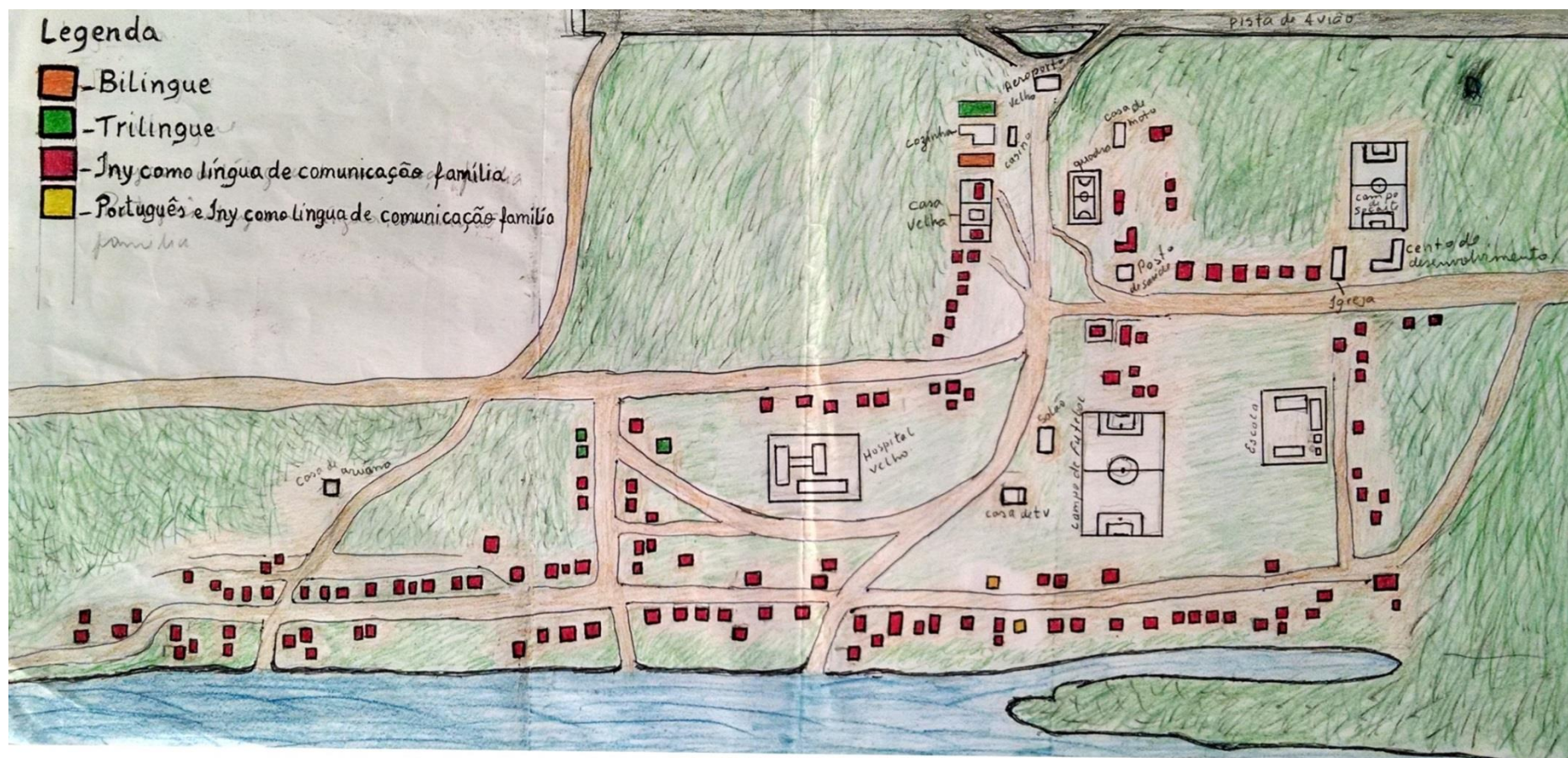


Fonte: Toral, 1992, p. 54

Atualmente, estas dinâmicas existem, mas como as aldeias têm se expandido devido ao crescimento populacional, os espaços e/ou os trajetos não ficam tão definidos como no modelo apresentado na figura 18, porém as interdições femininas são presentes e espacializadas nos períodos rituais, a exemplo no rito de Hetohokỹ.

A figura 18 foi elaborada para o projeto político pedagógico para ilustrar as espacialidades e o contexto linguístico, porém demonstra a casa de Aruanã próxima à mata e distante das áreas de maior circulação dentro da organização atual da aldeia Hãwaló (Santa Isabel do Morro) na Ilha do Bananal, na margem direita do Rio Araguaia, próximo a cidade de São Felix do Araguaia (MT).

Figura 18. Espacialização da Aldeia Karajá de Hāwalò (Santa Isabel do Morro) na ilha do Bananal.



Fonte: Acervo do Curso de Educação Intercultural Indígena. Formato A4. Autoria: Estudantes Karajá da aldeia Hāwalò, 2014.

### 2.1.2. Os Javaé

Os Javaé compõem a parte do povo Iny que vive na margem do braço menor do Araguaia. No entanto, esta localização é recente, pois nos primeiros séculos de contato sofreram muito com as expedições que buscavam mão de obra escravizada, as doenças provenientes do contato com o não-indígena (gripe, sarampo dentre outras). Isso acontece no século XVII, quando o povo Javaé toma a decisão de ocupar as regiões centrais da Ilha do Bananal. Fatos como estes e as políticas de contatos e aldeamentos fazem uma recorrente citação de que “[...] comparativamente aos Karajá, a história dos Javaé é marcada por uma atitude marcadamente isolacionista em relação à população brasileira durante boa parte do século passado até 1950 aproximadamente, quando começam a sair do interior da Ilha [...] (TORAL, 1992, p. 42)”. A antropóloga Patrícia de Mendonça Rodrigues problematiza o termo Javaé

[...] A palavra javaé ou javaés é de origem desconhecida, enquanto a palavra karajá seria de origem Tupi-Guarani, com o significado de “mono grande” (macaco guariba), provavelmente atribuída ao povo em questão pelos bandeirantes, que utilizavam a Língua Geral (2010, p.1).

Segundo André Toral os Javaé, diferentemente dos Karajá, tinham uma característica isolacionista em relação aos não-indígenas, preferiam viver no interior da ilha até a década de 1950, por isso sabe-se que foram poucos atingidos pelos “[...]reides escravagistas que percorreram o vale do Araguaia até metade do século XVIII. [...] (1992, p. 42)”. Contudo, essa reação se deu porque com as políticas de contato do governo colonial este grupo foi muito penalizado, assim se resguardou no interior da Ilha do Bananal. O autor descreve essa trajetória que levou ao isolamento Javaé, tudo inicia a partir de 1770

[...] foram convidados pelas autoridades, passam a viver junto à aldeia Karajá São Pedro do Sul, próxima à atual Santa Isabel, onde havia um “presídio”, uma pequena guarnição militar e alguns prisioneiros. Em 1774, uma quantidade desconhecida de Javaé, juntamente com Karajá, transferiram-se para o aldeamento Santa Anna do Rio das Velhas, no sul de Goiás, sob patrocínio do governo da província. Em 1781, mais 800 Javaé e Karajá que viviam juntos em S. Pedro do Sul, aceitam se transferir para o aldeamento S. José dos Mossamedes, próxima à atual Goiás Velho. Cunha Matos afirma que também existiram Javaé no aldeamento Pedro III ou Carretão, entre 1786 a 1788 (apud Krause: 1940-44, vol.90, 186). Depois de muitas mortes por doenças (principalmente uma epidemia de sarampo), transferências, maltratos das guarnições militares e o abandono governamental aos subsídios para os aldeamentos, os sobreviventes apressaram-se em retornar às suas aldeias até o final da primeira década do século XIX. Durante praticamente todo o século XIX a maioria da população Javaé evitou qualquer contato com os brasileiros, refugiando-se no interior da Ilha do Bananal [...] (*idem*, p.42).

Na literatura as informações sobre o grupo reaparecem em 1887. Nas falas dos Karajá sobre a presença dos Javaé, o interesse do grupo de entrar em contato foi para obter alguns artigos de ferro, mas havia muitas restrições devido ao medo da contaminação por doenças dos não-indígenas que eles haviam sofrido no passado (EHRENREICH, 1948, p.26 apud TORAL, 1992, p. 42). A relação de distanciamento também partia dos não-indígenas que viviam próximo ao Rio Javaé com medo do grupo que teria uma grande população sem maiores informações sobre estes. Vale ressaltar que os dois segmentos nunca perderam contato, estabeleciam relações sociais (casamentos, relações de parentescos), culturais (rituais e festas) e econômicas (trocas) (TORAL, 1992, p. 42). No final do século XIX, vários contatos foram feitos com o grupo em suas aldeias, Toral acrescenta que

[...] representantes do governo provincial, do bispo de Goiás, de Fritz Krause e provavelmente, embora não se tenham registros, de comerciantes e moradores do alto Araguaia. As visitas do bispo, “nos primeiros anos desse século” e do etnógrafo alemão em 1908, foram rigidamente controladas e, depois de um tempo, convidados a se retirarem, sendo que a do bispo sob escolta armada (Krause:1940-4, vol.90, 186-7). Em 1908 ainda, diversas famílias Javaé, num total de 50 pessoas aproximadamente, viviam junto aos Karajá meridionais em Xixá e Leopoldina. Seus pais teriam se fixado no local por volta de 1840 (idem, ibidem, 188-9). Eram as únicas famílias do grupo que aceitavam viver e entabular negociações com o tori. Até 1940, no entanto, apesar do desejo de comércio com os tori, as aldeias Javaé permanecerão no interior da Ilha, deliberadamente longe do Araguaia e do Javaés, vias de circulação utilizadas pelos brasileiros [...] (idem, p.43)

O fluxo de não-indígenas a partir de 1939 aumenta devido aos garimpos de cristal na área, assim promovendo o estabelecimento de povoado, estradas, produções agropecuárias e o aumento de embarcações no Rio Javaé. Como foi dito, os municípios de Puim, Dueré e Cristalândia têm em seus limites em áreas Javaé no interior da Ilha e se tornam referência para a consolidação de agrupamentos não-indígenas.

Os Javaé se constituem societariamente com base em sua cosmologia, onde o “[...] “mito” aqui é uma verdadeira “História”, inclusive na acepção de versão crível sobre o passado [...] (RODRIGUES, 2008, p. 20)”. Na visão da autora a História Javaé é indissociável a sua organização sócio-espacial,

[...] de modo que a análise do mito como uma teoria da práxis ocorre paralelamente à análise de como essa práxis histórica se realiza entre os Javaé, a sua forma atual. Dentro desse contexto, veremos que a estrutura social é concebida pela mitologia como sendo eminentemente histórica, como uma mediação constante feita pelos agentes sociais entre interior e exterior, identidade e alteridade, continuidade e transformação [...] (idem).

Para compreender um pouco mais, transcrevemos uma narrativa sobre a origem do povo Javaé resultado de um trabalho de estudantes/professores feito para o tema contextual



Natureza, Homem e Meio-Ambiente do curso de Educação Intercultural<sup>42</sup>. Nesta atividade múltiplas narrativas foram construídas ao longo da vida cotidiana desses alunos que com seus conhecimentos podem auxiliar na compreensão do mundo Javaé.

O povo Javaé veio da família *Tòlòra*, que vivia no fundo da água, e veio na direção do canto triste de Gavião *Siỹ*. Javaé veio do fundo da água, morava e sobrevivia sem trabalhar, reproduzia sem relação sexual. Antes de *Tòlòra* sair, o *Ijanaatu* viviam na Ilha do Bananal e era órfão, e o povo do *Nabio*, que por sua vez humilhavam o velho *Ijanaatu* no seu lago, portanto, os seus netos descobriram a humilhação que acabou na tragédia do povo *Nabio*. E ficou gavião que era criação deles, e todos os dias de manhã, meio dia e a tarde cantava. Com a trajetória do povo *Tòlòra*, alguns deles vieram na direção do canto triste do gavião, ao *Ahana óbira* o mundo do meio, ele achou muito e ficou apreciando o vento, o sol, frutos. Voltou para o fundo levando a prova que ele tinha encontrado um novo mundo paraíso. Ele comentou para o povo e se interessaram vir ao novo mundo *Ahana óbira* para ver o lugar se era mesmo paraíso. *Tòlòra* gostou e *Koboi* não gostou, porque o mundo era vida que tinha limite. *Tòlòra* então ficou com o seu povo e veio saindo, falando de todas as comidas que tinham abaixo do leito do rio. Saíram no meio da ilha e moravam muitos tempos naquele lugar. *Tòlòra* era *Iòlò*, que a aldeia dele não tinha briga, fofoca, mas que gostava da festa de *Hetohokỹ* e de Aruanã, portanto ele não tinha xamãs. Todos os povos que tinham na Ilha do Bananal iam à aldeia do *Tòlòra*, pois eles aceitavam e valorizavam a cultura do chegante, primeiro contatos que *Tòlòra* teve com o povo *Wèrè*. *Inỹ* com decorrer do tempo foram se mestiçando até que enfraqueceu a cultura. Hoje o povo Javaé têm a cultura que pegou um pouco de cada e formou esse que temos. Javaé também perdeu a sua língua de origem, mas ficou com a língua do povo *Wèrè*, não se sabe porque se era etnocêntrico a sua cultura (JAVAÉ & JAVAÉ, 2009).

Nesta narrativa se apresentam alguns seres mitológicos como *Tòlòra* e *Kboi* que viviam no fundo das águas e *Ijanaatu* que vivia na superfície. Na *Ahana óbira* (o mundo do meio) viviam os povos *Nabio* e *Wèrè*. O povo *Nabio* sempre humilhava *Ijanaatu* e seus descendentes lutou e acabou exterminando os *Nabio*. Os *Wèrè* foram um povo que vieram conviver com *Tòlòra* e colaborou para formação do Povo *Iny*.

No trabalho de Rodrigues nos é apresentada uma representação dos principais locais de origem mítica dos Karajá, dos Tapirapé<sup>43</sup> e dos ancestrais dos Javaé (Figura 19). Diante deste registro, podemos fazer leituras combinadas sobre aspectos do próprio grupo (mitológico) e a representação formal/padrão com uso de técnicas cartográficas e digitais que busca discutir as múltiplas representações destes lugares.

<sup>42</sup> Foi realizado pelos discentes, Ruruca Javaé e Samuel Ioló da S. Javaé na etapa ministrada no primeiro semestre de 2009 (Etapa UFG) e ministrado pelos docentes Dr. Alex Ratts, Dr. Alexandre Araújo e Ms. Kênia Costa. ementa contempla: “concepções de mundo e de meio-ambiente. Formas de classificação indígena e não-indígena sobre espaço e elementos do meio. Uso social do meio ambiente (PPP-UFG, 2006, p. 38)”.

<sup>43</sup> É um povo Tupi-Guarani que quase foi exterminado no início do século XX, e na busca pela sobrevivência viveram com os Karajá na região da barra do Rio Tapirapé com o Rio Araguaia, em meados do século XX, conseguiram o reconhecimento da sua área tradicional a na região da serra do Urubu Branco no município de Santa Terezinha (MT). Atualmente habitam nas duas áreas Terra Indígena Urubu Branco e Tapirapé/Karajá.





Segundo Rodrigues, os estudos que se referem aos Javaé no século XX, basicamente se inicia com a pesquisa de Toral (1992), com trabalho de campo entre 1978 e 1991. Em 1998 o mesmo autor produz relatório oficial para a identificação da Terra Indígena Inãwébohona (Toral, 1999) dentre outras pesquisas com enfoque mais amplos e comparativos (RODRIGUES, 2008, p. 32)<sup>44</sup>. Essas pesquisas são relevantes para a descrição e a interpretação da relação entre os dois grupos, os Karajá e os Javaé estão intrinsecamente ligados, na cosmologia Iny, como se pode verificar na narrativa de concepção da origem dos Javaé, conforme registrado em Pimentel da Silva & Rocha

Os Javaé, assim denominados pelo grupo de outros povos, principalmente pelos Karajá e não-índio da Ilha do Bananal, Estado do Tocantins. O Javaé, segundo a história contada por índio Karajá, o mais velho da aldeia, a que fica próxima a aldeia dos índios Tapirapé, dizem que os Javaé originaram dos índios Tapirapé e Karajá a anos atrás. Alguns anos atrás os Karajá habitavam e habitam até os dias de hoje, andavam a longa margem do rio Araguaia “Berohoký”. E nessas andanças encontravam outros grupos indígenas diferentes e ao encontra-los brigavam uns com os outros. Um dos seus rivais mais frequentes eram os índios Tapirapé. Quando os Karajá encontravam os Tapirapé brigavam e nessas brigas levaram as crianças Tapirapé, adotavam e consideravam como seus filhos e faziam parte da família. Depois que ficavam moças e rapazes, não aceitavam casamentos entre rapazes e moças Karajá, os Karajá não queriam a mistura com os moços e moças adotivos. Os Tapirapé criados com Karajá, adotivos “bedeòbyna”- assim denominam os adotivos - só podiam se casar entre eles. Porque no passado, na cultura Karajá o casamento era somente entre parênteses, de preferência primos e primas. Não podiam misturar também com outros parentes. Por essa razão o casamento entre eles foi combinado a ser realizado somente com os “bedeòbyna” adotivos e assim o acordo foi feito. O tempo foi passando e as famílias dos adotivos nas aldeias Karajá foram crescendo, com o passar do tempo já havia misturados e as famílias Karajá que preservaram os seus rapazes e moças nomearam essa família de “Ixýju mahãdu”, com o tempo, os responsáveis como pai, avos e tios dos adotivos “Ixýju mahãdu”, reuniram-se com os seus filhos, netos e sobrinhos, para que eles com seus familiares mudassem para a margem do rio Javaé “Berorea” ou “Berobiwa” (Berobiòwa Companheiro do rio – Berorea outro rio ou parte do rio Araguaia). Os Karajá (Iny mahãdu), responsáveis pelos adotivos (Ixýju mahãdu), disseram a todos Karajá da Ilha do Bananal que os adotivos e seus familiares serão divididos dos Karajá e irão habitar as margens do rio Javaé. Disseram que morando naquela região eles poderiam predominar e evitar a entrada de novos inimigos e facilita a busca de penas de pássaros no interior da Ilha para as festas rituais e adornos do cotidiano. Antigamente havia muitas aves do interior da Ilha e para matar ou capturar pássaros como jaburu, tuiuíú e colhereiros, tinha uma pessoa ou grupos de pessoas para coordenar e autorizar aos pássaros. Assim os Javaé ficaram para coordenar e autorizar as matanças das aves, exclusivamente para manter o equilíbrio das matanças. Não só como pássaros e também caças, o porco — queixada e a pesca da tartaruga. A partir desse acordo os Javaé habitaram as margens do braço menor do Araguaia e foram denominados por alguns Karajá de Iwo mahãdu, (povo de dentro do interior da Ilha). Ao longo do tempo os Javaé dominaram todo o braço menor do Araguaia e reconheceram que eles não são Karajá, eles são Tapirapé, possuíam e possuem até hoje alguns nomes masculinos e nomes femininos. Há também palavras que são desconhecidos pelos

<sup>44</sup> Vale informar que há outros pesquisadores: o etnógrafo alemão Fritz Krause em 1908 (1940-1944), o antropólogo americano Charles Wagley (1988) visitou uma aldeia enquanto realizava uma pesquisa entre 1937 e 1939 entre os vizinhos Tapirapé. Wilma Chiara (1970) realizou em 1959 uma visita de algumas semanas, o pesquisador Matthias Bauer (1971) realizou um estudo mais aprofundado e também relatórios oficiais (1984/1985, 1985) com informações sobre o ritual masculino Karajá.

Karajá por exemplo: “atxatxo — para dores quando se queimam ou se machucam, são palavras criadas ao longo do tempo pelo Javaé. As características físicas dos Javaé são muito parecidos com os Tapirapé. Os adornos, tipo anti-braço a que se usa no punho ou pulso, “dexi” e “wou dexi”. O próprio nome do objeto vem de nome da etnia Tapirapé. Wou para Karajá é o povo Tapirapé. Esses materiais também são usados pelos índios Tapirapé “wou mahãdu”. Assim conclui o mito da origem Javaé, contado pelo índio descendente de Tapirapé Ereheni, ele afirma que, assim como ele era descendente há também vários Karajá descendentes de Tapirapé. Esse conhecimento adquiriu de sua mãe, quando pequeno contava para ele dizendo que era filha de uma índia Tapirapé, que era sua avó. Dizia a ele que os Javaé têm o mesmo sangue e, começava cantar o mito da origem Javaé ao pequeno Ereheni naquela época (2006, p. 143-145).

Contudo, essa narrativa não é explicitada entre os Javaé que se veem e se reconhecem como Povo Iny, porém fruto de contato, conforme relatado anteriormente em seu mito (JAVAÉ & JAVAÉ, 2009). O trabalho Rodrigues contribui para a compreensão das trajetórias do Povo Javaé, com trabalho de campo desde 1997. A autora relata parte de sua pesquisa

[...] Seis meses depois de minha chegada a Canoanã, em 1997, fiquei sabendo que o novo cacique havia autorizado a minha pesquisa como parte do projeto político maior dos Javaé “terem um nome”, tornando-se tão ou mais conhecidos que os Karajá. Em consideração a essa autopercepção diferenciada, o presente trabalho tenta apontar as diferenças mais significativas entre os Karajá e Javaé – tanto em termos culturais como históricos – a partir de uma comparação entre os meus dados e o que foi publicado de mais expressivo etnográfica e historicamente sobre os dois grupos (2008, p. 30).

Atualmente, os próprios indígenas estão pesquisando e elaborando suas publicações com o enfoque e a contextualização adequada às suas realidades, estes trabalhos vêm sendo construído conjuntamente com as atividades do Curso de Educação Intercultural (EI/UFG) por intermédio dos Comitês Orientadores que estão organizando os resultados dos Projetos Extraescolares (trabalhos finais de curso) e das PCC (práticas como componentes curriculares) (PPP-UFG, 2006)<sup>45</sup>.

## 2.2. Os Não-Indígenas

A população não-indígena que estabeleceu relações com o Povo Iny (Karajá e Javaé) que vive na Ilha do Bananal está situada nos estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins nos seguintes municípios: São Miguel do Araguaia (GO); Cocalinho (MT); São Felix do Araguaia (MT); Luciara (MT); Santa Terezinha (MT); Pium (TO); Lagoa da Confusão (TO); Formoso do Araguaia (TO) e Sandolândia (TO). Na configuração político-administrativa a Ilha do

<sup>45</sup> Citaremos algumas publicações: Epistemologias Karajá e Tapirapé de *Majtyritãwa* (PIMENTEL DA SILVA, 2011); *Iny Bdëdÿnana-myijtyy* (PIMENTEL DA SILVA & OLIVEIRA, 2011); *Iròdu Rubu* (PIMENTEL DA SILVA & OLIVEIRA, 2011) e *Iny òlõna-my Ijyy* - a origem do povo Karajá (KARAJÁ, 2013).

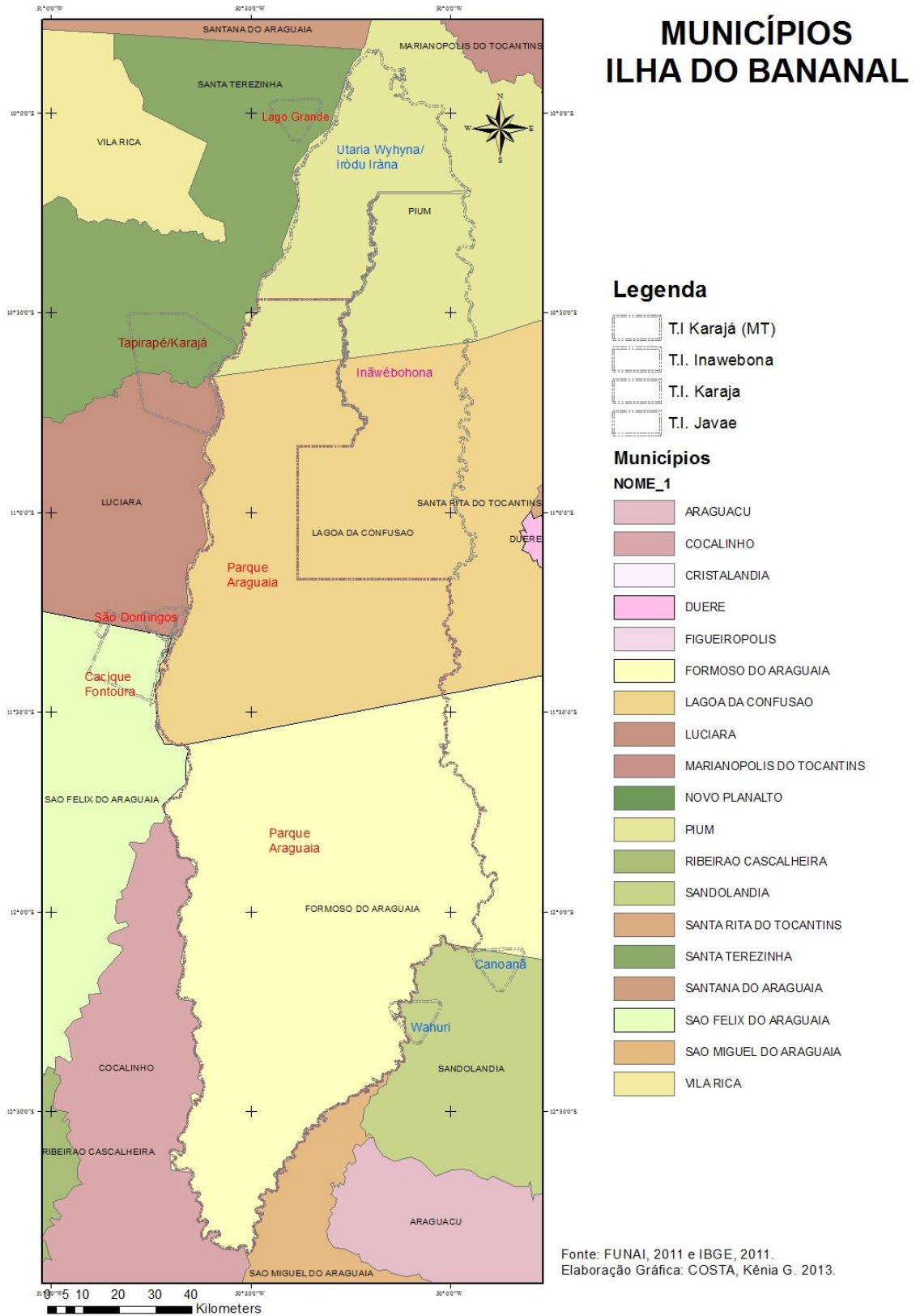
Bananal está circunscrita nos municípios de Pium, Lagoa da Confusão, Formoso do Araguaia no estado do Tocantins. No quadro 01 apresentaremos algumas características e localização destes municípios. A população total dos 09 (nove) municípios envolvidos no contexto da pesquisa perfaz 86.676 habitantes, sendo que 31963 habitantes estão nos três municípios que circunscrevem a Ilha do Bananal (Figura 20).

Quadro 01. Características dos Municípios envolvidos na área de estudos.

<b>Município</b>	<b>UF</b>	<b>Fundação</b>	<b>População (IBGE, 2010)</b>	<b>Observação</b>
São Miguel do Araguaia	GO	1958	22.283	É um município do Parque Estadual do Araguaia e ponto de acesso à Ilha do Bananal.
Cocalinho	MT	1986	5.490	Área delimitada pelo Rio Araguaia, possuindo dessa forma grande interesse turístico.
São Félix do Araguaia	MT	1976	10.625	Tem sua área delimitada pelo Rio Araguaia, próximo a Santa Isabel do Morro, antiga morada dos índios Karajá, habitantes milenares do rio Araguaia e da Ilha do Bananal, assim há grande interesse turístico. Os indígenas relatam que onde hoje é a sede do município se encontravam famílias Iny habitando quando o não-indígena iniciou o povoado considerando parte da Aldeia Santa Isabel do Morro.
Luciara	MT	1963	2.224	Tem sua área delimitada pelo Rio Araguaia, possuindo dessa forma grande interesse turístico.
Santa Terezinha	MT	1980	7.397	Limita-se com os estados do Tocantins e Pará, suas principais atividades econômicas está relacionado com a pecuária, agricultura e turismo, sendo uma das atrações turísticas a temporada de praia, sempre em julho, no Rio Araguaia.
Sandolândia	TO	1992	3.326	Encontra-se no médio curso do Rio Araguaia sendo acesso para a Ilha do Bananal
Pium	TO	1953	6.694	Encontra-se no médio curso do Rio Araguaia sendo acesso para a Ilha do Bananal.
Lagoa da Confusão	TO	1991	10.210	Encontra-se no médio curso do Rio Araguaia sendo acesso para a Ilha do Bananal cuja suas áreas são predominantemente planas com varzeas úmidas de alta produtividade.
Formoso do Araguaia	TO	1963	18.427	Encontra-se no médio curso do Rio Araguaia sendo acesso para a Ilha do Bananal.

Fonte: IBGE, 2013 (<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>).

Figura 20. Municípios limítrofes a área de estudo.



O entorno da ilha é tradicionalmente uma zona agropecuária, de expansão da fronteira agrícola. Porém, até a década de 1940 a área era descrita pelos órgãos fomentadores de políticas públicas como um vazio populacional, pois o país se desenvolvia do litoral para o interior. Contudo, as populações indígenas se concentravam nas regiões centro-norte, ou seja, no interior rumo ao oeste.

Essa preocupação com a ocupação das grandes áreas centrais do país no século XX se inicia na era Vargas, na qual a “Marcha para o Oeste” reconfigura as antigas ações coloniais para uma ocupação do território nacional em moldes desenvolvimentistas, atingindo os povos indígenas e retomando o trabalho de antigos sertanistas. Segundo Oliveira

A noção de "vazio" territorial atualizava o conceito de "sertão", entendido como um espaço abandonado que desde as denúncias de Euclides da Cunha vinha preocupando as elites brasileiras interessadas em construir uma nação. Por outro lado, as áreas ocupadas do Brasil eram vistas como um arquipélago, onde cidades ou regiões pouco tinham a ver entre si. A criação 1937 do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) indica sem dúvida a importância das estradas como instrumento de comunicação entre as regiões e as cidades (2012, p.1)

Desta forma, o estado brasileiro, inicia um processo novo de territorialização fomentando a expansão dos modelos econômicos vigentes no litoral para que se expandisse para o interior, área rica em biodiversidade (incluindo uma diversidade étnica). Neste contexto a região agregava a população indígena que muitos fugiram do litoral por essa razão. Contudo, o isolamento e o direito ao uso da terra e das práticas socioculturais estavam ameaçados pelas novas políticas públicas. Para consolidar a “Marcha para o Oeste” os objetivos a ser atendidos eram: política demográfica de incentivo à migração; criação de colônias agrícolas; construção de estradas; reforma agrária; incentivo à produção agropecuária de sustentação (GARFIELD, 2000).

Em relação às populações indígenas iniciou-se em 1943 a frente “desbravadora” que adentrou o Brasil Central denominado “Expedição Roncador-Xingu”, desvelando o sul da Amazônia e contatando com diversas etnias indígenas ainda “desconhecidas” para a sociedade nacional.

As políticas públicas estabelecidas são implementadas pontualmente, dentre as quais destacamos alguns projetos que atuaram na ocupação e transformação da região: os Planos Nacionais de Desenvolvimentos (I PND – 1972 - 1974), (II PND - 1975-1979) e (III PND – 1980 - 1985); Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia, 1974); Projeto Rio Formoso (1979 – 1982).

O projeto Rio Formoso era um pretensioso projeto de agricultura irrigada em terras contínuas da América Latina, implantado em 1979, instalado no município de Formoso do

Araguaia que totaliza 27.78 ha de várzea, assim instalando na região cuja característica se assemelha com grandes extensões de várzeas, o potencial hídrico proporcionado pelas áreas de solos drenantes que produzem um ambiente propício para atividades agropastoril que depende muito de água, além das áreas de pastagem natural do interior da Ilha do Bananal (Figura 21). Atualmente, como reflexo dos projetos iniciados no período da “marcha para o oeste”, consolida-se a produção agrícola dos latifúndios que é destinada para a exportação e a dos pequenos produtores, oriundos de assentamento que abastece a economia local/regional.

Atualmente, as políticas públicas desenvolvidas e destinadas ao incentivo do agronegócio estão relacionadas ao Vale do Araguaia, nos estados Mato Grosso e Tocantins, através da revitalização do projeto Rio Formoso e incentivando a formação de inúmeras cooperativas como COBRAPE, COOPERFORMOSO, COOPERGRAN e COOPERJAVA, APROSOJA (Associação dos Produtores de Soja), CNA (Confederação Nacional da Agricultura), FAMATO/Senar-MT. Com a ampliação dos projetos irrigados, foram instaladas várias unidades de beneficiamento (secadores e armazéns) para suportar a produção regional, sendo elas: CONAB, COOPERJAVA, CALUMBI, COBRAPE, Verdes Campos, Lagoa Grande, CASETINS, SEVAJA e COOPERFORMOSO (BISPO, 2012).

A pecuária também ainda é um forte setor da economia local e regional, pois as áreas de pastagem natural, principalmente nos limites da Ilha do Bananal sempre condicionaram conflitos e usos idevidos, porém mantêm economicamente grande parte da população não-indígena. Rodrigues aponta esse conflito desde a década de 1970:

[...] Com a instalação de fazendas dedicadas à agropecuária nas margens do Araguaia e Javaés ao longo dos anos, a Ilha do Bananal tornou-se o refúgio predileto para o gado das fazendas vizinhas durante a estação da seca. A partir da década de 60, houve uma intensificação da invasão de criadores de gado na Ilha do Bananal, chegando a tal ponto que, em 1969, a própria Funai, recém-criada, instituiu uma cobrança de taxa pelo uso das pastagens. Calcula-se que, nos anos 70, havia cerca de 200.000 cabeças de gado na ilha durante a estiagem (Fénelon Costa, 1978). O ato da Funai contribuiu para legitimar indevidamente a invasão do Parque Nacional do Araguaia e do Parque Indígena do Araguaia, de modo que o número de invasões aumentou consideravelmente, atingindo seu auge nos anos 80. Na época, dois povoados, situados às margens do rio Javaés, estavam consolidados dentro da Ilha do Bananal: Porto Piauí e Barreira do Pequi. Segundo dados da Sucam, havia 11.000 moradores não-índios na Ilha do Bananal em 1990 e, de acordo com a Funai, 300.000 cabeças de gado utilizavam suas pastagens naturais em 1991. O arrendamento das pastagens foi um fenômeno histórico associado mais aos Javaés e ao território que ocupam do que aos Karajás. Na estação seca, o gado entrava na Ilha do Bananal mais facilmente atravessando o rio Javaés, que é bem mais estreito e raso que o Araguaia (2013, p.1).

A relação é de pseudocordialidade, pois área é de grande interesse e possibilidade econômica, mas os atores envolvidos têm princípios diferentes e projetos de uso e ocupação





## **CAPÍTULO 03 – A ILHA DO BANANAL, OS INY E AS MÚLTIPLAS REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS**

Representar, descrever, relatar, narrar, contar histórias sempre foram formas da humanidade para gerar e preservar seus conhecimentos. Conforme Duarte (apud Seemann, 2005) aponta, a Cartografia é “[...]uma forma de saber, um produto cultural dos povos, e não um resultado de uma difusão tecnológica a partir de um foco europeu” (p.16).

Diante das múltiplas representações cartográficas existentes nas sociedades humanas e das reflexões atuais pode-se afirmar que elaborar as impressões de mundo através de mapas não é um recurso somente representativo e está intrinsecamente ligada à própria existência humana (SEEMANN, 2005 p. 16). Neste caminho agregamos também as reflexões de Ângela Massumi Katuta que ressalta

[...] a importância das imagens de espaço, e conseqüentemente dos mapas, enquanto figurações espaciais possíveis voltadas à compreensão de aspectos da realidade, auxiliares na construção do pensamento e da imaginação humanas. Em concordância com Ostrower (1998, p.173), parti da ideia de que o pensamento e a imaginação nas pessoas realizam-se mediante imagens do espaço. Em outras palavras, esses são pressupostos, obviamente não únicos, para que possamos imaginar e pensar. Daí a importância das diferentes linguagens, estruturas estruturadas e estruturantes, que viabilizam a produção de representações e imagens do espaço, sejam elas cartográficas, escritas, ou artísticas em geral (2005, p. 39).

A cartografia vai se consolidando nos séculos XVIII e XIX e na primeira metade do século XX. Castrogiovanni a apresenta como

[...] o conjunto de estudos e operações lógico-matemáticas, técnicas e artísticas que, a partir de observações diretas e da investigação de documentos e dados, intervém na construção de mapas, cartas, plantas e outras formas de representação, bem como no seu emprego pelo homem. Assim, a cartografia é uma ciência, uma arte e uma técnica (2000, p. 38).

Outro autor, Paulo Araújo Duarte, aponta a definição estabelecida pela Associação Cartográfica Internacional redigida e aprovada no 20<sup>a</sup> Congresso Internacional de Geografia em Londres em 1964 “[...] Conjunto de estudos e operações científicas, artísticas e técnicas, baseado nos resultados de observações diretas ou de análise de documentação, com vistas à elaboração e preparação de cartas, planos e outras formas de expressão, bem como sua utilização” (idem, p.15). O autor ainda apresenta sua percepção sobre a relação da Cartografia com ciência e arte

[...] pode-se perceber que nesta definição tanto ciência como arte fazem parte das atividades que dizem respeito à Cartografia. Ciência porque se constitui num campo de atividade humana que requer desenvolvimento de conhecimentos específicos,



aplicação sistemática de operações de campo e de laboratórios, planejamento destas operações, metodologia de trabalho, aplicação de técnicas e conhecimentos de outras ciências, tudo com vistas à obtenção de um documento de caráter altamente técnico (o mapa), objetivando representar os aspectos naturais e artificiais da superfície terrestre, de outros astros ou mesmo do céu. Enfim, a organização do espaço, seja ele terrestre ou não, é mostrada por meio de mapas, os quais resultam de uma série de operações que fazem parte de um campo definido da atividade humana: a Cartografia. No que diz respeito à arte, não podemos esquecer que um mapa deve respeitar determinados aspectos estéticos, pois se trata de um documento que precisa ser agradável às vistas, razão pela qual necessita de uma boa disposição de seus elementos (traços, símbolos, cores, letreiro, margens, legenda, etc.) [...] (2002, p. 15).

Ivanilton J. de Oliveira discute que a cartografia “[...] é definida por muitos como a técnica, a arte e/ou a ciência de produzir mapas, que são representações bidimensionais da superfície terrestre, projetada num plano (o papel, a tela do computador) (2004, p.1)”. O autor afirma que o trilhar das discussões enfocam o “[...] caráter técnico, artístico ou científico da atividade de produzir representações cartográficas (*idem*)”.

A ciência cartográfica em seu campo de atuação produz vários tipos de resultados e respostas as questões espaciais do globo terrestre, porém o principal produto cartográfico citado e reconhecido ainda é o mapa, toda referência espacial científica e do senso comum se refere ao mesmo, proporcionando conhecimento e divulgação.

Após os anos 1950 com a adoção de novas tecnologias, muitas informações deixam de ser registradas nos mapas por não condizer com as normatizações estabelecidas. De certa forma, perde-se a estética do período colonial onde além de informar o mapa ilustrava e tinha elementos artísticos.

Neste trabalho trazemos outra reflexão acerca dos mapas com informações étnicas, cosmológicas e identitárias. Na perspectiva de compreender as imagens da Ilha do Bananal e do Povo Iny trazemos na seção seguinte várias representações com olhares não-indígenas.

### **3.1. Leituras de mundo no contexto da Cartografia**

É sabido que os agentes sociais hegemônicos almejam conhecer, se apropriar e dominar o espaço terrestre e que, para atingir seus objetivos, se utilizaram de vários caminhos. Para reconhecer os espaços, lugares, territórios a Cartografia permite adquirir e construir conhecimentos, como dominação dos locais e dos saberes. A cartografia tem se tornado instrumento fundamental para a representação do espaço geográfico e para a construção do conhecimento. Archela apresenta uma síntese do caminhar da cartografia moderna em direção ao uso dos mapas nos atlas geográficos:

A cartografia teórica moderna começou a se desenvolver na segunda metade do século XIX, ainda no domínio da Geografia e seus objetivos estavam voltados para a tecnologia de levantamentos e topografia militar, na qual a tendência era enfatizar mais a técnica e a prática evidenciada pela cartografia topográfica, do que a teoria. Enquanto isto, a atenção dos geógrafos que produziam mapas estava mais voltada para as projeções e cores de mapas, representação de relevo e elaboração de atlas (2000, p. 01).

A autora ressalta que este conceito foi ratificado pela UNESCO em 1966. No tocante às relações artísticas na qual destaca que este tipo de representação, também seja agradável às vistas, tenha uma leitura aprazível além de conter informações dos temas e/ou das porções terrestres a serem descritas e apresentadas (ARCHELA, 2000). Vale salientar que há outra lacuna quanto aos mapas antigos que eram elaborados em materiais sensíveis como papiros, fibras naturais, couro animal, dentre outros, e que não resistiram à ação do tempo.

Segundo Carvalho & Araújo (2008) as habilidades e desejos de se representar o espaço são próprios dos grupos humanos, pois assim reafirmam seus territórios, suas práticas e vivências. Para isso, se utilizam de materiais e formas de registros das mais variadas como também diversos artifícios de linguagem. Os autores retomam indicações do historiador Erwin Josephus e mencionam “a existência de rudimentos ou esboços do que viria a ser a Cartografia entre os povos primitivos, como os habitantes da antiga Babilônia, os índios nativos das Ilhas Marshall, os esquimós, os astecas, os chineses e outros [...] (*idem*, p. 02).

Divergimos em parte dos autores, em dois sentidos. Consideramos primeiramente que a elaboração cartográfica é um saber, uma linguagem desenvolvida pelos seres humanos em processos de historicidade que restaram praticamente sem registro, mas não é “inata”. É elaborada ao longo do tempo, transmitida e recriada. Em segundo lugar, os grupos e povos não ocidentais e/ou não europeus não podem ser classificados de forma simplista como “primitivos”. O que vale ressaltar é que, antes da cartografia ocidental moderna e para além da Europa, vários povos tinham e praticavam um saber cartográfico.

É recorrente, na história da cartografia ocidental moderna, voltar-se para o período renascentista no qual alguns processos contribuíram para o avanço desse campo, conforme Carvalho & Araújo:

[...] a redescoberta de Ptolomeu, com a tradução da sua obra Geografia para o latim em 1405. A importância dessa obra para os europeus estava na possibilidade de estudar o mundo na perspectiva de se obter informações que foram sonegadas por séculos aos povos cristãos através dos mapas que continha. Em Portugal, a criação da Escola Náutica de Sagres, em meados do século XV, foi um importante passo para o incremento das viagens marítimas facilitando a ampliação do conhecimento do mundo, permitindo a formação de pilotos, marinheiros e, sobretudo, propiciando avanços científicos na área da cosmografia, o que resultou numa melhor qualidade e segurança nas atividades náuticas [...] um novo método astronômico [...] introdução

de um meridiano graduado nos mapas portulanos<sup>46</sup>, possibilitando a leitura das latitudes, com uso do astrolábio. A redescoberta da bússola nesse mesmo período trouxe um grande impulso à navegação, pelo aumento da segurança no traçado de rumos [...] (2008, p. 09).

Neste período a Cartografia conjuga os rigores técnicos e as representações artísticas. Os mapas eram construídos manualmente com ajuda de alguns instrumentos e sua elaboração incluía as narrativas de viajantes e, assim, conjuntamente com as reproduções, estava sujeitas as distorções.

Em 1507 vem a público o *Mapamundi: Universalis Cosmografia Secundum Ptolomeu Traditionem et Americi Vespucci Aliornunque Illustrationes*<sup>47</sup>, uma obra que foi considerada como marco para institucionalizar a Cartografia como disciplina de estudos e que “[...] é uma referência para o conhecimento do mundo pelas suas crônicas de viagem. Nessa obra, pela primeira vez, inscreve-se o nome América para designar o “Novo Mundo” (KNAUS *et all*, 2010, p. 29). A inserção e a nomeação do continente reforça a necessidade de conhecer para dominar, produzindo conhecimentos de âmbito classificatório, tendo como um exemplo a divisão das Américas entre Portugal e Espanha, feita por ocasião do Tratado de Tordesilhas assinado em 1494, detentoras então dos conhecimentos marítimo-náuticos, dentre outras nações.

Neste quadro surge a figura do cartógrafo como autor, como é o caso de Mercator que elaborou um *mapa mundi* que continha a costa da América Central, a Ásia e o sudeste do continente americano, publicado em 1569. Segundo Carvalho & Araújo

[...] o destaque desse mapa era o uso da projeção cilíndrica. Com ela, Mercator traçou um mapa onde as linhas de meridianos e paralelos formavam ângulos retos, ou seja, os meridianos aparecem como linhas retas perpendiculares ao Equador. Por esse motivo, tal projeção permitia a representação reta da [...] linha dos rumos magnéticos, facilitando, sobretudo a navegação marítima. Essa qualidade permitiu a popularização da projeção cilíndrica e sua disseminação pelo mundo, mesmo com as distorções de área que ela provoca, especialmente nas regiões polares (2008, p. 10).

Essa projeção, em leituras posteriores, passou a ter uma forte carga ideológica, pois a visão distorcida nos pólos evidenciava as regiões equatoriais e com isso “[...] passando uma ideia falsa das dimensões de alguns dos países mais ricos do mundo, o que justificaria politicamente a hegemonia destes diante do quadro geopolítico mundial [...]” (CARVALHO & ARAÚJO, 2008, p.11). Os mapas eram uma das formas de registrar esse conhecimento

<sup>46</sup> São representações com intuito comercial, por isso os navegadores os utilizavam bastante. Neles havia um detalhamento da costa dos continentes, principalmente da região mediterrânea e do caminho das Índias, fornecidos por viajantes, navegadores.

<sup>47</sup> Este mapa homenageia Claudio Ptolomeu e Américo Vespúcio. Obra de Martin Waldseemuller (Hilacomylus), xilogravura: 137x244cm. Biblioteca do Congresso Americano – Washington D.C., Estados Unidos (Miceli, 2002).

alegando o poder que detinham, depois vieram às disputas pelas riquezas destes territórios que também foram mapeados. O contato com os grupos que viviam nos “novos” ambientes e territórios, na perspectiva eurocentrada, produzia através da diferença étnica deste período instrumentos muito importante para o conhecimento e a dominação dos povos que já dominavam esses ambientes e seus saberes.

Os registros das representações cartográficas do Brasil, desde o século XVI, se encontram nas bibliotecas nacionais brasileiras e europeias, disponíveis em algumas publicações analógicas e digitais. Como sabemos tais representações são realizadas a partir da ótica de quem está construindo, no período colonial. Vale salientar que muitos viajantes não eram cartógrafos, assim, faziam suas anotações e depois outro profissional construía e elaborava os mapas. Em parte este material foi construído também com os saberes locais dos grupos que viviam nestes territórios, sem a devida referência, as representações cartesianas se intensificam com o fortalecimento dos conhecimentos adquiridos com “índios catequizados” ou tidos como “mansos”.

O registro cartográfico mais antigo da “Terra de Vera Cruz” é o Planisfério de Juan de la Cosa que mostra a Costa Norte até parte da Ponta do Mucuripe (Ceará), o traçado revela conhecimento referente a viagem de Vicente Yañez Pinzón. Iniciando as representações do “Novo Mundo” com estrutura das antigas cartas náuticas, respeitando a orientação por astros, este mapa apontou o litoral das terras do Brasil de forma proposital ou acidental pelos viajantes das rotas para a Índia (KNAUS *et all*, 2010, p. 28).

Na cartografia do período colonial as representações se referem basicamente aos limites territoriais, aos recursos naturais, ao povoamento e ao modo de vida, na visão dos colonizadores, que por sua vez não é homogênea. A relativa invisibilidade destes grupos que habitavam o continente, simplificada em termos como “indígenas” ou “índios”, pode ser contraposta às inúmeras autodenominações, das quais, alguns cartógrafos fizeram registro.

A revisão bibliográfica e cartográfica para esta pesquisa possibilitou perceber que historicamente as referências indígenas foram sendo registradas, com relativa imprecisão, pelos cartógrafos coloniais em mapas e cartogramas desta região e neste período. De forma que algumas representações apontam a presença desta parcela tão significativa neste período, pois existiam inúmeros grupos indígenas tanto na parte litorânea, quanto na área central do continente sul-americano.

### 3.1.1. As representações cartográficas dos povos indígenas no Brasil colonial

As narrativas sobre a nova colônia portuguesa, disputada por outras nações, perpassam o imaginário dos cartógrafos e de outros agentes desde o século XV (SEVCENKO, 1996). A porção da terra que veio a se configurar como América, foi preocupação constante dos atores coloniais hegemônicos, no aprimoramento da técnica, na busca do rigor cartesiano, a exemplo das cartas náuticas. É o que observamos na *Carta Marina Nuova Tavola* de Girolamo Ruscelli, documento de pequenas dimensões (18 x 25,5 cm), com informações retiradas da obra *Geografia de Ptolomeu*, datada de 1561. Miceli a descreve e analisa:

[...] a Carta Marinade Jacobo Gastaldi, um dos mais importantes cartógrafos italianos do Renascimento. Note-se, na carta, que larga porção da América está ligada à Ásia, destacando-se, ainda, os continentes fortemente demarcados por contornos coloridos, sobre rumos entrecruzados a partir de um ponto central e outros, simetricamente dispostos, formando um grande círculo central sobre o Atlântico. A forma da América do Sul tem a porção a Leste de Tordesilhas melhor definida do que a parte oriental, bastante alongada no sentido Norte-Sul, localizando-se a saída do rio da Prata do lado português do meridiano de demarcação (2002, p. 165).<sup>48</sup>

As informações desta carta para o continente sul-americano apontam os vazios imaginados, registrando apenas alguns acidentes geográficos relevantes e visíveis no litoral, basicamente os descritos pelos viajantes que somente percorriam alguns trechos litorâneos.

Grandes transformações nas concepções cartográficas estavam ocorrendo no cenário mundial como podemos verificar na forma em que Gerhard Mercator elabora a *Nova et Aucta Orbis Terrae Descriptio ad Usum Navigantium Emendata et Accomodata*, datada de 1569:

[...] Gerhard Mercator [Kremer, Cramer] (1512-1594) utilizou-se, pela primeira vez, de seu sistema de projeção que, em síntese, permite representar sobre o mapa, como linha reta, a linha de direção constante sobre a superfície terrestre (loxodrômica). Estavam dadas, com isso, as bases essenciais do conhecimento geográfico moderno, representado por uma cartografia náutica, assentada na Astronomia e na Matemática, com o que se fornecia aos navegadores os instrumentos para representar corretamente sobre uma superfície plana os dados obtidos pela experiência (MICELI, 2002, p. 95).

Esta carta compôs a primeira edição do Atlas Mercator-Hondius<sup>49</sup> onde há mapas do continente americano e outras cartas de referência sobre a Nova Espanha, Virgínia, Flórida, Cuba e Hispaniola, Estreito de Magalhães e América do Sul. Nesta carta percebe-se como o

<sup>48</sup> Curador e autor do texto do livro referente à Exposição da Coleção Cartográfica do Instituto Cultural Banco Santos, intitulada “O Tesouro dos Mapas: a Cartografia na formação do Brasil”. O acervo foi cedido pela Justiça Federal e se encontra depositado no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (USP).

<sup>49</sup> Após sucessivas reedições e traduções que ocorreram até 1641, acabou por ocupar o lugar do *Theatrum Orbis Terrarum*, de Ortelius.

continente está representado a despeito do alongamento no sentido longitudinal e perdeu parte da distorção latitudinal – “inchamento” – que havia no mapa de Mercator, reproduzido em uma grande quantidade de cartas (Figura 22).

Figura 22. Carta *America Meridionalis* de Gerhard Mercator de 1606.



Fonte: [www.mapashistoricos.usp.br](http://www.mapashistoricos.usp.br) <sup>50</sup>

No mapa acima como podemos verificar há uma figura retratando indígenas, mas somente de forma alegórica. Em outras representações do mesmo período verifica-se a figura do índio de forma ilustrativa, a exemplo da carta *Meridionalis Americae* de Pars Petrus Plancius (1592-1610) que faz uma leitura da América Meridional pela ótica da cartografia francesa do século XVII:

[...] A carta que faz parte desta exposição aparece à frente de cenário desenhado pelo pintor Raimond Bonheur, onde se mostra uma paisagem que pouco condiz com o continente representado e os seus habitantes. Obviamente, não se faz aí qualquer referência aos bárbaros e antropófagos que apareciam nos mapas dos séculos anteriores, mas permanecem as mulheres seminuas e a natureza com seus ofídios; o

<sup>50</sup> Uma parte do acervo foi cedida pela Justiça Federal e se encontra depositada no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

índio helenizado ao lado do quadro dos países que compõem a América do Sul, a cena de cavalgada e a estranha cidade desenhada na parte superior direita [...] (MICELI, 2002, p. 92).

Com o avanço das navegações, as cartas náuticas no estilo portulano apontavam as dificuldades nas orientações no mar, porque a construção das linhas de rumos retas no papel não conferia quando aplicadas nas rotas devido à esfericidade da Terra.

Por isso se ressalta as obras de Gerhard de Mercator que conseguiu estabelecer um sistema de projeção que relacionava paralelos e meridianos mais precisos em qualquer ponto do mapa, assim diminuindo os erros e ampliando as representações do espaço americano que seria colonizado com mais extensão e profundidade nos séculos seguintes.

As próximas seções do texto são compostas pelo material cartográfico referente ao Brasil Central que traz representações indígenas figurativas e/ou toponímicas.

### **3.1.2. Representações indígenas na cartografia colonial do Brasil Central**

A cartografia colonial do Brasil Central assume destaque numa obra na qual a parte leste e central do país compõe o centro geométrico da carta do geógrafo e historiador italiano Giovanni Battista Ramusio, Secretário do Conselho dos Dez em Veneza<sup>51</sup>. Vale salientar que este mapa foi publicado na sua *Raccolta di Navigazioni et Viaggi*, em 1550-1559, “obra ilustrada com xilogravuras e que teve edições sucessivas até 1623” (MICELI, 2002, p. 236). Miceli assim a descreve (Figura 23):

[...] A carta que integra esta mostra apresenta a costa do Brasil, desde o Norte até o rio da Prata. No Oeste (Ponente), a Terra non Scoperta, apenas um cenário natural, com montanhas, alguns rios e um vulcão em erupção. Na costa Norte, uma canoa próxima à desembocadura de dois grandes rios, onde se anota que, ali, o mar é doce. Fernando de Noronha é uma única ilha que tem à sua volta um navio fortemente estilizado e grandes peixes à frente da praia, onde dois europeus estendem uma espécie de cálice a um indígena, enquanto outros trabalham no corte da madeira, alguns usando machados. No conjunto, cenas da vida cotidiana, com animais e vegetação, mas, destaque-se, nenhuma cena de antropofagia (MICELI, 2002, p. 236).

---

<sup>51</sup> Comitê executivo e judicial do governo da República de Veneza responsável pela segurança do Estado (MICELI, 2002).







Figura 24. *Accuratissima Brasilia tabula* de Henricus Hondius de 1635.



Fonte: [www.mapashistoricos.usp.br](http://www.mapashistoricos.usp.br)

Neste mapa, no litoral leste do Brasil é possível identificar os nomes de alguns grupos indígenas como Tupinambá (*Topinambazes*), Aimoré (*Aymores*), Tapuia (*Tapuias*) e outros cuja referência desconhecemos: *Apiapertang* e *Margaias*. Mais para o interior do país há nativos representados em duas cenas de antropofagia, com ilustrações semelhantes às encontradas no relato de Hans Staden (1974). Um pouco mais para dentro, vemos um nativo ao lado de uma habitação que se assemelha às casas indígenas de teto arredondado e outro deitado em uma rede estendida ao ar livre. Mais uma vez, a representação se coloca entre o exótico e o idílico.

A carta de 1640, denominada Brasília, da autoria de Johannes Blaeu, cartógrafo oficial da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (Figura 25), é assim descrita:

[...] apresenta rica toponímia do litoral brasileiro, incluindo nome e localização de nações indígenas distribuídas pelo território, quase vazio em seu imenso interior. Acima do Equador, a freqüente presença do imaginário Lago Parima (Parime Lacus), destacando-se, na região central, a grande Lagoa Xaraiés, ligada aos rios do continente, um dos quais chega à bacia do São Francisco, depois de passar por outra grande formação hídrica, onde desaguiariam vários rios. A posição “deitada” do Brasil é bastante comum no período, estando o Norte e o Leste indicados,

respectivamente, pela flor-de-lis e a cruz, que aparecem nas duas pequenas rosas-ventos de oito pontas postas simetricamente no mapa [...] (MICELI, 2002, p. 92).

Figura 25. *Brasilia: generis nobilitate armerum et litterarum* de Johannes Blaeu de 1596-1673.



Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil. Localização: ARC.011,14,024on Cartografia

A Carta Brasília, que tem como quadro parte do continente Sul-Americano com as divisões propostas pelo Tratado de Tordesilhas, jamais demarcadas, traz basicamente indicações do litoral brasileiro na qual a presença do colonizador é muito mais expressiva e contínua, como descrevem Knaus *et all*:

[...] um exemplar do legado da cartografia produzida no período da ocupação holandesa. Das duas principais rosas dos ventos saem linhas de rumo que organizam a construção do mapa junto à graduação de latitudes colocada nas suas margens. O mapa apresenta uma suposta ligação entre o rio da Prata e o rio Amazonas, a partir de um lago central. Além disso, registra uma ligação fluvial que atravessa o Brasil até o litoral (2010, p. 46).

Neste documento, a invisibilidade dos grupos indígenas na parte central do país é muito significativa. Na parte norte, no território hispânico, há nome de povos indígenas como *Caribes* (Caribe) e *Aravaca* ou *Arawaccas* (Arauaik). Na parte sul há nomes como *Guaranies*

(Guarani) e *Carios* (Carijós?). O litoral leste continua sendo mais pontuado de referências a etnônimos indígenas, alguns conhecidos na literatura e outros não: *Touapinambauti* e *Topinambazes* (Tupinambá), *Tapuias* (Tapuia), *Apiepetang*, *Aymores* (Aimoré), *Guaymures*, *Margaus*, *Molopaques*. Nota-se que alguns destes nomes foram apontados na figura anterior, o mapa de Hondius de 1635.

Devido ao incentivo para que reconhecimento destes novos territórios, ampliam-se as oportunidades, a exemplos de viajantes, bandeirantes, missionários, artistas, dentre outros, para construção de conhecimento a cerca destes ambientes. O novo Mundo, ou seja, a “Terra Brasilis” fomenta a pesquisa e a construção das representações cartográficas entre as duas margens do Atlântico. A região central do continente americano foi alvo do interesse dos governantes e de um efetivo processo de ocupação da colônia, iniciando a formação de vilas e a expansão das atividades mineradoras. Os bandeirantes cumpre esse papel de desbravador e na primeira metade do século XVIII, se apropria do território e inicia as descrições dos povos do interior da colônia, por utilizarem como mão-de-obra e como fonte de informação para adentrar nas regiões das minas.

Anterior a esse período havia registros cartográficos e toponímicos do Povo Iny feito por outros viajantes europeus, como apresenta Helena Moreira Cavalcanti-Schiel (2005) em seu trabalho. A seguir apresentaremos algumas dessas representações.

### **3.1.3. Representações do Povo Iny na cartografia colonial do Brasil Central**

Os conhecimentos referentes à área de estudo e as referências ao Povo Iny nos registros coloniais teve maior ênfase pelos relatos dos bandeirantes paulistas no final do século XVI quando estes adentram ao sertão de Goiás. A grande referência sempre foi o Rio Araguaia e os relatos descreviam os povos que ali habitavam e muitas vezes impediram as incursões ao longo do mesmo curso d’água. O rio teve outras denominações conforme Manoel Rodrigues Ferreira (1977), este levanta a hipótese que os bandeirantes conheciam pelo nome de Rio Paraupava, pois percorreram por volta de 1590, nos relatos as características desta drenagem e dos grupos se assemelham muito (FERREIRA, 1977, p. 14 apud CAVALCANTI-SCHIEL, 2005). Andrade & Batiani afirmam que a difusão do mito foi expressiva entre os estudiosos da época

A quantidade de informações a respeito da existência da lagoa era abundante: informações orais dos índios, livros, documentos, mapas. Todas as informações

eram difundidas principalmente por cientistas, escritores e cosmógrafos, ou seja, indivíduos de alto nível cultural. Com o passar do tempo, a lagoa passou a ser realidade geográfica a respeito da qual ninguém lançava a mínima dúvida de que existisse. Por essa razão, muitos interessados começaram a sair em busca dela, organizados sob a forma de bandeiras, uma reação natural. [...] De acordo com Ferreira (1977) a Lagoa de Paraupava recebeu diversas denominações em livros, documentos e mapas, mas todas, na verdade, com a mesma origem e significação (2011, p.79).

As autoras relacionaram o Rio Araguaia e a Ilha do Bananal a esta grande lagoa descreveram assim

[...] Lagoa Paraupava: denominação da língua tupi. Antigamente se escrevia também Paraupaba, Paraipava ou Paraupeba. Grafias diferentes com o mesmo significado, Paraupava pode ser decomposto em “para-u-pava”; “para-u” significa “água grande ou lagoa grande”; “pava” significa “baixa, Chata, Espreada, rasa [...] (*idem*, p. 80)

A relação entre a região do Paraupava com o vale do Araguaia é discutida na tese “Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins – Projeto Atito” da linguista Karylleila Santos Andrade, na qual referência os termos a partir dos relatos e documentos dos bandeirantes paulistas, como o roteiro da “[...] bandeira de Domingos Luis Grou e Antônio Macedo ao sertão Paraupava (1590-1593) que, pela primeira vez, se faz referência, em documento a esse topônimo, ou melhor à gente de Paraupava: índios localizados no sertão [...] (ANDRADE, 2006, p. 92)” (Figura 26).

No século XVI a busca pelas minas de ouro intensificaram as bandeiras, assim o ponto de referência era a Lagoa de Paraupava e a Serra Resplandecente ou Subarabuçu<sup>53</sup>, algumas fracassaram como de: Gabriel Soares de Sousa (Bahia) e Martim de Sá-Knivet (Rio de Janeiro). Contudo, a bandeira de João Pereira de Sousa e Domingos Rodrigues, iniciada em São Paulo, no período de 1596 a 1600, teve êxito e alcançou o sertão do Rio Paraupava e obteve contato com índios Guaiás ou Guoiás. “[...] Da expedição de Domingues Rodrigues sabe-se ter trazido do Sertão uma índia “Guayá” ou da “nação Guoya” de Paraupava, isto é, da região do rio Araguaia” (BERTAN, 1994, p. 41 apud ANDRADE, 2006, p. 94) (Figura 27).

<sup>53</sup> Junto ao mito da Lagoa Paraupava surgiu, em 1550, a notícia de uma serra que tinha muito ouro, esmeraldas e outras pedras preciosas: a Serra Resplandecente. Essa serra recebeu outras denominações: Itaberaba-açu, Taberaboçu e Sabaraboçu. [...] lugar lendário entre os colonos do primeiro século da conquista (ANDRADE, 2006, p. 91).



Figura 26. Primeira referência a gente do Sertão de Paraupava (1590 – 1593).



Fonte: Ferreira, 1977, p. 76 apud ANDRANDE, 2006, p. 92.

Figura 27. Bandeira de Domingues Rodrigues (1596 – 1600).



Fonte: Ferreira, 1977, p. 92 apud ANDRANDE, 2006, p. 94.

Nova referência a região com o topônimo Paraupava só ocorrem novamente em documentos oficiais nas bandeiras de André Fernandes (1615) e Antônio Pedroso de Alvarenga (1616), através das inúmeras expedições constata que a Lagoa não nascia no Rio São Francisco e por isso os interesses a esse curso diminuíram e inicia a busca pela foz do Rio Amazonas, ou seja, partem para oeste na busca do Rio Araguaia e Tocantins. Andrade (2006) descreve que na bandeira de André Fernandes (1613-1615)

[...] Narra o padre Antônio Araújo que a bandeira saiu de São Paulo e chegou às nascentes do rio labebéri. Conforme a referência de Padre Araújo, o rio labebéri é, hoje, o curso superior do rio Tocantins, ou seja, da embocadura do Araguaia até onde confluem os atuais rios Santa Tereza e Paranã. Pero Domingos, escrivão da bandeira de André Fernandes, relata os dramáticos acontecimentos que sofreram os expedicionários. A bandeira partiu com cerca de 30 homens que chegaram às cabeceiras de rio chamado labebéri, nome dado em virtude das muitas arraías que nele havia. Desceram o rio e chegaram a um braço do rio Pará. De acordo com Ferreira (1977, p. 123), Pará era o próprio rio Amazonas e “braço” do Pará subtende-se afluente do Amazonas. Esse afluente, para o padre Araújo, denomina-se Feroso Braço, que o autor conclui ser o rio Paraupava, referendado na bandeira de André Fernandes (idem, p. 95)

Nas descrições de padre Araújo se apresenta “[...] um certo local do “Feroso braço”, isto é, do rio Paraupava, havia uma grande ilha, medindo 30 léguas de comprimento e 6 de largura. Essa ilha pertencia aos índios Caraiáúnas ou Carajaúnas [...]. Trata-se da Ilha do Bananal, já que a ilha era formada pelo rio Paraupava[...] (FERREIRA, 1977 apud ANDRADE, 2003, p. 96)” O inventário de 1615, que informa os percalços ocorridos na bandeira de André Fernandes (Figura 28), e os relatos do Padre Araújo são os documentos que consolidam a Ilha e o rio Paraupava ao que hoje conhecemos com Rio Araguaia e Ilha do Bananal (Figura 29).

O topônimo de Paraupava era recorrente nas bandeiras paulistas cujo ciclo inicia em 1590 com Domingos Luís Grou e finalizou com de Antônio Pedroso Alvarenga em 1618, neste período muito se explorou, registrou e conheceu o sertão do país, porém neste período também se eliminam nos registros cartográficos o mito da Lagoa Paraupava, pois identificaram que era uma ilha, cujas características são particularmente próximas, pois a Ilha do Bananal encontra-se na depressão do Araguaia, com áreas espraiadas que no período chuvoso se torna uma grande área alagada facilmente confundida com uma lagoa grande. Como não se tem a data precisa em que as bandeiras passaram pela região, a hipótese se correlaciona com os relatos.



dão conta da semelhança estilística da cerâmica arqueológica com a cerâmica karajá atual (Wüst, 1975, 1996 apud Pétesch, 2000), sugerindo a probabilidade de que esta região já fosse ocupada pelo grupo que deu origem aos Karajá atuais (2005, p.13).

As narrativas e os indícios apontam que o Povo Iny não fez a migração do litoral para o sertão, como muitos grupos o fizeram devido à ocupação de suas áreas pelos colonizadores e também fugindo da escravidão, assimilação e catequização. Suas referências ao curso do Rio Araguaia são bastante consolidadas. Cavalcanti-Schiel afirma que

[...] Os dados arqueológicos que sugerem uma fixidez dos Karajá no eixo do Araguaia tornam-se relevantes para ponderar referências históricas do grupo, feitas por algum de seus etnônimos próximos, pois, fundamentalmente, só podemos falar numa continuidade karajá se vinculada a esse marco geográfico. É o Araguaia, mais que tudo, que permite inferir e auferir a presença karajá na documentação histórica, e é a ampla história social ao longo e em torno desse rio que “colocará” os Karajá na história (2005, p.14).

Nesta busca, observamos que o primeiro relato aos Karajá foi feito por Hans Staden<sup>54</sup> ao citar que:

“[...] e do lado da terra adentro os seus inimigos são chamados Karaya (STADEN, [1557] 2006, p. 136) [...] Mas contaram-me de uma nação, cuja terra se limita com a deles [Tupinambá], nação Karaya, moradora do interior, longe do mar, que faz sal das palmeiras [...]” (idem, p. 145).

Cavalcanti-Schiel descreve que a inserção dos Karajá na cartografia histórica se dá conforme o relato do viajante francês Jean de Léry, à mesma época de Staden (Figura 30):

[...] A relação dos inimigos dos Tupinambá da atual costa fluminense menciona, assim, os “Karaya”, a que Léry comenta que, enquanto “Tupinambás, Tupiniquins, Touaiaire, Teureminon e Carijós falam a mesma língua ou, pelo menos, pouca diferença existe entre elas (...), os Carajás têm maneira diversa de falar e obrar” (Léry, [1578] 1960: 257), [...] A descrição de Léry daria margem a que a designação “Karajá” entrasse para a cartografia histórica do Brasil como uma imprecisa “nação” indígena do interior do país.<sup>55</sup>

Cavalcanti-Schiel registra a presença dos Karajá em outro mapa francês (Figura 31) “[...] ao que tudo indica tributário dessa tradição narrativa protestante, reiterou a existência dessa imputação tupi na mesma incerta região centro-meridional do Brasil, asseverando basear-se nas “memórias mais recentes e observações mais exatas” (2005, p. 16).

<sup>54</sup> Staden relata que foi cativo de guerra na região que é hoje o litoral paulista pelos Tupinambá.

<sup>55</sup> (Van der Aa, Pieter [1706] “Brasiliaanze Scheepvaard door Johan Lerijs Gedann vit Vrankryk in’t Jaar 1556” in Johan Lerijs (Jean de Léry) De seer aabnerklijke en vermaarde Reys van Johannes Lerijs na Brasil in America. Leiden: Pieter van der Aa.) (Cavalcanti-Schiel, 2005).



Figura 30. Primeira referência cartográfica dos Karajá – Jean de Léry.



Fonte: Cavalcanti-Schiel, 2005.

Figura 31. Referência aos Karajá na Carte de la Terre Ferme, du Perou, du Bresil et du Pays des Amazones<sup>56</sup>.



Fonte: Cavalcanti-Schiel, 2005.

<sup>56</sup> In: Atlas Historique, ou nouvelle introduction à l'histoire, à la chronologie & à la Géographie ancienne & moderne représentée dans des nouvelles cartes. vol. 6 (Afrique, Amérique): 122. Amsterdam: Honoré & Chatelain. (Cavalcanti-Schiel, 2005).

Vale ressaltar que no século XVI e XVII, há nos testamentos e roteiros dos bandeirantes paulistas informações sobre esse grande curso d'água e dos indígenas “Carajaúnas” que ali viviam nos sertões dos “goyazes” (FERREIRA, 1977). Outro relato que demonstra que a Lagoa de Paraupava é mesmo no vale do Araguaia foi descrita ao mencionar o caminho para as lendárias minas dos Martírios

Os trabalhos de Manoel Rodrigues Ferreira (1960, 1977) indicam a possibilidade de que as tais Minas dos Martírios, ou Araés, no “Sertão do Paraupava” fossem localizadas no Araguaia. A Lagoa do Paraupava, que era uma das referências para se encontrar os Martírios, não seria outra coisa que a própria Ilha do Bananal, que durante a época das cheias do Araguaia chega a ficar 2/3 submersa. No norte da Ilha há também uma Lagoa (esta, perene), atualmente chamada de Lagoa da Confusão. Ferreira procura demonstrar que as indicações desta lagoa, e deste rio — que ligaria, segundo os cartógrafos da época, a bacia do Prata ao Amazonas —, estão presentes desde os primeiros mapas que mostram o interior do país, e sua indicação teria, inclusive, sido uma espécie de “segredo de Estado” entre portugueses e espanhóis. Uns e outros buscavam incansavelmente a tal lagoa e procurariam dissuadir o outro de sua busca. O rio Araguaia parece ter atraído curiosidade (e cobiça) também de outros países posteriormente. (Cavalcanti-Schiel, 2005, p. 17).

Como se pode perceber a presença do Povo Iny (Karajá e Javaé) no contexto colonial foi significativa e por isso ao depararmos com o Mapa do Tosi Colombina<sup>57</sup> de 1750, faz se compreensível afirmar que às indicações cartográficas são pertinentes ao mapa da Capitania de Goyaz e que as informações sobre os povos desta região existiam, porém não teve uma grande difusão. Por isso a ideia de isolamento e despovoamento do oeste ou sertão ou interior do país era mesmo um discurso produzido para proteger as riquezas que imaginava ali existirem.

### **3.1.4. Representações cartográficas da relação do Povo Iny com o ambiente**

As representações cartográficas apresentadas nos itens anteriores permitem uma leitura histórica da temática indígena, registrando contextos, ideologias e visões de mundo não-indígenas. Como foi citado, a relação humana com as imagens antecede à compreensão de conceitos de comunicação verbalizada por uma linguagem cognitiva nos padrões atuais, sem mencionar a escrita.

O mapa é uma das representações mais antigas e mais utilizadas até os dias atuais para esboçar inúmeros conhecimentos em diversas áreas. Há várias compreensões para o termo. Joly apresenta que mapa “[...] é uma representação geométrica plana, simplificada e

---

<sup>57</sup> Ver anexo 03..

convencional, do todo ou de parte da superfície terrestre, numa relação de similitude conveniente denominada escala (1990, p. 7).” Neste conceito percebe-se que a representação da superfície terrestre é uma continua busca por trazer as proporções do real para o plano representável.

Instituições como IBGE, estabelecem algumas características principais de um mapa que são: representação plana; escala<sup>58</sup>; delimitações de áreas (naturais, politico-administrativos e outras) e referir-se a um tema (IBGE, 1998). Assim define-se mapa como

[...] a representação no plano, normalmente em escala pequena, dos aspectos geográficos, naturais, culturais e artificiais de uma área tomada na superfície de uma figura planetária, delimitada por elementos físicos, político-administrativos, destinada aos mais variados usos, temáticos, culturais e ilustrativos (idem, p. 18).

Para a instituição a representação e/ou espacialização das relações cotidianas permitem análises que auxiliam entender as variáveis de construção do mundo no âmbito cultural, econômico e social. Ivanilton J. de Oliveira diz que o mapa

[...] é uma forma de comunicação. Ele conjuga as propriedades da linguagem visual, expressa na imagem formada pelo arranjo de tonalidades, cores, formas e texturas, com a linguagem sonora (escrita), presente no título, na legenda, na toponímia (os nomes dos lugares ou objetos) e em outras partes do mapa (2004, p.1).

Ao elaborar um mapa a evidência do autor se faz pelas escolhas dos arranjos utilizados, das preferências e características humanas de um mosaico de saberes envolvido, mesmo que esteja pré-estabelecidos que para drenagem usa-se a cor azul, não impede de ter nuances diferentes conforme a figura 32. Pois na concepção dos acadêmicos a carga sedimentar que o Rio Araguaia tem não permite ter a mesma cor das águas do Rio Tapirapé, da mesma forma que mesmo sendo azul a água dos lagos são diferentes do rio.

---

<sup>58</sup> A escala define o nível de detalhe que constará no mapa, pois não é possível transmitir todas as informações constantes no âmbito real.

Figura 32. Representação dos Rios Araguaia e Tapirapé na Terra Indígena Tapirapé/Karajá.



Fonte: Acadêmicos Tapirapé da Turma 2009 (Iparewao Tapirapé; Manayri Tapirapé e Iakymtywygi Tapirapé).

O mapa nos permite representar informações quantitativas, qualitativas e temáticas, o espaço representado necessita de três elementos iniciais: escala, projeção e simbologia. A construção, elaboração e contexto do mapa são definidos pela sua função (FRANCISCHETT, 2010). Mafalda N. Francischett apoia se em Marcelo Martinelli para explicar a função dos mapas, pois estes

[...] precisam desempenhar uma tríplice função: registrar os dados, tratar esses dados para descobrir como se organizam e comunicar o conteúdo da informação revelada. Eles devem ser instrumentos de reflexão e de descoberta do real conteúdo da informação; devem dirigir o discurso e não ilustrá-lo [...] (1998 apud FRANCISCHETT, 2010, p. 45-46)

Essa tríplice função apontada pelos autores, é reflexo de uma ação dos primeiros registros da superfície terrestre, onde as ações e os artefatos humanos são representados em símbolos possibilitando organizar, e comunicar saberes/conhecimentos.

Castrogiovanni (2000) reforça a função dos mapas, pois afirma que a existência dos aspectos físicos (naturais) e sociais direciona a representação do território. A representação de quais informações direcionam o conhecimento dos ambientes e assim a função do mapa, assim Duarte complementa ao referir-se que “[...] não só os mapas antigos, mas também nos modernos, continuam presentes os mitos, as lendas, os interesses estratégicos e ideológicos. (2002, p. 17)”. Em parte concordamos pois os mapas podem evidenciar locais de importância mítica e religiosa, como podem não visibilizar a presença e a trajetória de determinados grupos sociais.

Outro ponto foi abordado por Rosangela Doin de Almeida “[...] os mapas, portanto, só podem ser devidamente compreendidos se vistos no contexto histórico e cultural em que foram produzidos, o que significa entender também os limites técnicos de cada época, evitando o equívoco de confundir essas limitações com intenções políticas (2006, p. 13)”. Por sua vez, Martinelli sintetiza que

[...] Os mapas, junto a qualquer cultura, sempre foram, são e serão formas de saber socialmente construído; portanto uma forma manipulada do saber. São imagens carregadas de julgamento de valor. [...] Como linguagem, os mapas conjugam-se com a prática histórica, podendo revelar diferentes visões de mundo. Carregam, outrossim, um simbolismo que pode ser associado ao conteúdo neles representado. Constituem um saber que é produto social, ficando atrelados ao processo de poder, vinculados ao exercício da propaganda, da vigilância, detendo influência política sobre a sociedade (MARTINELLI, 2008, p. 8).

Para o autor, portanto, os mapas são a ferramenta mais comum na espacialização dos conhecimentos a respeito do mundo, a sociedade está comumente manuseando, porém a leitura ou decodificação do mesmo ocorre de forma incipiente. Na formação geográfica a

alfabetização cartográfica em muitos casos só ocorre na graduação, ou seja, após o ensino médio.

Girardi afirma que a Cartografia para a Geografia deveria ser mais que uma técnica auxiliar. O diálogo com os procedimentos de execução e leitura dos mapas deveria ser um caminho sólido para compreender a sua importância nas representações espaciais da sociedade. As produções cartográficas espacializam vários discursos sobre o território, mas muitas vezes o mapa precisa de um texto analítico para traduzir os valores sociais e culturais que contém.

A autora reforça que a construção de uma “[...] gramática da linguagem visual. [...] é a racionalidade da imagem cartográfica. Ou seja, as relações que as coisas estabelecem na realidade devem ser traduzidas pela mesma relação visual [...]” (Girardi, 2006, p. 63).

Na ótica das leituras cartográficas “modernas”, sem considerar as interrelações cosmológicas, a figura 33 que traz a imagem do primeiro Iny que saiu do fundo do Rio Araguaia e chegou à superfície pode parecer somente uma ilustração e não parte de uma representação espacial. Ao termos alguns referenciais culturais do grupo e do processo da sua elaboração, ficamos sabendo que esta imagem foi produzida para exemplificar parte do mito de origem do Povo Iny: quando o primeiro Iny chega à superfície e encontra uma vegetação que não conhecia, conhece a luz e se encanta com este novo lugar. Este é um acontecimento espacial que precisa de representações próprias.



Figura 33. Representação do primeiro Iny chegando à superfície.

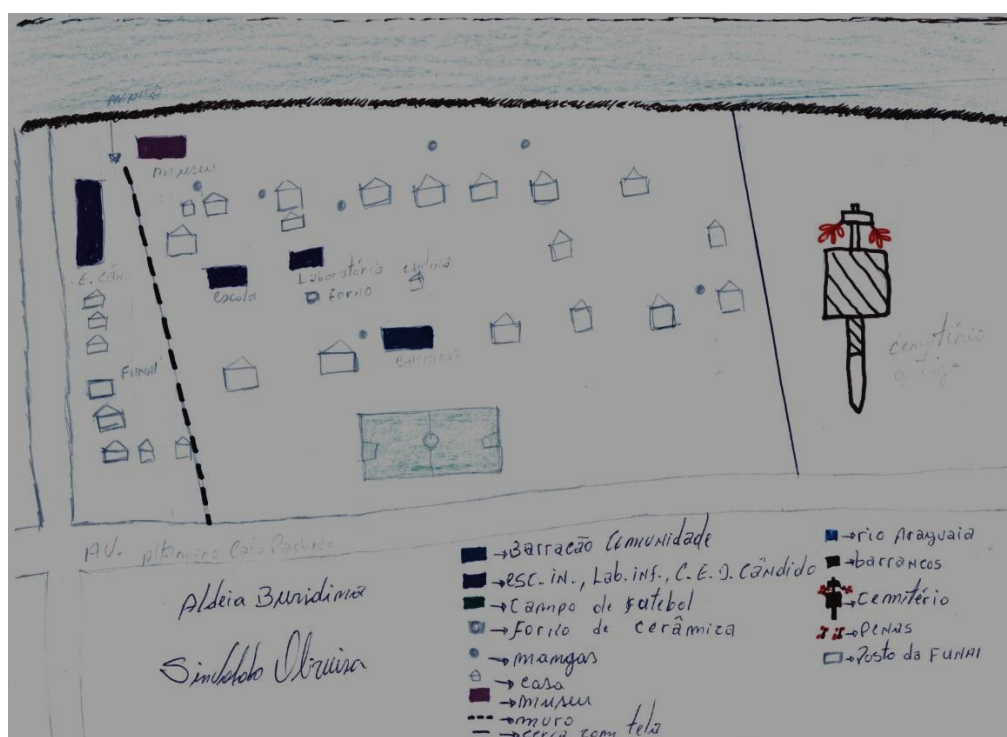


Ilustração: Elly Mairu Karajá (Acadêmico da Turma 2009).

## CAPÍTULO 04 - NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS DA ILHA DO BANANAL E DA BACIA ARAGUAIA- TOCANTINS EM PERSPECTIVA INTERCULTURAL

As imagens realizadas pelos próprios indígenas sobre a espacialidade e as referências de suas aldeias podem ser vistas como temas e devem ser consideradas segundo o contexto em que foram produzidas. Por exemplo, a representação da aldeia de Buridina (Aruanã, Goiás) (Figura 34) traz unidades espaciais cotidianas (casas, museu, escola, barracão da comunidade, campo de futebol, forno de cerâmica, posto da FUNAI, muro, ruas, dentre outros) e rituais como o cemitério que está em uma área de litígio<sup>59</sup>. Este último foi ilustrado no mapa e respectivamente na legenda com um objeto tradicional Iny. Cabe dizer que esta área se encontra numa zona de expansão urbana, entre uma avenida e margem do rio. Como foi visto e discutido, a relação com Rio Araguaia é a referência predominante em todas as representações cartográficas feitas por cada Iny.

Figura 34. Aldeia Buridina (Aruanã – GO).



Fonte: Acervo do Curso de Educação Intercultural do Núcleo Takinahakỹ da Universidade Federal (2007) – Autor: Sinvaldo Oliveira, residente em Goiânia, originário da Aldeia de Buridina - Formato: A4 (29x21cm)

<sup>59</sup> A Aldeia de Buridina encontra-se no estado de Goiás, na margem direita do Rio Araguaia, sua demarcação encontra em litígio, pois a cidade de Aruanã sobrepôs os limites da terra indígena originária. A área do cemitério está invadida por um guarda barco.



Na figura 35 temos um quadro da espacialidade da aldeia de Hawalò (Santa Isabel do Morro), na Ilha do Bananal (TO) onde o contexto é diferente da aldeia de Buridina (Aruanã, Goiás). Nela os aspectos cotidianos têm uma referência com os ambientes naturais e de sobrevivência (as casas, as roças, as árvores, os limites), rituais (a casa de Aruanã, o cemitério) e o Rio Araguaia.

Os indígenas viviam na região que atualmente encontra-se na margem esquerda do Rio Araguaia na cidade de São Felix do Araguaia (MT) e na margem direita na Ilha do Bananal. Em 1927 o Serviço de Proteção ao Índio determina que eles passem para a margem esquerda constituindo a aldeia que por eles é denominada Hawalò e pelos não-indígenas Santa Isabel do Morro, com um dos maiores contingentes populacionais entre as aldeias Iny. As casas mantinham as formações tradicionais enfileiradas e de frente para o rio, sendo apenas a casa de Aruanã mais afastada.

A casa de Aruanã é o local sagrado, na qual somente os homens podem frequentar. Nela ocorrem os ritos de iniciação masculina. A grande festa ritual é o Heterokỹ (festa da casa grande) onde se constrói uma casa grande para os fins rituais, está casa não é permanente e tem que ser construída próxima a casa de Aruanã.

Figura 35. Aldeia Santa Isabel do Morro (Ilha do Bananal - TO)



Fonte: Acervo do Curso de Educação Intercultural do Núcleo Takinahakỹ da Universidade Federal (2007) – Autora: Melícia Wremóia de Mello, residente e originária da Aldeia de Aldeia Santa Isabel do Morro (Ilha do Bananal - TO) - Formato: A4 (29x21cm).

Na figura 36, elaborada por um grupo de alunos Karajá da turma de 2009 do curso de Educação Intercultural é apresentada a parte da relação que existe entre os espaços naturais as aldeias na Ilha do Bananal nas margens do Rio Araguaia. Além de expor a linearidade das construções, a necessidade da vegetação e do rio como referência.

Figura 36. Disposição dos ambientes em uma aldeia na Ilha do Bananal(TO).



Fonte: Acervo do Curso de Educação Intercultural do Núcleo Takinahakỹ da Universidade Federal (2009) – Autores: José Criswy Karajá; Guido Hiwe Karajá; Jurandir Mabulewe Karajá; Iykana Karajá; Ixyjuwedu Karajá, residentes e originários das aldeias de Macaúba e Santa Isabel do Morro (Ilha do Bananal) - Formato: A4 (29x21cm)

Na figura 37 o tema é a Terra Indígena Karajá-Xambioá, que também demonstra a proximidade existente entre os espaços naturais e as quatro aldeias. De um lado, percebe-se que, segundo informações orais, as duas aldeias mais antigas (Xambioá e Kurehê) estão dispostas na forma habitual Iny, à margem do Rio Araguaia. De outro, observa-se que as duas mais recentes (Wahi Lýtỹ e a Hawa-Tymyra) estão na região mais alta da terra Indígena e distante do Rio Araguaia. Vale lembrar que na aldeia Wahi Lýtỹ ainda se vê o rio, mas na Hawa-Tymyra está totalmente envolvida pela área de mata e de roça.

Figura 37. Representação da Terra Indígena Karajá Xambioá (TO).



Fonte: Acervo do Curso de Educação Intercultural do Núcleo Takinahakỹ da Universidade Federal (2009)  
 Autoria: Viviane Karajá e Edivan Guarani, residentes e originários das aldeias *Hawa-Tymyra* e *Wahi Lýtý* na T.I. Karajá-Xambioá - Formato: A4 (29x21cm)

A complexidade do povo Iny é muito maior e está correlacionada a vários mundos: do céu, do fundo e do meio. Ao discutirmos as relações existentes entre os sujeitos que compõem essa comunidade Iny da Ilha do Bananal, autores como Toral (1992), Jacobs (2000), Cavalcanti-Schiel (2005), a partir das narrativas do Karajá, e Rodrigues (2008) no que se refere aos Javaé, propiciam o entendimento das espacialidades vividas pelo Povo Iny.

As referências mitológicas possibilitam a leitura contextualizada dos ambientes e dos territórios na Ilha do Bananal e na Bacia do Araguaia. No caso dos chamados “três mundos”, o nível subaquático mítico está no próprio Rio Araguaia; o mundo da superfície se situa às Rio e na Ilha do Bananal; o nível celeste é visitado pelos xamãs, ou seja, os detentores de saberes culturalmente específicos. Na pesquisa de Toral (1992) os mundos dos Karajá perpassam por

[...] uma região conhecida como *Berhatxi webarò lara* (“as profundezas por detrás das águas”) onde viviam e onde vivem os *inyroko* (“o resto de iny”, gente que fala Karajá), ou os *ijasò*. [...] a terra em que vivem os Karajá, *wasureny* (“a terra de nós todos”) [...] três planos celestes: o mais próximo é o *biurawetyky* (“o espaço onde estão as nuvens”, o “céu”); acima desse nível passa a lua e só então atinge-se o segundo nível: o “lugar” de *Kanysiwè (Kanysiwèisy)*; acima desses planos, lá onde estão as estrelas, está o “lugar onde vive *Xiburè*”, *Xiburèisy* (1992, p. 139).

Na leitura de Jacobs o espaço mítico dos Karajá (*iny tyhy* - gente de verdade) que habitam hoje o *ahana obira* (o mundo de fora), originou-se do *bero hatxi mahādu* (moradores do fundo das águas), ou seja, *bero hatxi* (mundo subaquático). Este é semelhante ao *ahana obira*, no qual segundo Pétesch “[...] fala-se a mesma língua, usam-se os mesmos adornos corporais e as aldeias têm o mesmo esquema espacial comunitário [...] (1992, p. 70 apud JACOBS, 2000, p.28)”. No plano celeste vivem os *biu mahādu* (povo do céu/chuva)<sup>60</sup> localizam se opostamente ao mundo *bero hatxi* e está próximo do sol e mantém relações direta com a chuva. Este lugar é chamado de *biu-e-tyky* (pele do céu) neste local “[...] contém água que seus habitantes, só com o piscar de seus olhos, largam sobre a terra [...] (1992, p. 83 apud JACOBS, 2000, p.29-30)”. Neste plano há muitas semelhanças com o mundo das águas, porém é “[...] uma versão mais perfeita, pois, no céu, não existem monstros (*aōni*); faz mais calor graças à proximidade do sol; as águas dos rios são mais claras e, portanto, enxerga-se tudo e de longe (JACOBS, 2000, p.30)”.

Cavalcanti-Schiel descreve a configuração do universo para os Iny em “[...] três patamares cósmicos sobrepostos, quais sejam, o mundo atrás do fundo das águas, o mundo terrestre e o mundo das chuvas [...]”, a autora denominam os patamares da seguinte forma: *berehatxi* (mundo subaquático), *ahana obira*, (“mundo de fora” ou nível terrestre) e o *biutyky* (“pele da chuva” ou terceiro patamar<sup>61</sup>).

No estudo de Rodrigues (2008) a respeito dos Javaé a autora descreve a espacialidade tripartite do mundo para este povo, correlacionando com o que outros autores referenciaram para os Karajá:

[...] em sua totalidade, dos lugares onde habitam esses personagens cósmicos, argumentando que os Javaé não concebem dois eixos espaciais opostos (um vertical e um horizontal), como sugerem Toral (1992) e Pétesch (1987, 1993a, 2000) em versões diferentes a respeito dos Karajá, mas um único “eixo corporal” – uma vez que o mundo é visto como um grande corpo –, em que a cabeça e os pés do mundo são equivalentes simbólicos, respectivamente, do leste, do rio acima e do nível superior, de um lado, e do oeste, do rio abaixo e do nível inferior, no outro extremo oposto. O espaço aberto em que vivem os humanos terrestres, o *Ahana Òbira*, é definido sempre em relação aos espaços fechados (o nível subaquático e o celeste) que já existiam antes dos humanos do mundo subaquático resolverem conhecer este plano em que vivemos [...] A divisão ternária básica do cosmo entre o *Berehatxi*, um nível subaquático (abaixo dos leitos dos rios) e fechado, o *Biu Wètyky*, o nível celeste, igualmente fechado, e o *Ahana Òbira*, o nível terrestre, aberto e amplo [...] (2008, p. 245 -246).

<sup>60</sup> São os mestres da agricultura; eles controlam o seu ciclo através de todos os fenômenos meteorológicos: chuva, trovões, ventos etc. Também são os mestres do saber terapêutico: é para mundo celeste que os xamãs viajam quando sonham e lá consultam os xamãs celestes (JACOBS, 2000).

<sup>61</sup> Onde *biu*: chuva, *tyky*: pele e também em suas aldeias que vão morar as almas dos xamãs após a morte, além de ser morada de heróis culturais e diversos outros seres (CAVALCANTI-SCHIEL, 2005, p. 46).





Ao representar os mundos a partir dos quais os Iny concebem sua mitologia e seus conhecimentos, podemos perceber que os elementos mitológicos e naturais se sobrepõem, se entrelaçam com as narrativas e como os Javaé se relacionam entre si, com seus antepassados e como deve manter para que haja futuro. Nesta a espacialização possibilita ter uma visão do todo.

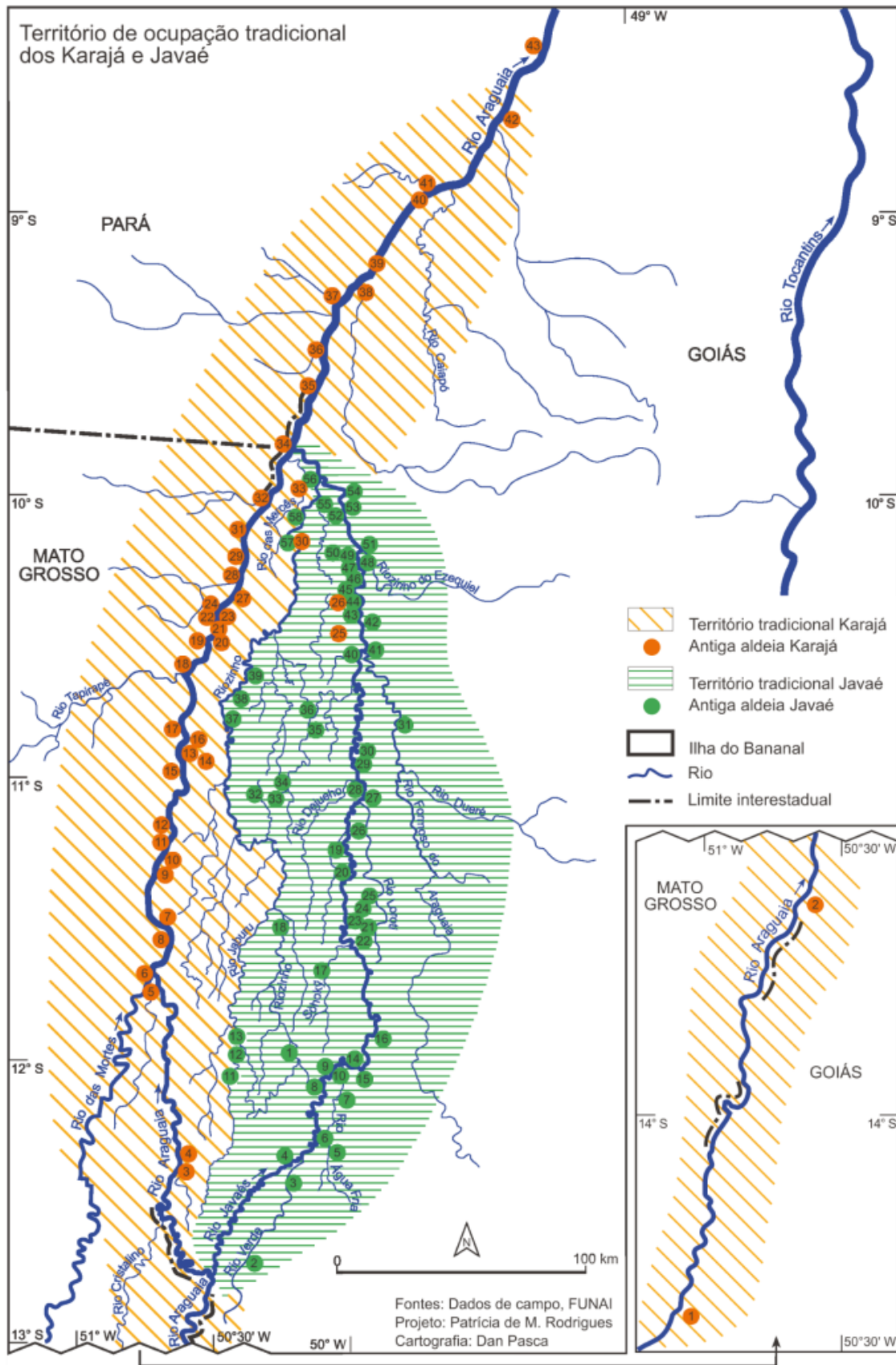
O povo Iny, a partir de suas narrativas e transmissão de conhecimento, permite várias construções cartográficas, haja vista da figura 39 feita por um indígena e a figura 39 na qual Rodrigues (2008) identifica os territórios de ocupação tradicional Karajá e Javaé (Tabela 02), elaborando e ordenando as informações, a partir das características padronizadas como: escala, norte, sistema de coordenadas vinculadas à projeção UTM, limites interestaduais, hidrografia. Nela consta a região ou zona que o povo Javaé circulava estabelecendo a relação cultural e cosmológica apresentada pelos Iny.

Nesta figura se conjugam saberes interculturais, pois a autora não visitou todas as aldeias informadas e não percorreu todo território Iny. Ela contou com vários interlocutores Javaé que detêm esses conhecimentos que lhes foram repassados. Por isso para representar cartograficamente ou espacializar um mapa é precisa dominar muito mais que a técnica e os conceitos acadêmicos.

Outras representações cartográficas da área estão vinculadas aos órgãos governamentais como FUNAI, com a situação de cada Terra Indígena, como é gerida por meio de Coordenações (Anexo 04 e 05). Outra informação espacializada é a situação legal referente ao ano de 2007 pelo Ministério do Meio Ambiente (Anexo 06). Há também informações sobre os povos indígenas disponibilizadas pelo Instituto de Estudos Socioambiental (ISA) que procura sintetizar a situação dos povos indígenas, sua localização e inúmeras outras informações históricas e atuais (Anexo 07).

Diante da amplitude da situação indígena no Brasil, e também considerando a totalidade do mundo Iny, se faz necessário retornarmos ao recorte espacial proposto nesta pesquisa, por isso, discutiremos algumas representações cartográficas da unidade geoambiental da Ilha do Bananal.

Figura 39. Território de Ocupação Tradicional dos Karajá e Javaé.



Fonte: Rodrigues, 2008, p. 46

Tabela 02. Identificação nominal das aldeias antigas, da figura 40, no Território Iny .

<b>Aldeias Antigas Karajá</b>	<b>Aldeias Antigas Javaé</b>
1. <i>Buridina</i> (atual Aruanã)	1. <i>Hurèratya</i>
2. <i>Tÿtahekÿ*</i> (atual Luís Alves)	2. <i>Ijanakatu Hāwa</i>
3. <i>Mÿriwè</i>	3. <i>Tabàlana</i>
4. <i>Wèrè Hāwa</i>	4. <i>Marani Hāwa*</i>
5. <i>Tesè Hāwa</i> (aldeia do Pontal)	5. <i>Kuritiwi</i>
6. <i>Iway</i>	6. <i>Juani</i>
7. <i>Wèrè Tòla</i> (ao lado da atual aldeia Santa Isabel do Morro)	7. <i>Lòreky</i>
	8. <i>Imotxi</i> (atual aldeia <i>Imotxi</i> )
8. <i>Hāwalò*</i> (1) (atual São Félix do Araguaia)	9. <i>Wariwari</i> (antiga)*
9. <i>Waba Hāwa*</i> (atual aldeia <i>Kaxiwè</i> )	10. <i>Hāwariè</i>
10. <i>Botōiry*</i> (atual aldeia Fontoura)	11. <i>Horeni*</i>
11. <i>Hāwalò*</i> (2) (ao lado da atual Luciara)	12. <i>Kuirahakÿ Hāwa</i>
12. <i>Hāwalòlyby</i> (1) (aldeia do Manoel Joaquim)	13. <i>Nōbò</i>
13. <i>Uè Bero*</i> (Crisóstemo de Cima)	14. <i>Kyrysa Hāwa</i>
14. <i>Wèsidò</i>	15. <i>Hedèduraluku*</i>
15. <i>Hāwalòhokÿ*</i>	16. <i>Txukòdè*</i> (atual aldeia <i>Txukòdè</i> )
16. <i>Tòla HakÿHāwa*</i> (aldeia do <i>Krumarè</i> ou aldeia <i>Jatobá</i> )	17. <i>Wyhy Raheto Dijarana*</i>
	18. <i>Walairi</i>
17. <i>Juahurà*</i> (aldeia do Capitão João, atual sede da Fazenda Capitão João)	19. <i>Hautehekÿ</i>
	20. <i>Karalu Hāwa</i>
18. <i>Itxala ou Hāwalòlyby*</i> (2) (atual aldeia <i>Itxala</i> )	21. <i>Wararèkòna</i>
19. <i>Hemylalani*</i> (aldeia do Cadete, atual sede da Fazenda Tapiraguaiá)	22. <i>Syrahakÿ</i>
	23. <i>Kywakoro</i> (aldeia <i>Jatobá</i> )
20. <i>Inÿsèdyna*</i>	24. <i>Raraòky</i>
21. <i>Urà Hāwa*</i> (aldeia Ponta da Ilha)	25. <i>Hāwarahedà</i>
22. <i>Nana Birè*</i> (Morro de Areia)	26. <i>Bòtòrèriòrè</i>
23. <i>Bèdu Hāwa*</i> (atual aldeia Macaúba)	27. <i>Wajukabà</i>
24. <i>Ètèhōry Hāwa*</i> (ao lado do antigo Furo de Pedra)	28. <i>Hatòmòkò</i>
	29. <i>Waderikò</i>
25. <i>Latèni Ixena*</i>	30. <i>Kunahija</i> (ou <i>Latèni Ixena</i> depois)*
26. <i>Narybykò(1)</i>	31. <i>Asukò</i>
27. <i>Utaria Wyhyina*</i>	32. <i>Hārikò</i>
28. <i>Tÿtè Ijò*</i> (Crisóstemo de Baixo)	33. <i>Narybykò(1)</i>
29. <i>Ijòrò Tòbò Hāwa*</i>	34. <i>Hārewèkò</i>
30. <i>Narybykò(2)</i>	35. <i>Manaburè</i>
31. <i>Bidinaò Hāwa*</i> (Antônio Rosa)	36. <i>Hāriwatò</i>
32. <i>Rènòà*</i> (ao lado do atual Lago Grande)	37. <i>Kòbyryra Tèburena</i>
33. <i>Wodo</i>	38. <i>Hāriwatòrikòrè</i>
34. <i>Hāwarahedà*</i>	39. <i>Walu</i>
35. <i>Dòrè Taina</i> (atual Barreira das Princesas)	40. <i>Iròdu Iràna*</i>
36. <i>Hirè Bero*</i> (atual Barreirinha)	41. <i>Bòròrèwa*</i>
37. <i>Èhyho*</i> (atual Barreira de Campo)	42. <i>Kòtèburè*</i>
38. <i>Hāwalora</i> (atual Caseara)	43. <i>Txireheni*</i>
39. <i>Way*</i>	44. <i>Kòtu Iràna</i>
40. <i>Matukari Dò</i>	45. <i>Oxiani</i> (aldeia Ponta da Ilha)*
41. <i>Hore Ijòti*</i> (atual Santa Maria das Barreiras, antiga Barreira de Santana)	46. <i>Narybykò(2)</i>
	47. <i>Nibò nibò</i>
42. <i>Wèriòkò</i>	(*): sítios das aldeias que Rodrigues visitou “in loco”.
43. Nome desconhecido	

Fonte: adaptação de Costa, 2014 de Rodrigues, 2008, p. 43 e 45.



#### 4.1. Narrativas e representações da relação do povo Iny com a Ilha do Bananal

Numa abordagem contemporânea, a relação natureza e sociedade contempla “[...] dois “polos epistemológicos” que se abrigam no interior desse complexo, vasto e heterogêneo campo denominado Geografia: o “polo” do conhecimento sobre a natureza e o “polo” do conhecimento sobre a sociedade” (SOUZA, 2013, p.25). O percurso que a ciência geográfica vem trilhando para entender o espaço geográfico e social pode nos ajudar a ler essa complexa unidade geoambiental e étnica denominada Ilha do Bananal. Na concepção de Marcelo Lopes de Souza entende-se

[...] espaço social como aquele apropriado, transformado e produzido pela sociedade. Com isso, fica claro que não se está falando de um nível de abstração como das conceituações de espaço dos matemáticos, dos físicos e de vários filósofos (como Immanuel Kant, por exemplo). Assim como o espaço geográfico, em uma primeira aproximação, e que igualmente precisará ser complementada, à superfície terrestre apropriada, transformada e produzida pela sociedade. [...] (2013, p.22)

As reflexões sobre o espaço geográfico e social vão ao encontro da realidade da unidade geoambiental da Ilha do Bananal, pois os aspectos físicos são singulares e a relação étnica e social do Povo Iny secularmente estabelecida permite abordar os dois polos epistêmicos de conhecimento sobre a natureza e a sociedade, além da relação construída e estabelecida com o entorno. Os aspectos físicos da Ilha foram apresentados neste trabalho no primeiro capítulo e a sociedade no segundo capítulo, ainda de forma um tanto dicotômica. Nesta seção apontaremos como outras pesquisas têm abordado os aspectos geográficos e sociais, utilizando outros recursos que enriquecem a perspectiva intercultural.

Rodrigues (2008) aponta a relação entre os espaços cosmológicos, sociais e territoriais a partir de narrativas do povo Javaé. A partir do mito de *Tanyxiwè*, autora resume em seu trabalho sobre como o herói Iny, que está presente em várias narrativas<sup>64</sup>, vivencia distintas experiências nos mundos povo Iny:

Após a conquista do sol por *Tanyxiwè*, alguns povos que viviam na escuridão do fundo aquático entusiasmaram-se para conhecer o *Ahana Òbira*, este espaço aberto, amplo e desde então muito claro. Com exceção dos poucos que já estavam aqui antes da saída dos *Ijèwèhè*, ancestral de *Tanyxiwè*, todos os outros povos que saíram de baixo para cima (ou de dentro para fora) fizeram-no depois que o mundo terrestre foi iluminado. Algumas das passagens entre os dois mundos são conhecidas como *iny òlòna* (“lugar de saída ou surgimento dos humanos”), referindo-se aos locais exatos, existentes até hoje, de onde saíram os ancestrais dos Javaé atuais. Para cada saída há uma narrativa mítica, pois cada povo que saiu trouxe algo diferente e tinha suas peculiaridades. Muitos saíram por causa do sol, outros por causa das comidas diferentes, outros ainda por curiosidade [...] (2008, p. 66).

<sup>64</sup> Um delas está em Baldus (1963) (Anexo 10).

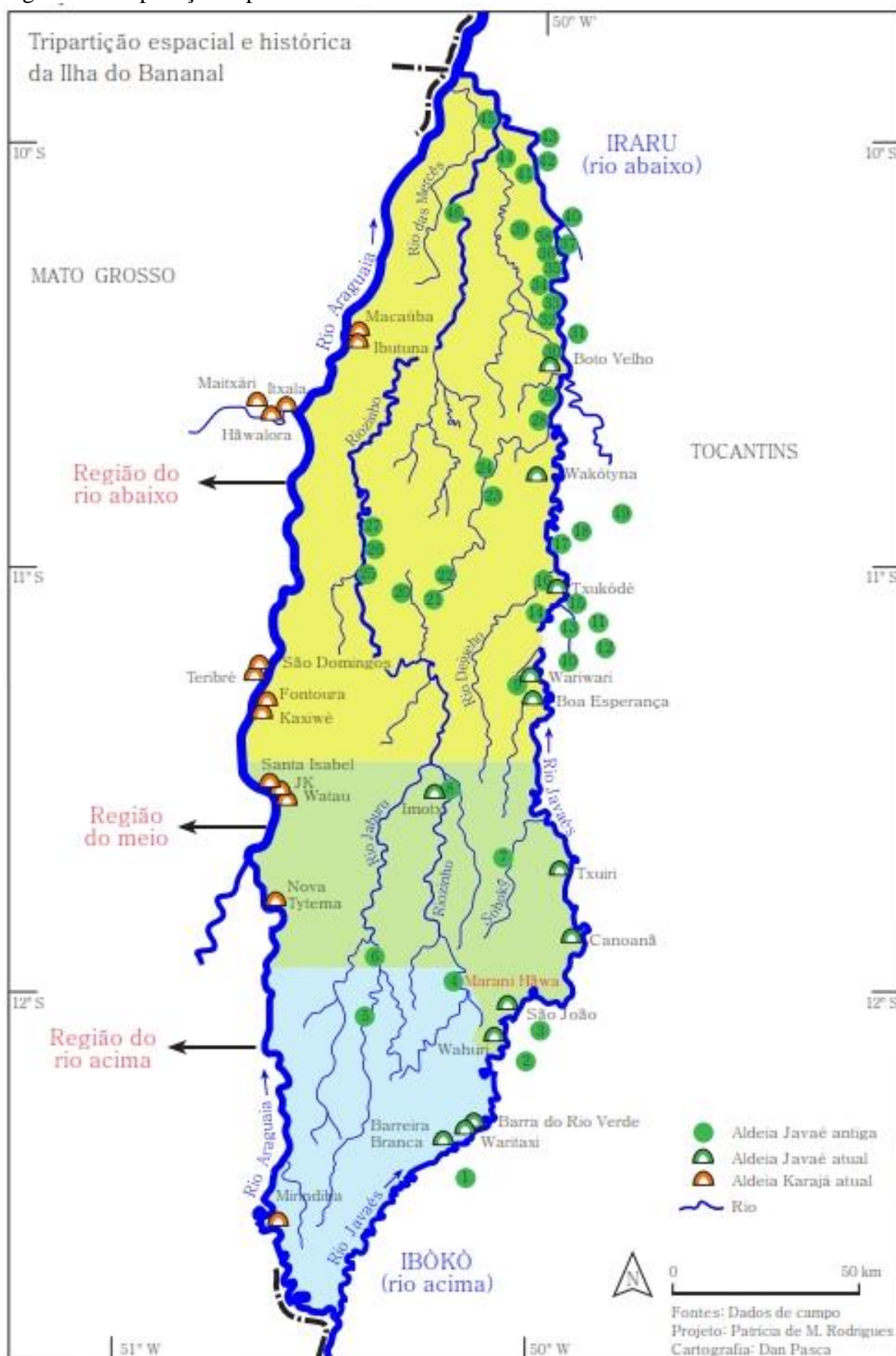
Essas narrativas indicam a relação do Povo *Iny* com seus espaços e os outros povos que eram denominados de “[...] *ixyju*, povos ‘estrangeiros’ que tinham outra língua ou outros costumes. Entre os *ixyju*, alguns saíram do Fundo das Águas, mas outros saíram “da terra mesmo” ou já estavam por aqui [...] (*idem*)”.

A tripartição proposta pelas narrativas Javaé (*iraru mahādu* – “rio abaixo”; *itya mahādu* – área central; e *ibòkò mahādu* – “rio abaixo”) e espacializada por Rodrigues (2008), em “rio acima”, do meio e abaixo. Esta divisão assemelha-se à segmentação entre alto, médio e baixo Araguaia proposta por Latrubesse & Stevaux (2002), ou seja, onde a relação social corresponde às características geoambientais. O rio Araguaia está interconectado ambiental, econômica, social, cultural e cosmologicamente com todos os atores indígenas que nele vivem. Mesmo sem haver interlocução entre o trabalho dos geólogos e da antropóloga podemos afirmar que, tendo em vista o caso em estudo, os espaços sociais permitem apreender e reaproximar os polos epistêmicos de conhecimento sobre a natureza e a sociedade.

Outro fato que a figura 40 elaborada por Rodrigues (2008) nos indica é a diminuição do contingente populacional e o recuo espacial ao compararmos as representações de 46 aldeias antigas em relação às 13 aldeias atuais. No contexto Javaé eles alteraram as localizações deixando o interior da ilha para viver nas margens do rio Javaé.

Esses saberes são somados a cada encontro e a novas pesquisas: Ricardo Tewaxi Javaé (2009) que estudou com um ancião, o Sr. *Burahi* Javaé sobre os nomes das curvas do rio Javaé (*Bero Biawa*), outra forma de agregar conhecimento como, por exemplo, a curva do trecho entre as aldeias *Twiri* e *Wari-Wari* se chama *Budòè Ròna*. As praias, além de serem locais de moradia no verão, recebem nomes e narrativas reaproximando os polos epistêmicos de conhecimento: são natureza e são sociedade.

Figura 40. Tripartição espacial e histórica da Ilha do Bananal.



Fonte: Rodrigues, 2008, p. 67

Outra construção de saberes Iny que pode ser espacialmente referenciada são os mitos de origem onde os Karajá e Javaé indicam os pontos nas quais os primeiros Iny saíram do fundo das águas. Apresentaremos duas narrativas uma construída por professores/estudantes da Educação Intercultural<sup>65</sup>. A primeira é a elaborado por Ruruca Javaé e Samuel Ioló Javaé

*O povo Javaé veio da família Tòlòra, que vivia no fundo da água, e veio na direção do canto triste de Gavião Siȳ. Javaé veio do fundo da água, morava e sobrevivia sem trabalhar, reproduzia sem relação sexual. Antes de Tòlòra sair, o Ijanaatu viviam na Ilha do Bananal e era órfão, e o povo do Nabio, que por sua vez humilhavam o velho Ijanaatu no seu lago, portanto, os seus netos descobriram a humilhação que acabou na tragédia do povo Nabio. E ficou gavião que era criação deles, e todos os dias de manhã, meio dia e a tarde cantava. Com a trajetória do povo Tòlòra, alguns deles vieram na direção do canto triste do gavião, ao Ahana òbira o mundo do meio, ele achou muito e ficou apreciando o vento, o sol, frutos. Voltou para o fundo levando a prova que ele tinha encontrado um novo mundo paraíso. Ele comentou para o povo e se interessaram vir ao novo mundo Ahana òbira para ver o lugar se era mesmo paraíso. Tòlòra gostou e Koboï não gostou, porque o mundo era vida que tinha limite. Tòlòra então ficou com o seu povo e veio saindo, falando de todas as comidas que tinham abaixo do leito do rio. Saíram no meio da ilha e moravam muitos tempos naquele lugar. Tòlòra era Iòlò, que a aldeia dele não tinha briga, fofoca, mas que gostava da festa de Hetohok̄ȳ e de Aruanã, portanto ele não tinha xamãs. Todos os povos que tinham na Ilha do Bananal iam à aldeia do Tòlòra, pois eles aceitavam e valorizavam a cultura do chegante, primeiro contatos que Tòlòra teve com o povo Wèrè. Iny com decorrer do tempo foram se mestiçando até que enfraqueceu a cultura. Hoje o povo Javaé têm a cultura que pegou um pouco de cada e formou esse que temos. Javaé também perdeu a sua língua de origem, mas ficou com a língua do povo Wèrè, não se sabe porque se era etnocêntrico a sua cultura (JAVAÉ & JAVAÉ, 2009).*

Nesta narrativa fica explicitada a relação espacial com o fundo da água, o lagos e o interior da ilha, além de apresentar novos personagens mitológicos e o contexto que se inserem na cosmologia Javaé. A segunda narrativa foi elaborada por Cláudio Ijani Karajá, Elly Mairu Karajá, Fernando Hadori Karajá Augusto Kuraha Karajá e Eva Lima Kawala Karajá:

*Os iny acreditam muito que vieram do fundo do rio por isso, o povo iny tem muita ligação com o Rio. Disse que lá no fundo do Rio era um lugar bom, tinha de tudo por lá. Certo dia, um dia muito bonito, dois amiguinhos [...] chamados Karajá chamado Samawe [e] Wasabedu foram passear na mata com faziam direto, só que por curiosidade. Resolveram caminhar no trieiro diferente e desconhecido, por eles seguiram esse caminho só para ver aonde ia sair esta estrada [. Caminharam] quase o dia todo a família dos jovens ficavam preocupados com eles. Os Sanawe e o Wasabedu essas horas do dia eles estavam saindo pra cá, aqui fora do Rio. E eles viram muitas novidades, comeram frutas, passearam na praia viram pássaros e matas. No final da tarde eles voltaram para aldeia deles, no dia seguinte eles contaram as novidades que encontraram um paraíso, para o seu povo, contaram*

<sup>65</sup> Elaboradas em 2009 no tema contextual “Natureza, Homem e Meio Ambiente”, por mim ministrado juntamente com o Prof. Dr Alex Ratts. Os professores/estudantes as escreveram como atividade avaliativa para o tema “a origem do Povo Javaé Iny Mahādu Olóna”. O texto foi transcrito como foi redigido. Fiz pequenos acréscimos que estão entre colchetes.

*que o lugar era mais bonito do que o deles, tinham de tudo, que aqui não tem, e iremos convidar o Kboi para conhecer esse lugar. O primeiro convite o Kboi não aceitou alegando que é muito longe, e depois ele era velho demais e no segundo convite ele foi convencido [a] conhecer esse paraíso, então ele reuniu só homens e vieram. Chegando na saída o lugar de passar era um buraco bem estreito, que iria dar problemas para eles. porque o Kboi era bem gordo, os companheiros dele tentaram de varias maneiras, mas infelizmente não conseguiram que o líder saísse do Buraco, mas ele apontou o pescoço para fora do buraco e foi suficiente para definir o futuro aqui fora. Ele olhou para o quatro cantos da terra. E falou assim: opa aqui tem morte, olha-lá um veado morto, um pé coco Tucum seco, arvore morta, tem desmatamento, muita poluição. Então aqui não a futuro, quem quiser mim acompanhar, estou voltando para trás, os iny que voltaram com o Kboi viraram peixe e os iny que conseguiram sair pra fora do buraco que é os Karajás de hoje. [sic] (Karajá, et al. 2009)*

A espacialidade do mito de origem Karajá apresenta a relação com fundo da água, o novo lugar, as questões familiares e o respeito pelo líder. Este conseguiu discernir que não era bom viver na superfície, pois aqui tinha morte e seu dever era proteger seu povo. Porém um grupo já havia saído e não pode mais voltar. A localização atual deste ponto mitológico é um conhecimento transmitido pelas gerações da cosmologia Iny.

Segundo Rodrigues (2008), para os Javaé, a Ilha do Bananal é o lócus de muitas origens: do Povo Iny; dos humanos e o lugar onde surgiram as bananas (*Ijata Òlona*) que são nativas e originou o nome daquela unidade geoambiental. Este bananal está relacionado à origem mítica dos parentes de *Tòlòra* que se localizam na área de *Marani Hāwa* próximo ao Lago do Bananal<sup>66</sup>.

A atividade que resultou nas narrativas acima eram complementadas com uma exposição oral, onde os grupos apresentavam ou quais os lugares míticos para os Javaé e para os Karajá que são comuns e/ou distintos, o que também pode ser identificado na pesquisa de Rodrigues (2008). Para os Javaé a saída para superfície fica próximo à atual aldeia de Canoanã e para os Karajá local mítico é *Inysèdyna* próximo a região da aldeia Macaúba (Figura 41). Segundo Toral (1992) há um lugar único de dispersão do Povo *Iny*, mas nas narrativas de muitos Karajá aponta esse duplo local mítico para reforçar as áreas “core” de suas ocupações.

Nas análises anteriores temos a referência espacial e mitológica caracterizando a construção dos conhecimentos Iny acerca da Ilha e do Rio. Agora faremos uma discussão sob a ótica dos relatos de não indígenas no que diz respeito aos limites e transformações a unidade geoambiental da Ilha do Bananal enquanto unidade de conservação.

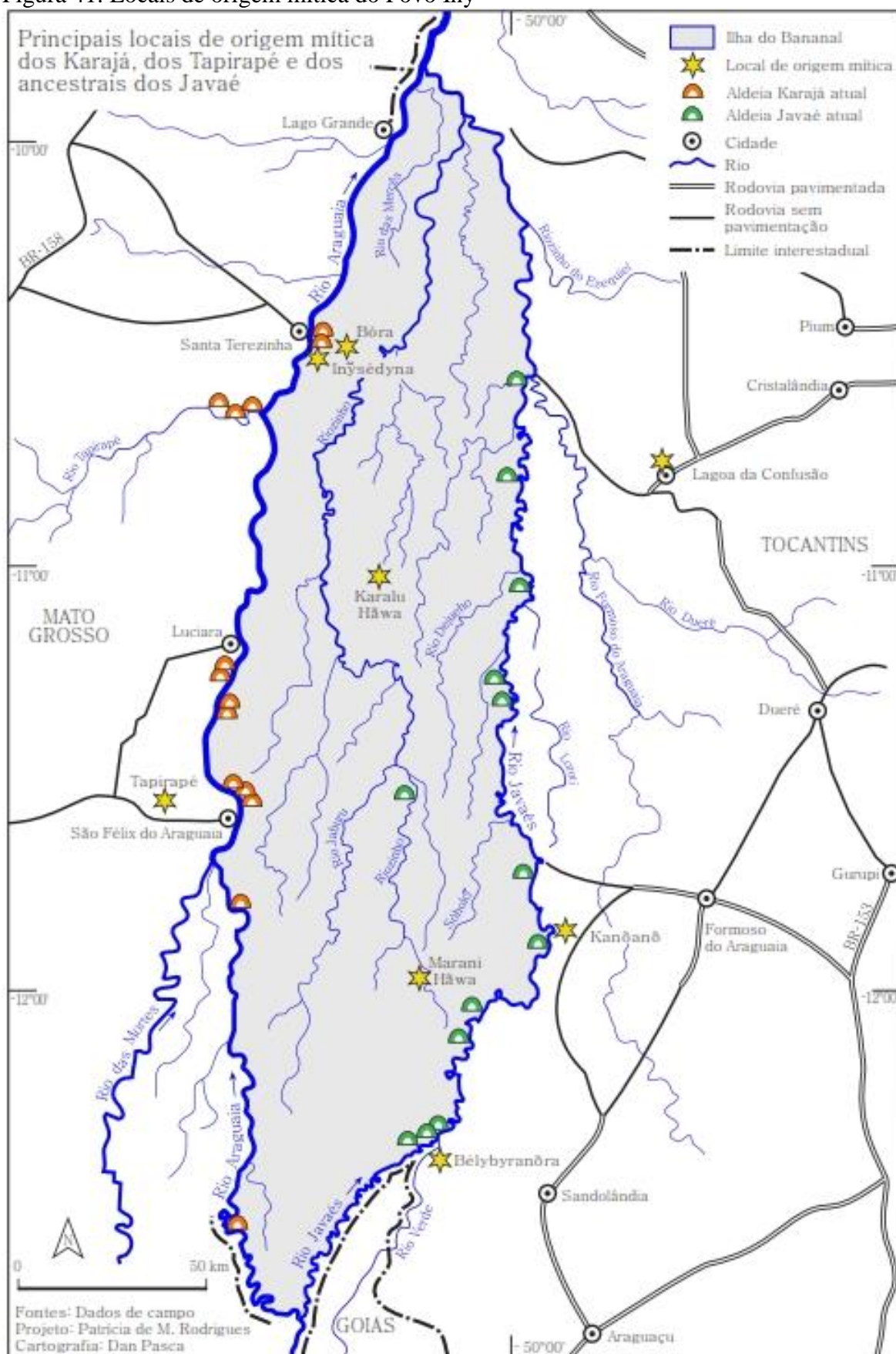
<sup>66</sup> Rodrigues (2008) relata “tanto os Javaé quanto os posseiros mais antigos da ilha dizem que o bananal, com espécies diferentes e muito altas, era imenso até os anos 1960, tendo sido drasticamente destruído pelo gado (...). Quando estive lá, em 1997, foi difícil achar o bananal, ainda muito alto, mesmo acompanhada por um guia Javaé [...], de tão reduzido que estava”

Rodrigues resumiu os marcos legais que redefiniram a Ilha do bananal enquanto territórios superpostos entre demandas ambientais e indígenas:

[...] seria a criação – pelo Presidente Juscelino Kubitschek – do Parque Nacional do Araguaia em 31.12.1959, instituído pelo Decreto nº 47.570, cuja área correspondia à totalidade da Ilha do Bananal. Em razão de sua importância extraordinária, a Ilha do Bananal, dotada de uma biodiversidade única e riquíssima, foi incluída pelo Brasil na Lista de Zonas Úmidas de Importância Internacional. A lista integra a Convenção Relativa às Áreas Úmidas de Importância Internacional, conhecida como “Convenção de Ramsar”, um acordo de cooperação internacional datado de 1971, destinado à proteção de zonas úmidas e aves aquáticas em todo o mundo, que foi ratificado pelo Brasil em 1996 (Decreto nº 1.905, de 16.5.1996). Em 1971, a Ilha do Bananal seria dividida entre o Parque Nacional do Araguaia (PNA), ao norte, com 460.000 ha (Decreto nº 68.873, de 5.7.1971), destinado à proteção ambiental, e o Parque Indígena do Araguaia (PIA), com cerca de 1.540.000 ha (Decreto nº 69.263, de 22.9.1971). Em 1973, um novo decreto (71.879, de 1.3.1973) retificaria os limites entre os dois parques [“onde se lia ‘paralelo 10° 5’ de latitude sul, (...) passasse a ler ‘paralelo 10° 50’ de latitude sul”], de modo que a aldeia Macaúba, dos Karajá, ficaria fora da nova área do Parque Indígena, diminuída para 1.433.000 ha. Nova retificação é feita em 1980 (Decreto nº 84.844, de 24.6.1980), diminuindo mais uma vez a área indígena, que passa a totalizar 1.395.000 ha. Desta vez, corrige-se o erro anterior, incluindo a aldeia Macaúba na área indígena, mas se deixa de fora a aldeia Boto Velho e região vizinha, dos índios Javaé [...]. O Parque Indígena do Araguaia passou a ser conhecido como Terra Indígena Parque do Araguaia em 1998, depois da homologação da sua demarcação administrativa (RODRIGUES, 2008, p. 171).

Observa-se, em mais de 20 anos, uma contradição na definição entre Parque Nacional e Parque Indígena. De fato, há um conflito entre direitos ambientais e direitos étnicos que se prolonga nas décadas seguintes como se pode ver na figura 41, elaborada pela mesma autora. A questão sobre o território da Ilha do Bananal sempre foi sua localização estratégica, desde período colonial onde ter acesso ao Pará pelo Rio Araguaia era muito importante, além da localização há diversidade de fauna e flora sem dúvida estimularam as medidas protecionistas dos gestores federais (Figura 42).

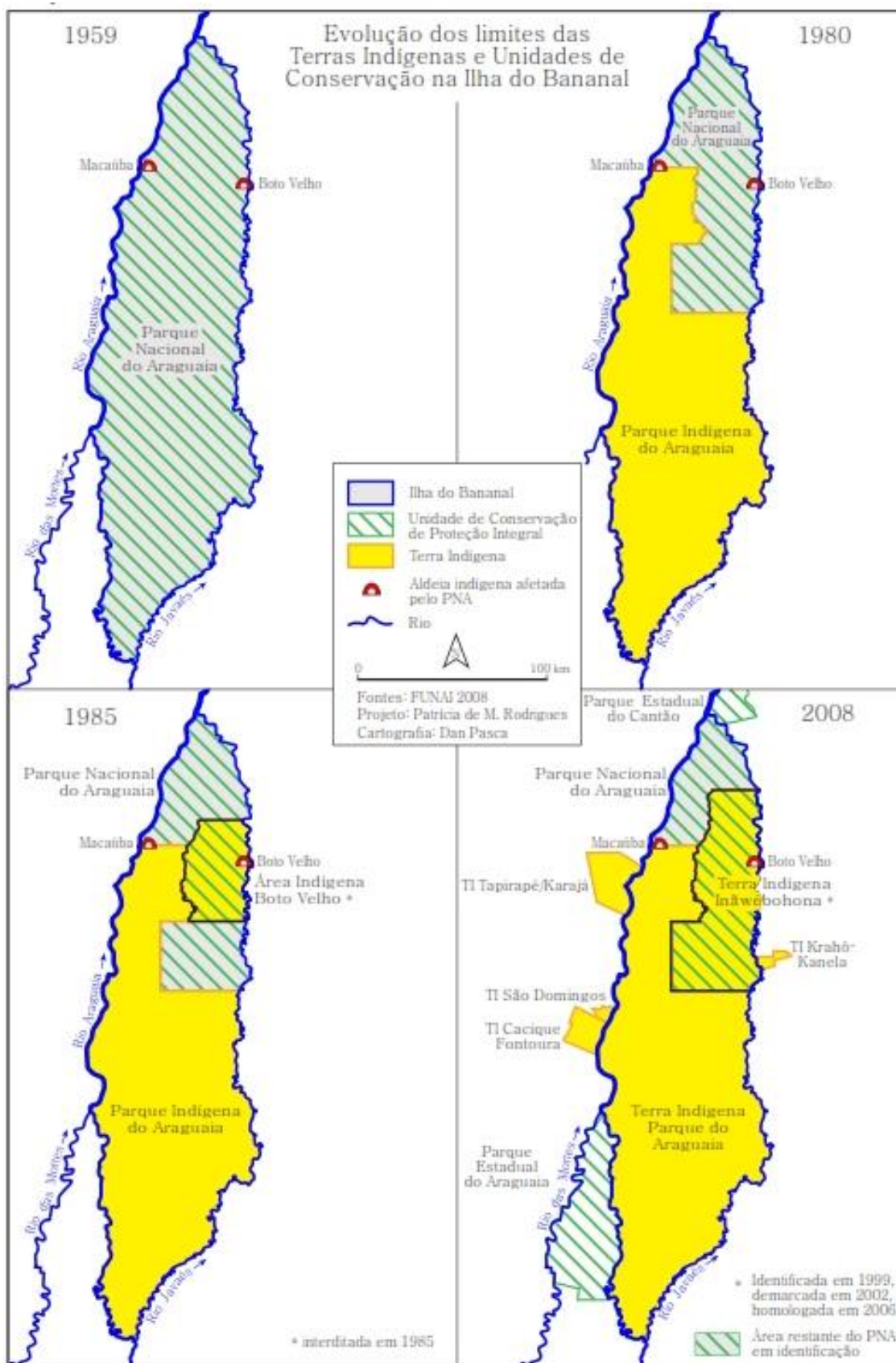
Figura 41. Locais de origem mítica do Povo Iny



Fonte: Rodrigues, 2008, p. 50



Figura 42. Evolução dos limites das Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Ilha do Bananal



Fonte: Rodrigues, 2008, p. 172

Segundo Mariléia O. Bispo (2012) a FUNAI iniciou por meio do despacho da presidência nº 72 de 26/11/99, os procedimentos referentes aos estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Inãwébohona (na qual situam as aldeias: Boto Velho, Txuodé e Waotyña) e em 2005 homologa esta área coincidindo a área do Parque Nacional do Araguaia com a Terra Indígena Inãwéborona<sup>67</sup>.

Bispo estabelece outra leitura sobre a Ilha do Bananal, pois a sua ótica parte da Educação Ambiental, com ênfase nos sujeitos que residem na Ilha e no seu entorno no Estado do Tocantins, visando relacionar com este local as múltiplas territorialidades e as representações construídas nesta prática educativa nas escolas públicas de entorno da Ilha dos municípios de Pium, Cristalândia, Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão. A autora tinha também como objetivos específicos “compreender as relações das comunidades do entorno da Ilha do Bananal, os moradores e gestores do PARNA do Araguaia, a partir das suas representações sobre a própria Ilha do Bananal [...]” (2013, p. 15).

A autora conclui que precisa ampliar o diálogo entre a população do entorno com os indígenas, pois as relações territoriais e culturais são diferentes e o desencontro se torna visível quando as questões econômicas entram em jogo. Para os retireiros, proprietários rurais e outros, em nome do desenvolvimento não se pode restringir o uso de uma extensão territorial como da ilha a apenas um grupo, no caso os indígenas, e impedir o crescimento da região. Por isso Bispo tenta propor que por meio da educação ambiental encontre um denominador comum que sabemos que é em grande parte difícil de alcançar em face das relações desiguais e de distintas concepções de direitos.

Como vimos, a Ilha do Bananal em sua relação com o povo Iny é alvo de estudos e ações distintas, que nem sempre contemplam os conhecimentos do grupo, sobretudo as narrativas míticas, estudadas por antropólogos(as) e linguistas.

## **4.2. Outras leituras cartográficas**

A unidade geoambiental da Ilha do Bananal é um exemplo em que espaço geográfico e social é indissociável da cultura, principalmente ao agregar os conhecimentos e o ponto de vista do povo Iny. Como apresentado no item anterior a cosmovisão deste povo está espacialmente ligada a esse ambiente e território. Essa reflexão caminha junto a Seemann (2005b) que a formula a partir de outros autores

---

<sup>67</sup> Neste trabalho a caracterização desta área foi apresentada no capítulo 02, no item que se remete ao Povo Iny e está representada nas figuras 14, 15 e 16 e na tabela 01.

Espaço e cultura são indissociáveis, porque não há sociedades que vivam sem espaço para lhes servir de suporte (Claval, 2001, p.207). O ser humano se compreende pelo ambiente que habita, e habitar um lugar significa conhecê-lo, transformá-lo e humanizá-lo (Bonnemaison, 2000, p.39). Trata-se de um espaço cultural, “que se determina tanto por sua dimensão territorial como por sua dimensão histórica” (Bonnemaison, 1981, p.255) [...] (idem, p.209).

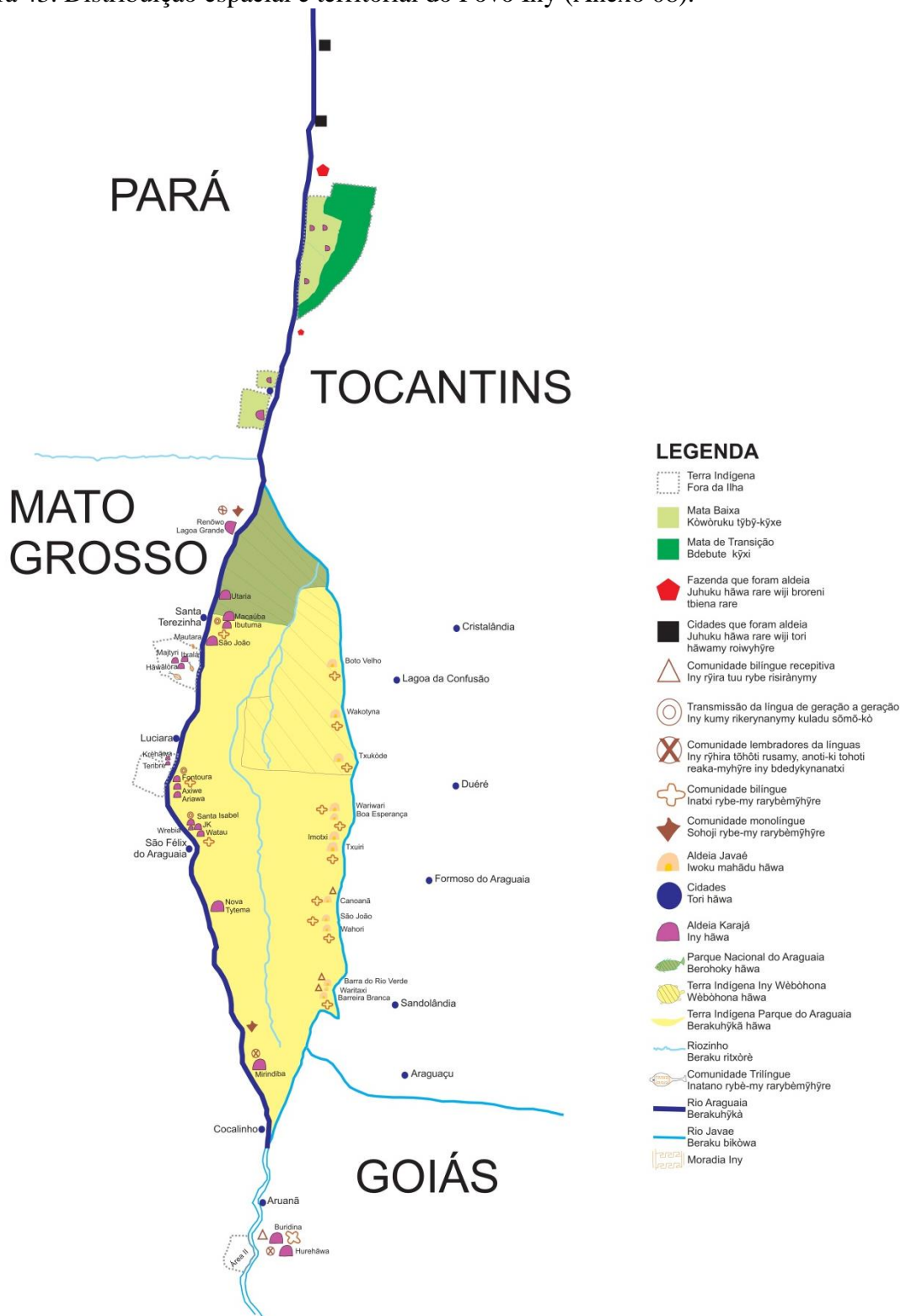
Diante dessas abordagens, problematizar os lugares e suas nomeações, a toponímia, é uma atividade humana que tem como sentido organizar, orientar e referenciar as relações existentes entre grupos sociais e étnicos e seus espaços. Contudo, Seemann afirma que nas principais pesquisas e análises sobre topônimos estão restritos aos contextos linguísticos e históricos originários, assim “[...] sem levar em conta que a denominação dos lugares é, de fato, um processo político-cultural que merece uma análise mais detalhada do que o registro dos nomes atribuído às localidades (2005)”. No contexto ocidental e não-indígena a nomeação dos lugares de acordo com referências de pessoas e grupos, em relações de poder. Muitos topônimos mantêm as denominações populares, mas outros são definidos pelos poderes executivo e legislativo, partindo de concepções vindas, em geral, das elites.

Seeman tem como referência o contexto do estado do Ceará, porém na área de estudo, percebe-se que as aldeias foram renomeadas pelas correspondências em português, como pode ser exemplificado no caso da aldeia de Santa Isabel do Morro que em inyubé (língua materna) é Hawalò e aldeia Macaúba é Heryri Hãwã.

O mesmo autor aponta que a interpretação do significado dos nomes dos lugares é um processo construtivo de identidade e territorialidade. No percurso histórico-cultural do Povo Iny a compreensão do espaço e da cultura são elementos fundamentais que na manutenção e salvaguarda dos conhecimentos. Os rios que os Iny conhecem como *Berohokỹ* e *Beroriore*, tem para a sociedade nacional, as denominações de Rio Araguaia e Rio Vermelho, mas esta não é uma simples diferença de nomes e sim de conhecimentos que incluem outras referências espaciais.

Na figura 43 estão referenciados localizações e contextos histórico-culturais do Povo Iny em todo seu território. Nesta representação elaborada por mim, a partir de outros desenhos e mapas feitos pelos estudantes Karajá, estão fazendas e cidades que foram aldeias antigas; comunidades monolíngues, bilíngues e trilíngues e as relações existentes de manutenção, recepção e transmissão; aldeias Karajá e Javaé e os limites definidos pelos não-indígenas (parque, terra indígena, cidades). Esta representação somente foi possível após alguns anos de trabalho conjunto tendo como cenário o Curso de Educação Intercultural, tornando-se inclusive um material que compõe o atual Projeto Político do Curso (PPP-HAWALÒ/JK, 2014).

Figura 43. Distribuição espacial e territorial do Povo Iny (Anexo 08).



Elaboração Gráfica: Kênia G. Costa, 2010

Fonte: PPP-HAWALÔ/JK, 2014, p12. (Elaboração: Kênia Gonçalves Costa, 2010).

O ato de denominar os lugares implica em processos de apropriação do espaço, referência e orientação, pois a distribuição espacial dos topônimos, seu contexto histórico-político e seu significado na representação cartográfica pode apresentar caminhos para uma possível construção de saberes transdisciplinares e interculturais. Segundo Paul Claval

[...] todos os lugares habitados e um grande número de sítios característicos na superfície da Terra têm nomes – freqüentemente há muito tempo. A toponímia é uma herança preciosa das culturas passadas. Batizar as costas e as baías das regiões litorâneas foi a primeira tarefa dos descobridores [...]. O batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns aos outros a se referenciar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço [...] (2001, p. 189 apud SEEMANN, 2005, p. 209).

Nesta relação entre os nomes e posse simbólica e real do espaço permite que o Povo Iny possa assinalar no ambiente e no território sua identidade, com isso estabelecendo caminhos para transmissão dos conhecimentos. A espacialidade do Rio Araguaia, do Rio Javaé e assim da Ilha do Bananal podem ser apreendidas com os recentes materiais paradidáticos elaborados pelos estudantes do curso de Educação Intercultural, que dentre a narrativa do surgimento do povo abordam como a apropriação do espaço também existe desde primórdios desse grupo.

A relação de conhecimento do espaço se destaca em uma ilustração da aldeia de Boto Velho (Figura 44), feita por Ademir Kurisiri Javaé<sup>68</sup>, para o livro “*Iròdu Rubu*” (PIMENTEL DA SILVA & OLIVEIRA, 2011), pois nomes de lagos fazem menção a não-indígenas que ali se estabeleceram um muito tempo, a exemplo: lago do Ilizeu; do Piauí; do Leonilda e do Natalino; do Boi.

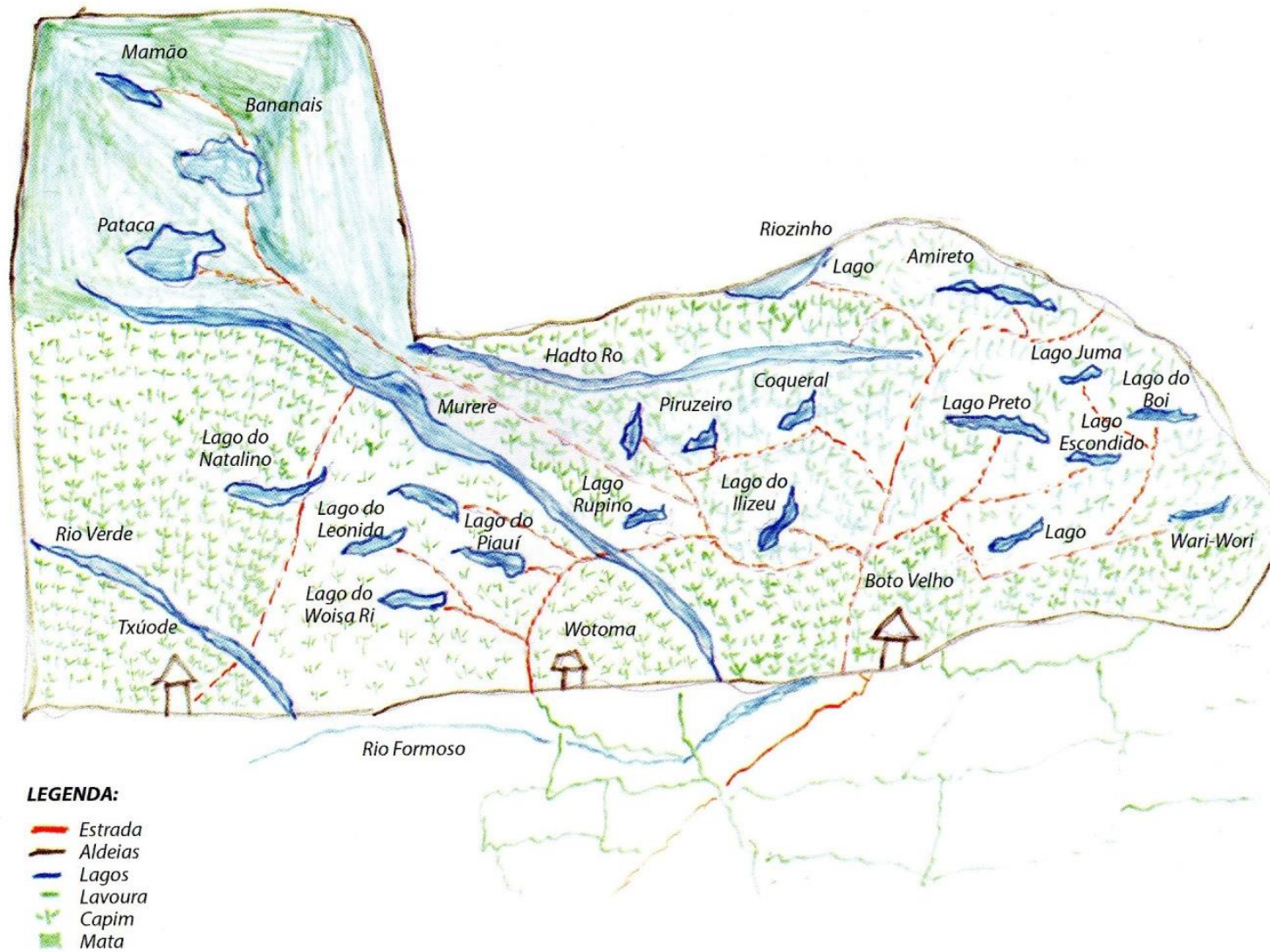
A relação espacial e cultural na Ilha do Bananal pode ser evidenciada também na figura 45, elaborada pelos estudantes Karajá, nas etapas em terras indígenas do comitê Karajá, coordenado pela a Prof. Dra. Maria do Socorro Pimentel da Silva, que definem a localização das aldeias antigas, locais atuais (cidades, fazendas, aldeias), parque, terra indígena, rios e lagos, vale salientar o uso da língua materna.

---

<sup>68</sup> Aluno da turma de 2007, professor e residente na aldeia Boto Velho.



Figura 44. Lagos do território indígena de Boto Velho



Fonte: PIMENTEL DA SILVA & OLIVEIRA, 2011, p.38

Figura 45. Localizações e contexto histórico-cultural do Povo Iny na Ilha do Bananal.



Fonte: Atividade em Terras Indígenas do Comitê Karajá (Elaboração: Kênia Gonçalves Costa, 2010).



## A CAMINHO DE ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa inicia com uma grande viagem como docente e depois como pesquisadora tendo em vista a unidade geoambiental da Ilha do Bananal e aproximação com os conhecimentos e saberes do povo Iny (Karajá e Javaé) como docente e como pesquisadora.

A cartografia foi o fio condutor dos estudos realizados por mim até este momento. O rio Araguaia está presente de distintas formas, inclusive em trabalhos de outros autores como Bayer (2002), Vieira (2002), Motta (2005) e Morais (2002).

Os professores/estudantes Iny da Educação Intercultural sempre permitiram estabelecer diálogos, trocas com afinidades, o que acrescentou bastante ao conhecimento prévio, mas parcial que eu tinha da área em que o grupo vive e compartilhava a relação com o Rio Araguaia. Posteriormente conheci parte da cosmologia, compartilhava das questões e lutas pela salvaguarda dos ambientes singulares da bacia hidrográfica Araguaia-Tocantins.

Como disse anteriormente, atuei em vários temas contextuais, exercitando a interculturalidade aproximando conhecimentos científicos e saberes indígenas, ou como dizem, alguns e algumas docentes/estudantes: a “ciência indígena”. Em julho de 2010 em uma das atividades do tema contextual “Meio Ambiente: ecologia do Cerrado” dois alunos Javaé me apresentam uma narrativa ilustrada (Figura 46) que expôs toda diversidade de fauna, flora, solos e hidrografia da ilha.

Foi relatada a relação cosmológica com essa área denominada de “coração” da Ilha do Bananal, onde somente os homens Iny podem ir. Por isso entre os Javaé nomeia-se essa região de “some homem”. No ato questioneei porque apenas os homens e eles responderam que as mulheres Iny têm interdições culturais e não vão a este lugar e ainda disseram que “se alguma mulher não-indígena foi e não voltou para informar”. A representação espacial feita por alguém do grupo apresenta um local que professora, geógrafa e cartógrafa não pode visitar.

Figura 46. Representação da área “core” da Ilha do Bananal



Fonte: Acervo do Curso de Educação Intercultural do Núcleo Takinahakỹ da Universidade Federal (2010) – Autores: Samuel Saburua Javaé e Werehatxiari Wereteriberi Javaé, residentes e originários da aldeia *Canoanã* na T.I. Araguaia - Formato: 90x110 cm.

Muitas questões foram se formando a respeito da relação dos Iny com a Ilha do Bananal e a Bacia Araguaia-Tocantins, pois a área de estudo é mosaico de ambientes e territórios que produzem uma dinâmica específica e particular. Na pesquisa pude complementar, sistematizar e interpretar o acervo de imagens e representações cartográficas. Em parte considero que confirmo a hipótese de que eles(as) utilizam distintas representações, incluindo as cartográficas, a exemplo de narrativas, desenhos e elementos cartesianos para construir uma imagem do espaço em que vivem e em que viveram seus ancestrais.

A pesquisa na verdade iniciei desde que nos encontramos no curso, eu e os estudantes Iny, pois a cada etapa os diálogos contribuía e me apresentavam cenários, territórios, narrativas completamente carregadas de sabedoria, que ia alterando a minha visão sobre a Ilha do Bananal, unidade que a princípio eu tinha um arcabouço de conhecimento, porém na ótica ocidental e cartesiana, onde as ferramentas e técnicas de geoprocessamento permitiam análises sobre os ambientes.

Este ambiente já foi descrito, lido, narrado, “dissecado”, compartimentado nas óticas antropológicas, linguísticas, geográficas, geológicas e históricas, algumas das quais agregam os pontos de vistas indígenas. A Ilha do Bananal é um ambiente cujas características sistêmicas a tornam única no planeta. Suas dimensões lhe conferem o título de “maior ilha fluvial do mundo”. Vale salientar que esta área sofre inúmeras mudanças devido ao nível das águas, dos índices pluviométricos e as intervenções humanas.

A pesquisa apontou uma territorialização desta unidade geoambiental onde na concepção do não-indígena os limites são os rios Araguaia e Javaé que constitui uma porção terra bem drenada com muitos lagos e lagoas (vide figura 21). Vários autores segmentaram o curso do rio Araguaia (alto, médio e baixo) (vide figura 09) no sentido da montante (nascente) – jusante (foz), uma leitura que acompanha a visão cartesiana convencional.

A concepção Iny da Ilha do Bananal diverge desta leitura em dois pontos: o primeiro é que o limite está para além da margem direita do rio Araguaia, por exemplo, as terras indígenas: Tapirapé/Karajá, São Domingos, Cacique Fontoura que integram o conjunto da ilha. O segundo ponto é que a segmentação também é dividida em baixo, médio e alto curso, porém a compreensão é invertida, eles exemplificam assim os Karajá de Santa Isabel do Morro estão em baixo na Ilha e os Karaja-Xambioá (ou do norte) estão abaixo em cima. Além da ilha está dividida longitudinalmente, tendo como referência o Riozinho que se encontra ao centro da ilha, os territórios Karajá encontram-se no sentido centro – rio Araguaia e o Javaé do centro – rio Javaé.

Neste sentido a Ilha do Bananal é um conjunto de territórios – políticos e culturais – justapostos e superpostos: dentro de seus limites a divisão entre municípios tocantinense e entre as Terras Indígenas e o Parque Nacional do Araguaia, entre as aldeias Javaé e Karajá. No seu entorno a presença de fazendeiros, retireiros, escolas e outros agentes não-indígenas.

A experiência cultural dos Iny é, de fato, intercultural como tem sido a dos(as) docentes do curso da UFG e, particularmente, da pesquisadora. As vivências e experiências dos Iny são adquiridas em processos longos de aprendizagem, numa formação contínua ao longo da vida e das relações estabelecidas com a comunidade. Mesmo atualmente com o advento da tecnologia digital as relações interculturais são mantidas com diálogos, pois não se pode fugir a elas.

A cartografia que aborda as áreas indígenas – realizadas por quem pertence aos grupos ou não, para além das exigências técnicas que também são culturais e políticas, pode e talvez deva “trazer de volta” os elementos míticos e simbólicos para os mapas. Não os signos coloniais hegemônicos e sim aqueles elaborados pelos povos que secularmente ocupam, utilizam e reconstróem os territórios e os ambientes, a exemplo dos Iny com o Berohoky e a Iny Olona.

## BIBLIOGRAFIA

### Referências Bibliográficas

ACT Brasil. **Metodologia de mapeamento cultural colaborativo**. 2ª ed. Brasília: ACT Brasil. 2008. (Série Mapeamento, manejo e proteção; nº1).

ALMEIDA, Alivinio de. **Hidrovia Tocantins-Araguaia: Importância e Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais Segundo a Percepção dos Agentes Econômicos Locais**. Piracicaba: Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, 2004.

ALMEIDA, Alfredo W. B de. **Os quilombos e as novas etnias**. In: O'DWYER, Eliana C. (Org.) **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, p.83-108.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Biodiversidade, ecoturismo e a reinvenção da natureza**. Proposta de comunicação para o 3º Simpósio Nacional sobre Espaço e Cultura. 21 a 27 de outubro de 2002 – UERJ.

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: HUCITEC: Recife: IPESPE, 1995.

ANDRADE, Karylleila dos Santos; BATIANI, Carla; **O mito Paraupava na toponímia**. Estudos da língua(gem). Vitória da conquista. v.9, n.1. junho de 2011. p.71-89.

AQUINO, Sâmia; LATRUBESSE, Edgardo Manuel; BAYER, Maximiliano. **Assessment of Wash Load Transport in the Araguaia River (Aruaná Gauge Station), Central Brazil**. Latin American Journal of Sedimentology and Basin Analysis, v. 16, p. 119-129, 2010.

AQUINO, Sâmia; LATRUBESSE, Edgardo Manuel; SOUZA FILHO, Edvard Elias de. **Relações entre o regime hidrológico e os ecossistemas aquáticos da planície aluvial do rio Araguaia, Brasil**. Acta Scientiarum. Biological Sciences. Maringá, v. 30, n. 4, 2008, p. 361-369. ISSN 1679-9283 (impresso) e ISSN 1807-863X (on-line). Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciBiolSci/article/view/5866>>. Acesso em: novembro de 2013.

AQUINO, Sâmia; MORAIS, Roberto Prado de; LATRUBESSE, Edgard M. **Controles Hidrogeomorfológicos nas Unidades Vegetacionais da Planície Aluvial do Rio Araguaia**. 2008. disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciBiolSci/article/view/5871>>. Acesso em maio de 2012.

ARCHELA, Rosely Sampaio; GRATÃO, Lucia Helena B.; TROSTDORF, Maria A. S. O Lugar dos Mapas Mentais na Representação do Lugar. In: **Geografia**. volume 13, número 1, jan./jun. Londrina, 2004. Disponível em:< <http://www.geo.uel.br/revista>>. Acesso em: agosto de 2012

ARCHELA, Rosely Sampaio. **Correntes da cartografia teórica e seus reflexos na pesquisa brasileira**. Projeto: Bibliografia da cartografia: Bibliografias comentadas. Disponível em: <<http://www.uel.br/projeto/cartografia>>. Acesso em junho de 2012.

ATAÍDE, Marcos & PACHECO, Wesley. Encontro entre saberes para produção de mapas culturais participativos. In: **Amazon Conservation Team**. Face aos conhecimentos tradicionais: dilemas éticos, jurídicos e institucionais. Brasília: ACT Brasil. 2007, p.51-60.

AZAMBUJA, Elizete Beatriz. **O índio Karajá no imaginário do povo de Luciara-MT**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem- IEL, UNICAMP. Campinas, 2000. 144 p.

BALDUS, Herbert. Mitologia Karajá e Tereno. In: BALDUS, Herbert. **Ensaio de etnologia brasileira**. 2a. ed. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília: INL, 1979. p. 108-59.

BALDUS, Herbert. Tribos da bacia do Araguaia e o Serviço de Proteção aos Índios. **Rev. do Museu Paulista**, São Paulo: Museu Paulista, v. 2, n.s., p. 137-68, 1948.

BAUER, Matthias. **Geistervorstellungen der Karajá (Brasilien)**. Dissertação de Mestrado, Ludwig Maximilians Universität, München. 1971.

BAYER, Maximiliano. **Diagnóstico dos processos de erosão/assoreamento na planície aluvial do rio Araguaia, entre Registro do Araguaia (GO) e Cocalinho (MT)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia- IESA/UFG. Goiânia, 2002.

BAYER, Maximiliano. **Dinâmica do transporte, composição e estratigrafia dos sedimentos da planície aluvial do Rio Araguaia**. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais- CIAMB-UFG. Goiânia, 2010.

BAYER, Maximiliano; CARVALHO, Thiago M. **Processos Morfológicos e Sedimentos no Canal do Rio Araguaia**. Revista de Estudos Ambientais, v. v 10, p. 24-31, 2008.

BERTRAND, Georges. Paisagem e Geografia Física Global: Esboços Metodológicos. **Revista RA'EGA**, Curitiba, v. 8, p. 141-152, 2004.

\_\_\_\_\_. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **Caderno de Ciências da Terra**, 13. São Paulo: IGEO/USP, 1971.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. **Geografia Cultural: Um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 83-132.

BONILA JACOBS, Lydie Oiara. **Reproduzindo-se no mundo dos brancos: estruturas Karajá em porto Txuiri (Ilha do Bananal, Tocantins)**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2000. (Dissertação de Mestrado)

BORGES, Durval Rosa. **Rio Araguaia, corpo e alma**. São Paulo: IBRASA: Editora da USP, 1987. 403pp.

BORGES, Mônica Veloso. **As Falas Feminina e Masculina no Karajá**. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística). Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística. Faculdade de Letras – UFG. Goiânia. 1997.

BRANCUCCI, G. et al. 2002. The “Geosites” role and the landscape European convention. In: **Workshop – Geomorphological Sites: research, assessment and improvement**. Modena (Italy). 1-8p.

BRASIL. **Portaria nº. 359**. D.O.U. 20 de abril de 2001. Acessado em: dezembro de 2012. Disponível em: < [http://6ccr.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/jurisprudencia-1/terras-indigenas/stf/ADI\\_3335.pdf](http://6ccr.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/jurisprudencia-1/terras-indigenas/stf/ADI_3335.pdf)>. Acesso em dezembro de 2012.

BRASIL. **Lei nº. 7.804**. Política Nacional do Meio Ambiente. D.O.U. 18 de julho de 1989. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17804.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17804.htm)>. Acesso em: dezembro de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. D.O.U. 05 de outubro de 1988**. Acesso em: dezembro de 2012. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf)>. Acesso em dezembro de 2012.

BRASIL. **Lei nº 5.371**. Fundação Nacional do Índio (FUNAI). D.O.U. 5 /12/1967. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L5371.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5371.htm)>. Acesso em: dezembro de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. D.O.U. 19/09/1946**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm) > . Acesso em dezembro de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. D.O.U. 10/12/1937**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del058.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del058.htm)>. Acesso em dezembro de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. D.O.U. 16/07/1934**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em dezembro de 2012.

BRASIL. **Decreto nº. 1.794**. Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), D.O.U. 22 de novembro de 1939. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1794-22-novembro-1939-411595-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em dezembro de 2012.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 3.454**. D.O.U. 6 de janeiro de 1918. de 2012. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3454-6-janeiro-1918-571960-publicacaooriginal-95095-pl.html>>. Acesso em dezembro 2012.



BRASIL. **Decreto nº. 8.072.** Criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). D.O.U. 20 de junho de 1910. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-publicacaooriginal-58095-pe.html>>. Acesso em dezembro 2012.

BORGES, Durval Rosa. **Rio Araguaia, corpo e alma.** São Paulo, SP : EdUSP, 1987.

BUENO, Marielys Siqueira. **Macaúba:** uma aldeia Karajá em contato com a civilização. 1975. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1975.

CASTRO, Selma Simões de. Dossiê Araguaia - Pamira - Programa Ambiental De Desenvolvimento Integrado da Bacia do Rio Araguaia: 12 Anos de Pesquisas e Propostas de Controle de Impactos Ambientais. **Revista UFG.** 2009, ano XI nº7.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. O misterioso mundo que os mapas escondem. In.: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. et. al. (Org.). **Geografia em sala de aula:** Prática e reflexões. Porto Alegre, 1998. p. 33-48.

CARVALHO, Edilson Alves de; ARAÚJO. Paulo César de. Historia da cartografia. In: **Leituras cartográficas e interpretações estatísticas I:** Geografia (material desta disciplina de ensino à distância). Natal, RN: EdUFRN.

CAVALCANTI-SCHIEL, Helena Moreira. **O vermelho, o negro e o branco: modos de classificação entre os Karajá do Brasil central.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Departamento de Antropologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2005.

CHIARA, Vilma. **Les poupées des Indiens Karajá.** Archives et documents, institut d'Ethnologie. Paris: Diplôme EPHE, 1970.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Modelagens de Sistemas Ambientais.** São Paulo: Edgard Blucher, 2002.

CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural: O estado de arte. In: ROSENDAHL, Zeni; CORRÊA, Roberto Lobato (org.) **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: UERJ, 1999, p. 59-98.

\_\_\_\_\_. Etnografias: conclusão. In: **Revista Espaço e Cultura.** n. 7, Rio de Janeiro: EURJ, jan/1999, p. 69-74.

\_\_\_\_\_. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato. (Orgs) **Explorações Geográficas:** percursos no fim do século. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, p. 89-117.

COMASTRI, Elane R. Martin (et al). **Plano de Manejo: Parque Nacional do Araguaia.** Brasília : Ministério da Agricultura/IBDF/FBCN, 1981.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 92-123

COSTA, Kênia Gonçalves. **Os olhares próximos e sensores remotos: análise comparativa da utilização da terra na bacia do rio João Leite, nos anos de 1992 e 1999**. Monografia, (Graduação em Geografia), Instituto de Estudos Socioambientais- IESA, Universidade Federal de Goiás- UFG. Goiânia, 2002.

COSTA, Kênia Gonçalves. **Análise do Geossistema Cárstico-Pelítico Guarani de Goiás - Divinópolis de Goiás**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais- IESA, Universidade Federal de Goiás- UFG. Goiânia, 2005.

COSTA, Maria Heloisa Fénelon. **Representações iconográficas do corpo em duas sociedades indígenas : Mehinaku e Karajá**. Rev. do Museu de Arqueol. e Etnol., São Paulo : MAE, n. 7, p. 65-9, 1997.

\_\_\_\_\_. **A arte e o artista na sociedade karajá**. Brasília: Fundação Nacional do Índio, 1978.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os direitos dos índios**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DIETSCHY, Hans. Cultura como sistema psico-higiênico. In: SCHADEN, E. (Org.). **Leituras de Etnologia Brasileira**, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 315-322.

DREYER-EIMBKE. Oswald. **O descobrimento da Terra: história e histórias da aventura cartográfica**. São Paulo: Melhoramentos, 1992.

DUARTE, Paulo Araújo. **Fundamentos de Cartografia**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2ª edição (ampliada e revisada), 2002.

DULLEY, Richard Domingues. **Políticas estaduais para a agricultura: São Paulo, 1930-80**. São Paulo: IEA, 1995.

\_\_\_\_\_. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. Agric. São Paulo: São Paulo, V. 51, N. 2, P. 15-26, jul./dez. 2004

EHRENREICH, Paul. **Contribuições para a etnologia do Brasil**. Rev. do Museu Paulista, São Paulo: Museu Paulista, v. 2, n.s., p. 7-135, 1948.

FERREIRA, E.O. Carta Tectônica do Brasil; notícia explicativa. **Boletim do Departamento Nacional de Produção Mineral**. Rio de Janeiro: n.1, p.1-19, 1971.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

FERREIRA, Vanderlei de Oliveira. **A abordagem da paisagem no âmbito dos estudos ambientais integrados**. Geotextos, vol. 6, n. 2, dez. 2010, p.187-208. Salvador, 2010.

FREIRE, Nelson Cabral Ferreira; FERNANDES, Ana Cristina de Almeida. **Mapas como expressão de poder e legitimação sobre o território**: uma breve evolução histórica da cartografia como objeto de interesse de distintos grupos sociais. Portal da Cartografia, Londrina v. 03 n. 01, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/portalcartografia>>. Acesso em: dezembro de 2012

FONSECA, José P. da. 1846. Cópia da carta que o alferes José Pinto da Fonseca escreveu ao Exmo. General de Goyazes, dando-lhe conta do descobrimento de duas nações de índios, dirigida do sitio onde portou. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**. Tomo VIII, p. 376-390. Rio de Janeiro. [2ª. edição, 1867] Disponível em: <[http://biblio.etnolinguistica.org/fonseca\\_1846\\_copia](http://biblio.etnolinguistica.org/fonseca_1846_copia)>. Acesso em janeiro de 2013.

FUNAI, SPI (Serviço de Proteção ao Indígena). **Decreto-Lei nº 8.072**, de 20 de junho de 1910. Disponível em: <[www.funai.gov.br/quem/historia/spi.html](http://www.funai.gov.br/quem/historia/spi.html)>. Acesso em dezembro de 2012.

FUNAI. **Os números dos índios no Brasil**. 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/indio/numeros.html>. Acesso em setembro de 2010.

FUNASA. **Relatório de Gestão 2010**. Disponível em: <[http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/uploads/2011/10/relatorio\\_2010.pdf](http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/uploads/2011/10/relatorio_2010.pdf)>. Acesso em dezembro de 2012.

GAVAZZI, Antônio e RESENDE, Marcia Spyer (levantamento e organização). Atlas Geográfico do Acre. Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre. 1998.

GARFIELD, Seth. **As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o estado-nação na era vargas**. *Rev. Bras. Hist.* [Online]. 2000, vol.20, n.39, p. 13-36. ISSN 1806-9347. In.: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v20n39/2980.pdf>

GIRARDI, Gisele. Aventuras da Leitura de Mapas. In: SEEMANN, Jörn (org.). **A aventura cartográfica**: perspectivas e reflexões sobre a cartografia humana. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora. 2005, p.61 – 72.

GOMES, Horieste. **Geografia**: Goiás/Tocantins por Horieste Gomes e Antônio Teixeira Neto. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico/UFG. 1993.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

GRACQ, Julien. Carnets du grand chemin. PARIS: JOSÉ CORTI, 1992. apud BESSE, **Ver a terra**: Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: PERSPECTIVA, 2006.

GRATÃO, Lúcia H. B. **A poética d' "O Rio" – ARAGUAIA! De Cheias... &... Vazantes... (À) Luz da Imaginação!**. 2002. Tese (Doutorado Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GUERASIMOV, A. A. Problemas metodológicos de la ecologización de la ciencia contemporánea. In: **La Sociedad y el Medio Natural**. Moscou: Ed. Progreso, 1980. p.57-74.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

\_\_\_\_\_. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 18, jan. /jun. 2002, p.37-46.

\_\_\_\_\_. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Vol. 9, No 17. Niteroi, 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/213>>. Acesso em dezembro de 2013.

HAESBAERT apud SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004. 199p. ISBN: 85-7139-514-4, 2004, p.18

HARLEY, J.B. Deconstructing the map. 1989 apud SEEMANN, Jörn (org.). **A aventura cartográfica**: perspectivas e reflexões sobre a cartografia humana. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora. 2005.

HOLZER, Werther. Paisagem, Imaginário e Identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p.149-168

IBGE. **Censo Demográfico 2000 - Resultados do universo**. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em abril de 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Noções básicas de cartografia**. Rio de Janeiro: DGC/DECAR. 1998. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual\\_nocoas/indice.htm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoas/indice.htm)>. Acesso em abril de 2013.

JAVAÉ, Ruruca; JAVAÉ, Samuel Ioló da S. **A origem do povo Javaé**. Trabalho do Tema Contextual “Natureza, Homem e Meio Ambiente”. Goiânia: UFG. 2009 (mimeo)

JOLY, Fernand. **A cartografia**. Campinas, SP: Papirus. Tradução de Tânia Pellegrini. (1917), 1990.

KARAJÁ. José Uriawa. Iny Òlòna-My Ijyy - **A origem do Povo Karajá**. Goiânia: UFG/PROLIND, 2013 (no prelo).

KATUTA, Ângela Massumi. A(s) natureza(s) da cartografia. In: SEEMANN, Jörn. **A aventura cartográfica**: Perspectiva, pesquisas e reflexões sobre a cartografia humana. Fortaleza: Expressão, 2005, p. 39-72.

KNAUS, Paulo; RICCI, Cláudia; CHIAVARI, Maria Pace. **Brasil**: uma cartografia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

KRAUSE, Fritz. **Nos sertões do Brasil**. Rev. do Arquivo Municipal, São Paulo: Arquivo Municipal, v. 66 a v. 91, 1940/1943.

LACOSTE, Yves. **A pesquisa e o trabalho de campo**: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. Revista Hérodote nº8, out/dez de 1977.

LANDER, Edgardo (Org). Colección Sur Sur, Clacso, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. p. 227-278. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/quijano.rtf>. Acesso em: novembro de 2013

LATRUBESSE, Edgard ; AMSLER, M. L.; MORAIS, Roberto. P.; AQUINO, Sâmia. The Geomorphologic Response of a Large Pristine Alluvial River to Tremendous Deforestation in The South America Tropics: The Case of the Araguaia River. **Geomorphology**. Volume 113, Issues 3–4, Pages 239–252, dezembro de 2009.

LATRUBESSE, Edgard; STEVAUX, José. C. Geomorphology and environmental aspects of Araguaia Fluvial Basin, Brazil. **Zeitschrift fur Geomorphologie**. Tubingen v. 129, suppl., p. 109-127, 2002.

LATRUBESSE, Edgard; STEVAUX, José. C; BAYER Maximiliano; PRADO, Roberto. The Araguaia-Tocantins Fluvial Basin. In: **Boletim Goiano de Geografia**. International Symposium on Geomorphology and Paleohidrology of Large Rivers. Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999, pp 120-127.

LENOBLE, R. **História da idéia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 1969.

LIMA, Jorge E. F. Werneck. et al. **Diagnóstico do fluxo de sedimentos em suspensão na Bacia Araguaia-Tocantins**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, Brasília, DF: ANEEL: ANA, 2004.

LIMA, Sélvia Carneiro. **A Permanência do Estranho - os Karajá, os Tori - o Cerrado goiano em disputa**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, IESA. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2008.

LIMA E SILVA, Pedro Paulo et. al. **Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais**. 2ª Ed. Rio De Janeiro: Thex Ed. 2002

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Karajá. Povos Indígenas do Brasil: ISA. 1999. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/karaja/364>>. Acesso em janeiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Hetohoký: um rito Karajá**. Goiânia: UCG, 1994. 183 p.

LOIOLA, Sérgio Almeida. **Por uma geografia do passado distante**: marcas pretericas na paisagem como memória espacial das sociedades autóctones. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia. Instituto de Estudos Socioambientais – IESA. Universidade Federal de Goiás- UFG. 2008.

LOWENTHAL, David & PRINCE. H. C. The English Landscape. The Geographical Review, LIV, n.3 1964. apud, OLIVEIRA, Ivanilton José de. **Solo pobre, terra rica**: paisagens do cerrado e agropecuária modernizada em Jataí, Goiás. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia. São Paulo, 2002.

MAMEDE, L.; NASCIMENTO, M.A.L.S. do; FRANCO, M do S. Geomorfologia. In: **Projeto Radambrasil**. Folha SD. 22 Goiás. Rio de Janeiro, 1981.

MARANGONI, Ana Maria Marques Camargo. Técnicas e Instrumentos de Apoio à Pesquisa Geográfica e Ciências Afins. In.: VENTURI, Luis Antonio Bittar (Orgs). **Praticando a geografia**: Técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2005, p. 167 – 174.

MARTINELLI, Marcello. **Um atlas geográfico escolar para o ensino-aprendizagem da realidade natural e social**. Portal da Cartografia. Londrina, v.1, n.1, maio/ago., p. 21 - 34, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/portalcartografia>>. Acesso em novembro de 2009.

MICELI, Paulo (texto e curadoria). **O tesouro dos mapas**: a cartografia na formação do Brasil. Exposição da coleção cartográfica do Instituto Cultural Banco Santos. São Paulo, Instituto Cultural Banco Santos, 2002.

MMA. **Caderno da Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia**. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. Brasília: MMA, 2006.

MMA/IBAMA. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Araguaia**. Ministério do Meio Ambiente - Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Brasília. 2001.

MONTEIRO, Carlos Augusto de F. **Derivações Antropogênicas dos Geossistemas Terrestres no Brasil e Alterações Climáticas**: Perspectivas Agrárias e Urbanas ao Problema da Elaboração de Modelo de Avaliação. Anais do Simpósio: Comunidade Vegetal como Unidade Biológica, Turística e Econômica, Acad. Cien. Est. São Paulo: 1978.

MORAES, Antônio. Carlos Robert. Introdução In: MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: HUCITEC, 2000 p. 15-27.

\_\_\_\_\_. **Ideologias Geográficas**: Espaço, Cultura e Política no Brasil, Ed. Hucitec, São Paulo, 1988.

MORAES, Cristina de Cássia P.; ROCHA, Leandro Mendes. **Atlas Histórico**: Goiás pré-colonial e colonial. Goiânia: Editora CECAB, 2001.

MORAIS, Roberto Prado de. **Estimativa da Intensidade dos Processos de Remoção e Remobilização de Sedimentos da Planície Aluvial do Médio Rio Araguaia por Erosão Fluvial**. 2008. Disponível em: <[http://www.labogef.iesa.ufg.br/labogef/arquivos/downloads/VII\\_SINAGEO\\_62978\\_36324.pdf](http://www.labogef.iesa.ufg.br/labogef/arquivos/downloads/VII_SINAGEO_62978_36324.pdf)>. Acesso em maio de 2012.

MORAIS, Roberto Prado de; OLIVEIRA, L. G.; LATRUBESSE, Edgard. M.; PINHEIRO, R. C. D. **Morfometria de Sistemas Lacustres da Planície Aluvial do Médio Rio Araguaia**. 2006. disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciBiolSci/article/view/1278/0>>. Acesso em maio de 2012.

MORAIS, Roberto Prado de. **A planície aluvial do médio Rio Araguaia**: processos geomorfológicos e suas implicações ambientais. 2006. Tese (doutorado em Ciências Ambientais) Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: CIAMB/UFG, 2006.

MORAIS, Roberto Prado de. **Mudanças históricas na morfologia do canal do Rio Araguaia no trecho entre a cidade de Barra do Garças (MT) e a foz do Rio Cristalino na Ilha do Bananal no período entre as décadas de 60 e 90**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia. Instituto de Estudos Socioambientais – IESA. Universidade Federal de Goiás- UFG. 2008. Goiânia: IESA/UFG, 2002.

MORIN, E. **O paradigma perdido**: a natureza humana. 4. ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1988.

MOTTA, Olga M. F. **Os Karajá, O Rio Araguaia e os Outros**: Territorialidades em Conflito. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia. Instituto de Estudos Socioambientais – IESA. Universidade Federal de Goiás-UFG. Goiânia: UFG. 2005.

NABOUT, J. C.; NOGUEIRA, I. S.; OLIVEIRA, L. G. **Estrutura de populações de fitoflagelados nas lagoas de inundação do rio Araguaia**. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-33062009000100008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-33062009000100008)>. Acesso em maio de 2012.

NALEVAIKO, Camila. Reportagem da Agencia de Noticia de 09/12/2011. Disponível em: <<http://www.agenciadanoticia.com.br/noticias/geral/105045789/Transbananal%3A+Governadores+de+TO+e+MT+se+encontram+em+S%3E3o+Felix+no+pr%F3ximo+dia+17>>. Acesso em maio de 2012.

NIMUENDAJU, Curt. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes** (1944). Rio de Janeiro, IBGE, 1981.

OLIVEIRA, Ivanilton José de. **Solo pobre, terra rica**: paisagens do cerrado e agropecuária modernizada em Jataí, Goiás. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia. São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **A linguagem dos mapas**: utilizando a cartografia para comunicar. Revista Uniciencia. Disponível em: <<http://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/pages/29799-artigos>>. Goiás. 2004>. Acesso em janeiro de 2014.

ONU, Department of Social Affair. Modern cartography - base maps for worlds needs. Lake success. Apud IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Noções básicas de cartografia. Rio de Janeiro: DGC/DECAR. 1998. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual\\_nocoos/indice.htm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoos/indice.htm)>. Acesso em abril de 2013.

OSTROWER, Fayga A construção do olhar. In: Novaes, A. et al. **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 167-182.



PAINKOW, Aurielly Queiroz. et al. **Aldeias da ilha: estudos e registros da realidade social dos indígenas que habitam a Ilha do Bananal**. Palmas: Univers. do Tocantins, 2002.

PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro. **Reflexões sociolinguísticas sobre línguas indígenas ameaçadas**. Goiânia: UCG, 2009. v. 1. 157 p.

\_\_\_\_\_. **A função social do mito na revitalização cultural da língua Karajá**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, 2001.

\_\_\_\_\_. A educação na revitalização da língua e da cultura Karajá na aldeia de Buridina. In: **Revista do Museu Antropológico**. Vol. 3/4, nº 1. Goiânia-GO: Editora da UFG, 65-74 p. 2000.

PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro. **Impactos dos usos das línguas indígenas na formação de professores indígenas no Curso de Educação Intercultural de Formação Superior Indígena da UFG**. Relatório de Estágio de Pós-Doutoramento em Linguística. IEL/UNICAMP, 2014.

PIMENTEL DA SILVA, M. S. **Letramento bilíngue em contextos de tradição oral**. 01. ed. Goiânia: CEGRAF/UFG, 2013. v. 1.

PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro; ROCHA, Leandro Mendes (Org.). **Linguagem especializada: mitologia Karajá**. I. ed. Goiânia-GO: Editora da UCG, 2006.

PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro; ROCHA, Leandro Mendes (Org.). Educação Bilíngüe Intercultural entre Povos Indígenas Brasileiros. In: **Revista UFG**. Ano VIII, nº 2. Goiânia: Editora da UFG, 2000, p. 100-105.

PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro & BORGES, Mônica Veloso. **Políticas linguísticas e pedagógicas em práticas de educação bilíngüe intercultural**. RBPG, Brasília, supl. 1, v. 8, p. 249 - 273, dezembro de 2011.

PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro; OLIVEIRA, Caroline Pereira de. (Orgs); KARAJÁ Leandro Lariwana. **Iny Bdédÿnana-Myijtyy**. Goiânia: FUNAPE/PROLIND, 2011a.

PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro; OLIVEIRA, Caroline Pereira de. (Orgs); JAVAÉ, Ademir Kurisiri. **Iròdu Rubu**. Goiânia: FUNAPE/PROLIND, 2011b.

PIMENTEL DA SILVA, Maria Do Socorro. **Epistemologias Karajá e Tapirapé de Majtyritáwa**. Goiânia: UFG. 2011 (no prelo).

PPP-UFG, **Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Intercultural**. Goiânia: UFG/Núcleo Takinahakÿ de Formação Superior Indígena, 2006.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**.

RAFFESTIN, C. O que é o território? In: RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 2011 (1ª ed. 1980), pp. 143-163.

RATTS, Alecsandro (Alex) J. P. As etnias e os outros: as espacialidades dos encontros/confrontos. **Espaço e Cultura** (UERJ), Rio de Janeiro, v. 17-18, p. 77-89, 2004

\_\_\_\_\_. A geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: Maria Geralda de Almeida e Alecsandro JP Ratts. (Org.). **Geografia: Leituras Culturais**. 1ª ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2003, v. 1, p. 29-48.

\_\_\_\_\_. **O mundo é grande e a nação também: identidade e mobilidade em territórios negros**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Almofala dos Tremembé**: a configuração de um território indígena. *Cadernos de Campo*, São Paulo: USP, v. 9, n. 8, p. 61-82, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Petrópolis: Vozes, 1977.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. **Relatório Circunstanciado de identificação e delimitação da terra indígena Taego ãwa**. Brasília: FUNAI, 2012.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. **Histórico do contato**. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/javae/629>>. Acessado em julho de 2012.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. **Javaé**: Povos Indígenas do Brasil: ISA. 2010. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/javae/625>>. acesso em: junho de 2012.

\_\_\_\_\_. **A caminhada de Tanyxiwè: uma teoria Javaé da História**. 2008. Tese (Doutorado em antropologia), Departamento de Antropologia, Universidade de Chicago. 2008.

SÁ, Cristina. Observações sobre a habitação em três grupos indígenas brasileiros. In: NOVAES, Sylvia Caiuby (Org.). **Habitações indígenas**. São Paulo : Nobel ; Edusp, 1983. p. 103-46.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALERA JÚNIOR, Giovanni; MALVASIO, Adriana; GIRALDIN, Odair. **Relações cordiais**. *Ciência Hoje*, 39 (226): 61-63. 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza Do Espaço: Técnica E Tempo. Razão E Emoção**. São Paulo: EdUSP, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

\_\_\_\_\_. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2010.

SAUER, Carl O. A morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.12-74.

SEEMANN, Jörn (org.). **A aventura cartográfica: perspectivas e reflexões sobre a cartografia humana**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora. 2005, 224p.

SEEMANN, Jörn. **A toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do Estado do Ceará**. *Revista Vivência*, nº 29, 2005 (b), p. 207-224. Disponível em: <<https://www.academia.edu>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

SEVCENKO, Nicolau. As alegorias da experiência humana e a construção do europocentrismo. In: SCHWARCZ, Lilia M; QUEIROZ, Renato (Orgs.). **Raça & diversidade**. São Paulo: EdUSP, 1996, p. 113-145.

SILVA, Cassio Roberto da (editor). **Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro**. Rio de Janeiro: CPRM, 2008. 264 p.

SOTCHAVA, Vitor. B. O Estudo de Geossistema. In: **Métodos em Questão**. n.16. São Paulo: USP, 1977. Trad. The Stude of Geosystems. Reports Inst. Geog. Of Siberia and Far East, n.51, 1977.

\_\_\_\_\_. **Por uma teoria de classificação de geossistemas de vida terrestre**. Biogeografia, n. 14, São Paulo, 1978.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, P.77-116.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Porto: Edições Afrontamento, 1989.

STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1974.

TNC Amazônia. 2006. **Etnomapeamento nas Comunidades Indígenas da Amazônia**. <http://www.nature.org/wherewework/southamerica/brasil/work/art16607.html>, acessado em 01 de setembro de 2006.

TORAL, André Amaral. **Nome.** Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/karaja-do-norte/592>>. Acesso em maio de 2009.

TORAL, André Amaral. **Estudo de Impacto Ambiental - Hidrovia Araguaia-Tocantins: diagnóstico ambiental** Karajá. São Paulo: s.ed., 1997.

TORAL, André Amaral. **Cosmologia e sociedade Karajá.** 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1992.

TRICART, Jean. **Ecodinâmica.** Rio de Janeiro: IBGE/SUPREN, 1977.

TRICART, Jean. 1965. Apud CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Modelagens de Sistemas Ambientais.** São Paulo: Edgard Blucher, 2002

TROLL, Carl. *Landscape Ecology (Geoecology) and Biogeocenology: A Terminological Study.* **Geoforum.** v.8, p.43-46, 1971.

TROLL, Carl. A Paisagem Geográfica e sua investigação. **Revista Espaço e Cultura:** Rio de Janeiro. UERJ, NEPEC, n. 2, p. 7, jun.1997 (tradução de Gabrielle C. Braga, bolsista CNPQ/UERJ, texto original publicado em alemão “*Die Geographische landschaft und ihre erforschung*” In: Studium Generale, 4-5, 1950).

VALENTE Sidney Rodrigues. **Controles Físicos na Evolução das Unidades Geoambientais da Bacia do Rio Araguaia, Brasil Central.** Tese (Doutorado em Ciências Ambientais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais- CIAMB-UFG. Goiânia, 2007.

VENTURI, Luis Antonio Bittar (Orgs). **Praticando a geografia:** Técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

VIEIRA, Pedro Alves. **Caracterização das Unidades Geomorfológicas Geoambientais da Planície do Bananal.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia- IESA/UFG. Goiânia, 2002.

VIEIRA JÚNIOR, Wilson Carlos Jardim, SCHLEE, Andrey Rosenthal & BARBO, Lenora de Castro. **Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás?.** XXIV Congresso Brasileiro de Cartografia, Aracaju, SE - Brasil, 16 a 20 de maio de 2010.

WAGLEY, Charles. **Uma Comunidade Amazônica.** Rio de Janeiro: Brasiliense, 1988.

### **Bibliografia Consultada**

AB'SÁBER, A. N.; COSTA JÚNIOR, M. Contribuição ao estudo do Sudoeste Goiano. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 3-26, 1950.

AQUINO, Sâmia; STEVAUX, José Cândido & LATRUBESSE, Edgardo Manuel. Regime Hidrológico e Aspectos do Comportamento Morfohidráulico do Rio Araguaia. Revista Brasileira de Geomorfologia. Ano 6, nº 2, 2005, p.29-41.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: geografia, história / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997a. 166p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997b. 136p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde / Secretaria de Educação Fundamental, 1997c. – Brasília: 128p.

CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.123p. p.7-11

GRISI, Breno Machado. Dicionário de ecologia e ciências ambientais. João Pessoa. 2007. 275p.

JOLY, Fernand. A cartografia. Campinas: Papyrus, 1997. p. 31

MEC/SEF/DPEF. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.

TROPMAIR, H. Geossistemas e geossistemas paulistas. RioClaro: ed.do autor, 2000.

**ANEXOS**